



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

EVOLUÇÃO ECONÔMICA E MUDANÇAS NA ESTRUTURA
PRODUTIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA
(1980-2005)

Érica Cátie Sonoda

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Regional e Urbana, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Érica Cátie Sonoda em 20/02/2006 e orientada pelo Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão.

CPG, 20 / 02 / 2006

Campinas, 2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

So59e

Sonoda, Erica Catie.

Evolução econômica e mudanças na estrutura produtiva da região administrativa de Sorocaba (1820-2005) / Erica Catie Sonoda. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Carlos Antonio Brandão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia regional – Sorocaba, Região de (SP) 2. História econômica.
I. Brandão, Carlos Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

07-35-BIE

Título em Inglês: Economic evolution and changes at the productive structure in the administrative region of Sorocaba (1980-2005)

Keywords: Regional economy – Region of Sorocaba (SP) ; Economic history

Area de Concentração : Economia Regional e Urbana

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão
Prof. Dr. Aurilio Sergio Costa Caiado
Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota

Data da defesa: 20-02-2006

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Dissertação de Mestrado

Aluna: ÉRICA CÁTIE SONODA

**"Evolução Econômica e Mudanças na Estrutura Produtiva da Região
Administrativa de Sorocaba (1980-2005)"**

Defendida em 20 / 02 / 2006

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. CARLOS ANTONIO BRANDÃO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. AURÍLIO SÉRGIO COSTA CAIADO
Universidade de Sorocaba



Prof. Dr. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA
IE / UNICAMP

AGRADECIMENTOS

O interesse em aprofundar os conhecimentos na temática regional e urbana, tendo a análise histórica e recente do desenvolvimento econômico da região de Sorocaba como um exercício, foi possível graças ao auxílio de colegas e professores. Agradeço à orientação do Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão a quem me incentivou na realização desse trabalho, à contribuição do colega, professor e orientador dos tempos de graduação Prof. Dr. Aurílio Sérgio da Costa Caiado e ao Prof^o Dr. Fernando César de Macedo Mota pela participação na avaliação. Agradeço pela colaboração e análise crítica, através delas pude refletir melhor sobre a metodologia e a pesquisa desenvolvida. E ao apoio de minha família, à paciência de meu filho e aos colegas que tive o prazer de conhecer ao longo do curso.

A região não seria um outro modo de produção, nem uma formação social singular. O que preside o processo de constituição das regiões é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as regiões são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a região exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personagens do capital e de sua contradição básica.

Francisco de Oliveira (1977, p. 30)

Resumo:

A presente dissertação, ao focar uma área específica do estado de São Paulo, a Região Administrativa (RA) de Sorocaba, pretende contribuir para a discussão da dinâmica econômica regional paulista através da análise da estrutura produtiva e das formas específicas de integração desta porção territorial na dinâmica estadual. Embora realize uma breve recuperação histórica regional até a década de 1.970, a ênfase da pesquisa é colocada no período 1.980-2005. Um conjunto de informações é sistematizado a fim de facilitar a compreensão da natureza do desenvolvimento sócio-econômico atual da região. Assim, o trabalho tem o propósito de apresentar o processo da formação econômica, as principais especificidades, a inserção inter-regional e os impactos das transformações mais gerais da economia brasileira sobre as estruturas produtiva e urbana da RA de Sorocaba.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Mapa 01: Regiões Administrativas do estado de São Paulo.....	03
Mapa 02: Regiões de Governo da RA de Sorocaba.....	04
Gráfico 01: Valor da produção regional, segundo grupos da indústria de transformação.....	24
Gráfico 02: Distribuição do Valor de Transformação Industrial, segundo grupos da indústria.....	42
Gráfico 03: Distribuição dos postos de trabalho na RA de Sorocaba.....	84
Gráfico 04: Distribuição do emprego formal da RA de Sorocaba segundo o grau de instrução no ano de 1985.....	85
Gráfico 05: Distribuição do emprego formal da RA de Sorocaba segundo o grau de instrução no ano de 2003.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Deslocamento Intra-regional da RA de Sorocaba (1.995 a 2000).....	77
Quadro 02: Regiões de Governo e Municípios da Região Administrativa de Sorocaba.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição Espacial do Valor da Produção Industrial da Indústria de Transformação no Estado de São Paulo (1928-1980).....	23
Tabela 02: Estrutura da Indústria de Transformação, segundo Grupo e Ramos da Região de Sorocaba (1956-1980).....	27
Tabela 03: Participação das Divisões Regionais Agrícolas no total da produção do Estado de São Paulo, segundo o Valor da Produção Agrícola e Utilização das Áreas cultiváveis e de pastagem (1958-1981).....	28
Tabela 04: Evolução das culturas da Região de Sorocaba (1969/71 a 1979/81).....	29
Tabela 05: População da RA de Sorocaba, distribuição e crescimento das Regiões de Governo (1970-1980).....	31

Tabela 06: Distribuição do VAF da Indústria de Transformação por Região Administrativa do Estado de São Paulo de 1980 a 2003 (em %)	39
Tabela 07: Participação do VAF dos diferentes ramos da indústria de transformação da RA de Sorocaba nos respectivos ramos no Estado de São Paulo de 1980 a 2003 (em %)	40
Tabela 08: Distribuição do VAF da Indústria de Transformação da RA de Sorocaba segundo os diferentes grupos e ramos da indústria de 1980 a 2003 (em %)	41
Tabela 09: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da Indústria de Transformação por Região de Governo com relação ao Total do VAF da Indústria de Transformação da RA de Sorocaba de 1980 a 2005 (em %)	44
Tabela 10 - Principais estratégias adotadas pelas empresas industriais no período 1994-1996 Comparação entre as regiões mais industrializadas do Estado de São Paulo segundo a adesão às estratégias (em %)	46
Tabela 11: Distribuição do Valor da Produção Agrícola das Regiões Administrativas do total do Estado de São Paulo, 1985 e 1995 (em %)	53
Tabela 12: Evolução e variação da área empregada na pastagem natural na RA de Sorocaba (Triênios 1969/1971 e 2002-2004)	55
Tabela 13: Evolução da produção florestal de eucaliptos da RA de Sorocaba no Estado de São Paulo (1995-2002)	56
Tabela 14: Evolução da área plantada das principais culturas, variações percentuais e participação de cada produto no total da área plantada da RA de Sorocaba, Triênios 1969- 1971 a 2002-2004	57
Tabela 15: Participação das Regiões de Governo no total do valor da produção da RA de Sorocaba entre 1985 e 1995 (em %)	58
Tabela 16: Atividade econômica agroindustrial no Estado de São Paulo segundo as Regiões Administrativas em 1996	61
Tabela 17 - População total e participação relativa por tamanho de município da RA Sorocaba 1980, 1991, 2000	68
Tabela 18: Participação Relativa das Regiões Administrativas na População Total do Estado de São Paulo (1970-2005)	72
Tabela 19 - Migração Intra-estadual na RA Sorocaba 1995-2000	74

Tabela 20: Saldo migratório anual e taxa líquida de migração por mil habitantes em 2.000.....	75
Tabela 21: Síntese da evolução do mercado de trabalho da RA de Sorocaba (1985 a 2003).....	81
Tabela 22: Evolução e distribuição do emprego formal da RA de Sorocaba por subsetores de serviços entre 1985 e 2003 (em N e %)......	82
Tabela 23: Distribuição e variação do emprego formal segundo os principais subsetores da indústria instalada na Região Administrativa de Sorocaba - 1985 e 2003 (em N e %)......	83
Tabela 24: Participação do número de trabalhadores das Regiões Administrativas no total do emprego formal no Estado de São Paulo entre 1985 e 2003, segundo os setores de atividade econômica (em %)......	86
Tabela 25: Distribuição dos empregos ocupados nas Regiões de Governo, segundo os setores de atividade econômica com relação ao total dos mesmos setores na RA de Sorocaba (1991-2001)......	87
Tabela 26: Indicadores sociais e demográficos da RA de Sorocaba e Estado de São Paulo entre 1985 e 2005 (taxas)......	92
Tabela 27: Variação das receitas e despesas municipais (1990 - 2000)......	93
Tabela 28: Despesas municipais de Sorocaba (1990 -2000)......	94
Tabela 29: Origem das principais receitas do Município de Sorocaba (1990-2000)......	95
Tabela 30: Participação das Regiões Administrativas na Distribuição Regional da População por Setor de Atividade no Estado de São Paulo e Regiões em 1920.	106
Tabela 31: Participação da PEA Regional na PEA do Interior por Setor de Atividade (1940 a 1980).	106
Tabela 32: Participação das Sub-Regiões da RA de Sorocaba na Distribuição da PEA Regional (1920).	107
Tabela 33: Distribuição Espacial do Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação entre 1928-1980 (em %).	107
Tabela 34: Distribuição espacial da Indústria de Transformação entre 1928-1937 (em %).	108
Tabela 35: Total do número de tratores por DIRA (1970-1980).	108
Tabela 36: Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (1996-2003).	109
Tabela 37: Investimentos Anunciados na RA de Sorocaba, segundo setores e subsetores de atividade (1996-2003).	110

Tabela 38: Variação da evolução do emprego formal no Estado de São Paulo, segundo as Regiões Administrativas entre 1985 e 2003 (em %)	112
---	-----

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:	1
CAPÍTULO 1 – EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA ATÉ 1970	5
1.1 A OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DE SOROCABA.....	5
1.2 A INSERÇÃO DA REGIÃO DE SOROCABA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	14
1.3 O PERÍODO 1929/33 A 1955	19
1.4 O PERÍODO PÓS-1956 ATÉ 1980	21
CAPÍTULO 2 – PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA ENTRE 1980 E 2005	33
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS CONDICIONANTES ECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA PAULISTA	33
2.2 A INDÚSTRIA DA RA DE SOROCABA	38
2.3 O DESEMPENHO E O PAPEL DA AGRICULTURA E DA AGROINDÚSTRIA NA RA DE SOROCABA	48
2.3.1 SÍNTESE DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DA AGROINDÚSTRIA PAULISTA E A ESPACIALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS.....	49
2.3.2 A EVOLUÇÃO E O PAPEL DA AGRICULTURA DA RA DE SOROCABA	51
CAPÍTULO 3 – CARACTERÍSTICAS DA REDE URBANA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA	65
3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DA REDE URBANA E DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL	66
3.1.1 A CIDADE DE SOROCABA NO CONTEXTO REGIONAL.....	69
3.2 EVOLUÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL DA REGIÃO DE SOROCABA	70
3.3 EVOLUÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS DE TRABALHO NA RA DE SOROCABA	78
3.4 PRINCIPAIS ASPECTOS DAS CONDIÇÕES SOCIAIS	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
ANEXOS	103
REFERÊNCIAS	113

Introdução:

O presente trabalho não tem como objetivo delinear uma nova regionalização. Procura, sim, contribuir para a discussão da dinâmica econômica regional paulista ao focar a análise numa das áreas do Estado de São Paulo, a Região Administrativa (RA) de Sorocaba.

A RA de Sorocaba situa-se a sudoeste no estado de São Paulo. É a maior RA, pois representa 16% da extensão territorial e incorpora 79 municípios divididos em cinco Regiões de Governo: Avaré (17), Botucatu (13), Itapetininga (13), Itapeva (18) e Sorocaba (18)¹. Limita-se a leste com a Região Metropolitana de São Paulo, a oeste com o estado do Paraná, a norte com a RA de Campinas, a noroeste com as RAs de Marília e Bauru e ao sul com a RA de Registro.

A atual divisão administrativa de São Paulo foi estabelecida após um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos Sociais Urbanos e Regionais do Instituto de Economia da UNICAMP em 1.982, o qual considerou importantes elementos empregados nos estudos regionais, como: demografia, formação econômica regional, produção estadual, investimentos, infra-estrutura, serviços públicos, distância, dentre outros. Essa metodologia de estudo permitiu ao presente trabalho empregar a mesma agregação de dados utilizada por vários departamentos e autarquias de pesquisa e estatística do estado, o que possibilitou uma maior rapidez à análise.

Entretanto, pequenas diferenciações quanto ao agregado regional podem ser observadas, principalmente, no que se refere à agricultura. Anteriormente, a divisão da produção agrícola era subdividida como Divisões Regionais (DIRs), passando, posteriormente, a Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs). Mas, mesmo assim, permanecem pequenas divergências quanto ao número de municípios entre a DIRA e a RA. O mesmo ocorre com a regionalização geral adotada pelo IBGE, a qual subdivide as macro-regiões em micro-regiões, em vez de regiões de governo.

Apesar do recorte administrativo, é importante destacar que toda a análise realizada neste trabalho se fundamenta na apreensão do processo de formação do capital regional, o qual determina a produção local concomitantemente ao desenvolvimento das relações sociais e à

¹ A Região Administrativa estudada obedece à divisão político-administrativa vigente e suas regiões de governo criadas a partir de 1984. Existe no Estado de São Paulo uma regionalização, para fins de planejamento, que agrega os 645 municípios em 14 Regiões Administrativas (606 municípios), além da Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios). As Regiões Administrativas são as seguintes: Registro, Santos, São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Araçatuba, Presidente Prudente, Franca, Barretos e Central. A Região Metropolitana da Baixada Santista, instituída em 1.996, tem o mesmo recorte espacial da RA de Santos. As Regiões Administrativas são subdivididas em 42 Regiões de Governo. Atualmente, tramita na Assembléia Administrativa um Projeto de Lei para a instituição da RA de Itapeva, hoje, parte da RA de Sorocaba.

especialização das relações produtivas. Tais fatores são capazes de diferenciar tal produção sob a ótica da divisão social do trabalho em vários momentos, até a fase de desenvolvimento atual.

Por isso, é apresentada, uma breve recuperação histórica do processo de formação econômica da RA de Sorocaba até a década de 1.970. Porém, é enfatizado neste trabalho o período entre 1.980 e 2.005, decorrente do contexto econômico definido pelos impactos da crise e das políticas macroeconômicas adotadas a partir dos anos 1.980, marcados pelo arrefecimento do crescimento econômico nacional, pela estabilização monetária e pelas políticas neoliberais de abertura comercial, de desregulamentação dos fluxos financeiros e pelas privatizações.

Dentre os principais impactos das políticas adotadas e da decorrente crise deste período sobre as regiões estão: o processo de reestruturação produtiva das empresas frente à concorrência internacional, a busca dos Municípios por novos investimentos privados via guerra fiscal, a queda do volume dos gastos e investimentos públicos, a ausência de planejamentos regionais e, por conseguinte, a carência de políticas públicas.

Com base nessas condições, este trabalho se propõe a apresentar as mudanças na dinâmica econômica da RA de Sorocaba no período que vai de 1.980 a 2.005, a partir da análise de suas atividades produtivas e das alterações ocorridas em sua produção, integração e no desenvolvimento socioeconômico regional, através de um conjunto sistemático de informações levantadas, referentes à evolução econômica e social da região.

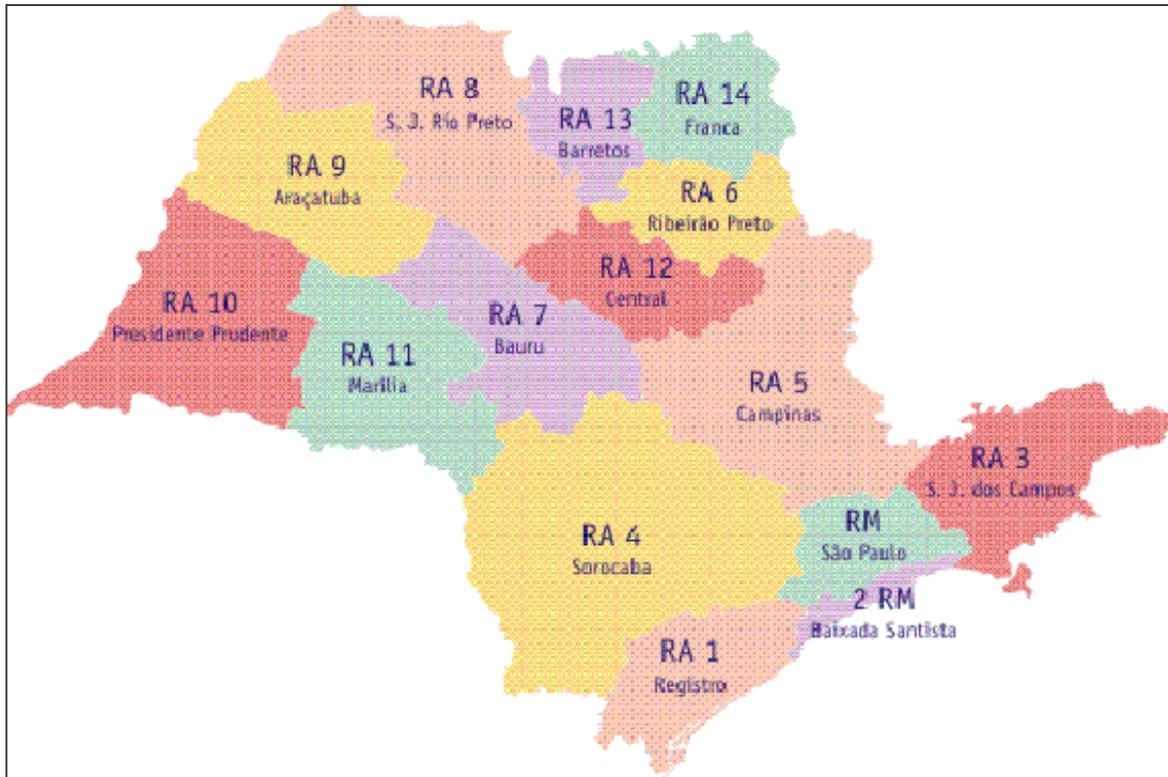
Baseado nesta periodização, o trabalho se divide em três partes, mais as conclusões finais.

O capítulo inicial faz uma abordagem sucinta da literatura sobre a economia regional até 1.970, necessária à compreensão da natureza das especificidades inter e intra-regionais e da inserção da RA de Sorocaba no contexto maior da economia paulista. Busca investigar a constituição das relações mercantis na região e suas formas de integração econômica externa. No âmbito intra-regional, procura mostrar a relação entre a formação econômica, a constituição da rede urbana e a consolidação da cidade de Sorocaba como pólo regional.

O segundo capítulo analisa a evolução econômica e as principais transformações ocorridas na estrutura produtiva da região e de suas sub-regiões no período entre 1.980 e 2.005, tendo como base os dados disponíveis referentes à evolução econômica e às determinações econômicas do período.

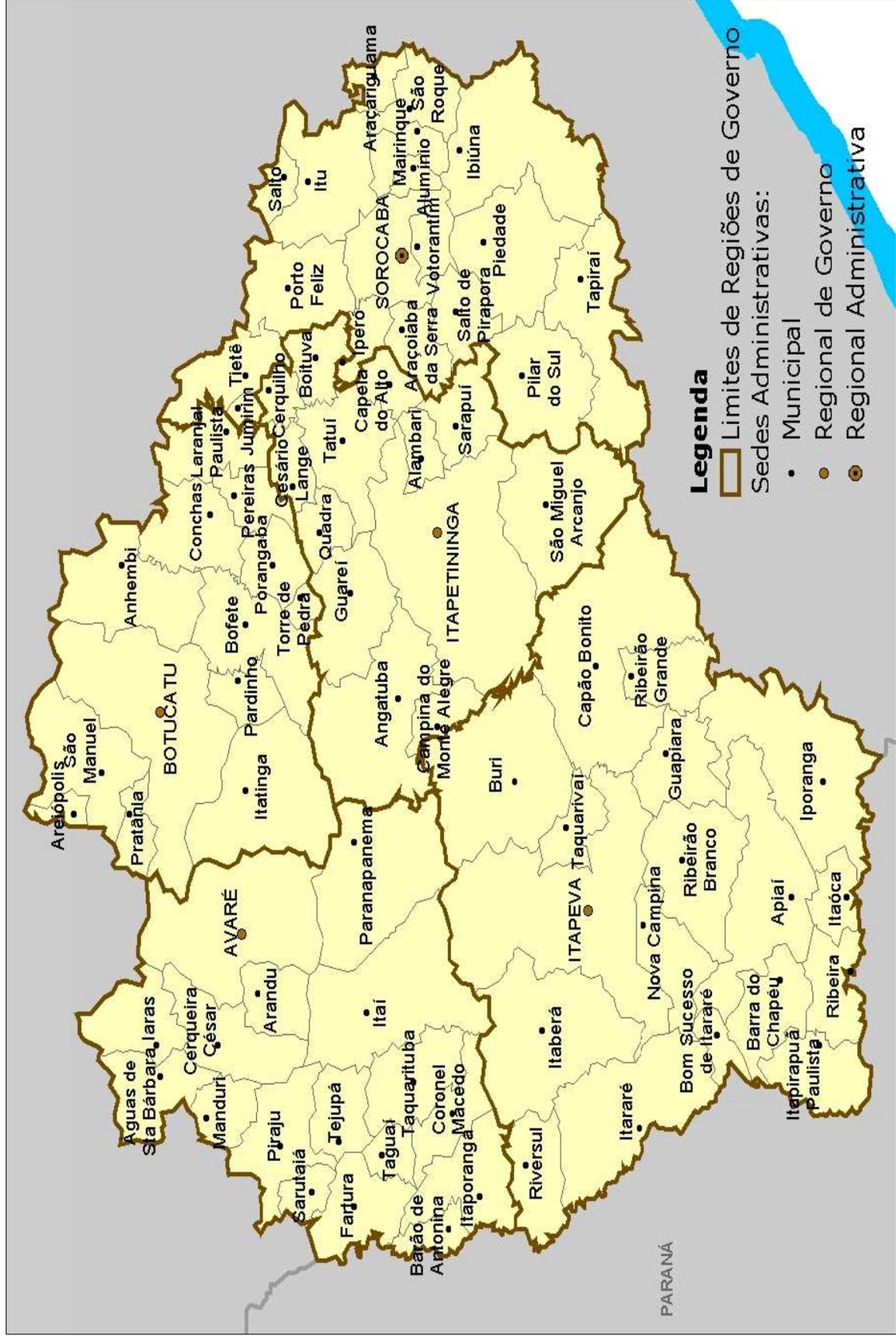
O último capítulo busca apresentar alguns dos principais impactos econômicos das políticas adotadas no período sobre a dinâmica urbana e demográfica da região.

Mapa 1 - Regiões Administrativas do Estado de São Paulo



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico / Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Mapa 2 – Regiões de Governo da Região Administrativa de Sorocaba



Capítulo 1 – Evolução Econômica da Região Administrativa de Sorocaba até 1970

Conceitualmente, o trabalho entende que o modo de produção dominante é o que determina os meios de produção, as relações sócio-produtivas, o ordenamento territorial e toda a estrutura urbana inerente a ele em um período.

Por isso, o desenvolvimento da região de Sorocaba é observado com base numa periodização decorrente do processo de acumulação do capital ocorrido no estado de São Paulo, a qual, segundo os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Economia da Unicamp, compreende: as duas primeiras décadas do século XX; o início do processo de industrialização, que vai da crise de 1.929 até 1.955; e a industrialização pesada, de 1.956 a 1.980.

Importante também tratar das relações mercantis regionais, anteriores ao século XX, que influenciaram a fixação e o desenvolvimento econômico de vários núcleos populacionais que hoje fazem parte da rede urbana paulista. Inerente à periodização adotada, segundo a bibliografia local, o desenvolvimento regional foi marcado pelos seguintes momentos:

- 1) o desbravamento e a ocupação territorial: determinado pelo movimento bandeirante, voltado para a caça do índio e a exploração de recursos minerais no povoado;
- 2) a ocupação nos pontos de passagem na busca do ouro de Minas Gerais;
- 3) a participação no ciclo açucareiro;
- 4) a entrada de capital cafeeiro: impulsionou a produção e beneficiamento do algodão e a incipiente produção artesanal de tecidos; e
- 5) a expansão da indústria: trouxe grande contingente populacional à cidade pólo e permitiu a sua fixação nela.

1.1 A ocupação e a formação econômica da região de Sorocaba

“Terra-rasgada ou erosão” em tupi-guarani, o povoado de Sorocaba se constituiu por volta de 1.580 e é um dos mais antigos núcleos populacionais do país. A cidade pólo, atual sede

da RA de Sorocaba, foi fundada em 1.654, elevou-se à categoria de Vila Nossa Senhora da Ponte em 1.661 e à categoria de cidade em 1.842.

As primeiras ocupações regionais foram determinadas pelo desenvolvimento das atividades econômicas do seu centro comercial. Atividades que, inicialmente, introduziram-se num contexto econômico maior, através do suprimento de mão-de-obra indígena às propriedades agrícolas do país, principalmente, as canavieiras do nordeste. Com o declínio do comércio de escravos indígenas e a ascensão da mineração como a nova base da economia colonial, a expansão da ocupação regional passou a ser determinada pelo crescimento da comercialização de produtos direcionados aos tropeiros que se dirigiam do sul às demais regiões do país, principalmente, às Minas Gerais.²

Novas vilas se formaram a partir de 1.640, com a fixação dos comerciantes entre os trechos percorridos pelas expedições mineradoras na direção de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Cidades como Porto Feliz e Tietê têm suas origens ligadas ao trajeto pela rede de rios, a partir do Rio Tietê, seguindo pelos rios Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Cuiabá, ou então, rumo ao Rio da Prata. (FUA, 2004, p. 66, 73, 75).

Contraditoriamente a esse processo de ocupação, parte da população seguia o movimento migratório do restante da colônia rumo às Minas Gerais, desestimuladas pelas más condições socioeconômicas do povoado de Sorocaba. (STRAFORINI 2001, p. 46). Na época, os colonizadores instalados em São Paulo não detinham as mesmas condições dos senhores de engenho do Nordeste, nem ostentavam riquezas da mineração. As necessidades básicas eram parcialmente supridas pela agricultura de subsistência e incipientes relações mercantis. Segundo Bacellar (1994, p. 21), compunham os seus bens: colchões, talheres, velhas roupas, alguns índios escravos, casas de pau-a-pique ou de taipa de pilão e pequenas lavouras.

Somente a partir do início do século XVIII é que a economia passou a ter dinamismo e as condições sócio-econômicas locais começaram a melhorar, ao passo que a vila onde hoje se encontra a região central do município de Sorocaba se transformava num importante entreposto comercial, ao ligar os criadores do sul do país aos compradores das Capitânicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

² O comércio da mão-de-obra indígena durou até 1680.

A instalação de um registro em 1.750, ao obrigar a passagem das tropas pelo local, desenvolveu um pouco mais o comércio e permitiu a expansão do que viria a se tornar parte da rede urbana regional, entre os trechos percorridos pela rota principal ou pelos caminhos alternativos utilizados para burlar o fisco. (STRAFORINI, 2001, p. 56).

Uma série de oficinas e estabelecimentos especializados na produção manufatureira e no conserto de objetos de uso diário dos tropeiros surgiu junto às feiras anuais de muares, organizada pela primeira vez em torno de 1.770. (PUPPO e CAIADO, 1992, p. 5). Isso propiciou aos comerciantes e tropeiros a acumulação de um excedente mercantil. Porém, muito menor do que as fortunas das atividades agro-exportadoras das demais regiões. (F.U.A., 2004, p. 6).

De tal modo, a região de Sorocaba passou a se diferenciar não somente pelas más condições sócio-econômicas, mas, também, pela especialização de suas relações sócio-produtivas em torno do muar. De acordo com Santos (1999, p. 74), “a região de Sorocaba destacava-se dentro do quadro econômico brasileiro por suas atividades específicas. Um novo gênero de atividade – o comércio de gado muar – a individualizava no conjunto do território”.

Mas, apesar desse tipo de comércio ter sido uma atividade mercantil específica de Sorocaba, esteve longe de ser caracterizado como um ciclo econômico regional, pois a maioria dos tropeiros e tropas vinha do sul do país. E o desenvolvimento deste comércio, igualmente às atividades locais, era direta e indiretamente ligado à demanda por animais de carga pelas atividades pujantes dos vários ciclos econômicos do país.

Segundo Straforini (2001, p. 63), mesmo que a atividade do muar tenha sofrido os impactos da decadência da mineração a partir da metade do século XVIII e estado relativamente à margem da economia agro-exportadora entre o final do século XVIII e metade do XIX, manteve-se por vários ciclos. Como veremos, além de na mineração, a região pôde se inserir timidamente nos processos de expansão da lavoura canavieira, tanto do oeste paulista como do Rio de Janeiro, e também na expansão cafeeira.

Com a decadência da mineração, alguns dos principais negociantes instalados em Sorocaba começaram a fornecer animais de carga à atividade canavieira do oeste paulista. O contato permitiu aos comerciantes locais aprender sobre o cultivo e investir em pequenas lavouras de cana-de-açúcar próximas a Itu, logo incorporada ao denominado “quadrilátero do

açúcar”, também delimitado por Mogi das Cruzes, Piracicaba e Jundiaí. (STRAFORINI, 2001, p. 60).

Todavia, os dados levantados por Baddini (2000, p. 72) permitem concluir que a cultura canavieira e a produção de aguardente não foram capazes de intensificar a expansão de novos núcleos populacionais nas proximidades de Sorocaba, assim como ocorria em grande parte das terras paulistas. A população da vila contava em 1.772 com 5.919 habitantes, em 1.799 com 7.526 e em 1.802 com 9.712 habitantes, população que se manteve praticamente até 1.810, quando havia 9.576 habitantes.

Após a decadência da mineração, o grande fluxo preferiu se instalar em áreas agrícolas de intenso crescimento econômico, como Campinas e Jundiaí. Exceto em Itu, a agricultura regional ainda era de subsistência. Os lavradores pouco a pouco deixavam as pequenas atividades e transferiam-se para a vila na busca por atividades mais lucrativas durante as esporádicas feiras. Isso gerava freqüentes crises de abastecimento local, não só durante a década de 1.830, mas por todo o período do império. (BADDINI, 2000, p. 201 a 216).

Nesse contexto, novos núcleos continuaram a fixar-se entre os caminhos de acesso às feiras ou alternativos ao fisco. Várias vilas e freguesias surgiram no decorrer do século XVIII, tais como Itapetininga, Itapeva e Apiaí.

Apesar da influência do tropeirismo na origem do povoamento nos arredores de Botucatu, Itapetininga, Itaporanga e Tatuí, essa área também recebeu o reflexo do declínio da mineração, uma vez que os “vãos das grandes sesmarias” despertaram o interesse dos migrantes paulistas e do sul de Minas Gerais, que costumavam entre eles transitar, ora como caminho alternativo ao fisco, ora como trajeto a Mato Grosso, Goiás ou Minas Gerais em busca de ouro.

Vários eram os trajetos de passagem a Botucatu e Tatuí: de Sorocaba, passando por Itapetininga e Guareí, até chegar a Tatuí; a dos migrantes de Itu para Tatuí, sem passar por Sorocaba; saindo de Sorocaba via Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto, sentido Botucatu; a provinda do quadrilátero do açúcar (Tietê, Porto Feliz, Capivari e Piracicaba), saindo de Porto Feliz e Tietê, passando pelas Capelas de Conchas, Pereiras e Bofete, chegando a Itapetininga, Tatuí e Botucatu; o caminho dos que migravam de Capivari e Piracicaba via freguesia da Ponte Nova dos Remédios, atual Anhembi; e, por fim, o caminho mais conhecido pelos mineiros, via Campinas ou São Paulo, que tinham o intuito de comprar os animais do sul na região de Sorocaba

e, por muitas vezes, ao fugirem do fisco, retornavam pelos caminhos de Botucatu e Mogi-Mirim (DINIZ, 2002, p. 92, 93).

Municípios próximos a Piedade, tais como Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, também eram caminhos de contrabando. Durante a primeira metade do século XIX, funcionavam como pontos de abastecimento das tropas vindas do sul por Itapetininga ou Capão Bonito, pretendendo chegar a São Paulo por onde hoje está localizado o município de Cotia.

A partir de 1.830, o crescimento do tropeirismo intensificou ainda mais a constituição de novos núcleos populacionais na região. O fornecimento dos muares como meio de transporte passou a ser uma das atividades do complexo cafeeiro, impulsionado, principalmente, pelo desenvolvimento da atividade cafeeira no oeste paulista. O crescimento da feira durante a expansão do café no oeste-paulista resultou numa maior diversificação da manufatura e do comércio, fase que perdurou até o advento do sistema ferroviário paulista.

Conforme Cano (1998, p. 31), o complexo cafeeiro era composto por uma série de atividades: a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; o implante e desenvolvimento da rede ferroviária paulista; a expansão do sistema bancário; as atividades comerciais relacionadas às importações e exportações; a atividade manufatureira; as atividades relacionadas às várias escalas de governo, principalmente no que se refere à importância dos gastos públicos e ao conjunto de atividades relacionadas à infra-estrutura nas áreas dos transportes, escoamento, estocagem, comunicação, comercialização e essencialmente urbanas. Outras complementares se desenvolviam na medida em que novas necessidades surgiam à expansão da atividade agrícola.

Nesse contexto surgiram Araçoiaba da Serra, Sarapuí, Buri, Itaberá, Itararé, Itaporanga e Capão Bonito, na primeira metade do século XIX.

Quanto à área mais próxima à divisa do estado do Paraná, foi ocupada por tropeiros de origem pouso alegre, atraídos pelos espaços livres propícios à pastagem natural. Fixaram-se entre 1.855 e 1.860. Através da infração das leis da época, os migrantes tomaram posse de propriedades legais, que juntas compreendiam desde Avaré e a parte mais ao sul da Serra de Botucatu até o rio Paranapanema.

As posses intensificaram uma corrente migratória às circunvizinhanças de Avaré até o Vale do Paranapanema, motivada pela fuga do recrutamento da Guerra do Paraguai, pela

facilidade da forma de apropriação territorial irregular, pelo sucesso obtido por Botucatu na cafeicultura e pelas condições propícias dele advindas.³

Botucatu e Avaré começaram a se desenvolver na década de 1870, através dos primeiros ganhos obtidos com a produção agrícola cafeeira, apesar de a sua acumulação ter sido bem menor do que a obtida pelo oeste paulista, devido à distância que se encontravam dos portos e da ferrovia. (DINIZ, 2002, p. 112-115).

Exceto essas duas cidades, a maioria das localidades não passava da condição de freguesia, ao passo que a Vila de Sorocaba era o mais importante centro regional: desempenhava efeitos de atração externos e internos desde as duas primeiras décadas do século XIX, na medida em que o comércio despertava o êxodo rural e a concentração dos compradores e vendedores de animais de carga de diversos pontos do país.

Porém, a utilização das estradas de ferro como o mais novo meio de escoamento da produção de café, a partir de 1.870, substituiu o uso dos animais de cargas, prejudicando a movimentação das feiras. O comércio foi sendo contraído na mesma proporção em que a utilização dos animais foi se limitando a apenas suprir as diversas lavouras e os transportes intra-regionais. Segundo dados de Baddini, reportados pela FUA (2004: 125), considerando os impostos cobrados pelo registro de animais de Sorocaba, a partir da década de 1.860, a arrecadação de mais de 19,6 mil contos de réis em 1.861 chegou a representar o valor de cerca de 5 mil contos de réis em 1.883. Antes o número habitual de animais costumava chegar de 40.000 a 50.000 cabeças, contra apenas 20.000 no registro anual de 1.862.

Isso poderia ter levado Botucatu ao status de novo pólo regional, se o seu desenvolvimento não fosse freado pela queda de competitividade enfrentada pelos cafeicultores locais. Sua acumulação, que já era inferior à do oeste paulista, passou a ser ainda menor em função da dificuldade no escoamento da produção. Além da introdução do cultivo de algodão em Sorocaba, que em 1.861 já era considerado a maior atividade agrícola regional.

Determinações exógenas permitiram a entrada do algodão em Sorocaba, dentre elas: a demanda de algodão pela Inglaterra, devido à carência de matéria-prima durante a Guerra de

³ Regulamentada em 1854, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1.850, tinha o propósito de pôr fim às aquisições de terras devolutas através da posse. Teriam direito às terras somente os posseiros fixados antes de 1.850 ou possuidores de títulos anteriores à data. Almeida e Cobra (apud DINIZ, 2002, p. 114) afirmam que a Lei de Terras era burlada por meio de falsificações de títulos. Alguns não chegavam a ter o domínio; vendiam-nas como se fossem legítimos proprietários.

Secessão (1.861/1.865); a preocupação da Inglaterra em preservar sua hegemonia econômica, o que a fez buscar novas fontes de abastecimento, dentre elas, a Província de São Paulo; e a não penetração direta do capital cafeeiro na maioria das terras de Sorocaba, impróprias tanto ao cultivo da cana-de-açúcar como do café, destinando as áreas ao cultivo do algodão. (ALBUQUERQUE, 1983, p. 41). Além da crescente demanda interna do produto pela atividade têxtil. Esta, impulsionada pela economia cafeeira.

A necessidade da elite regional de criar novos investimentos permitiu a substituição do algodão arbóreo pela cultura mais lucrativa do herbáceo, localizada em Sorocaba e imediações, hoje municípios de Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra, além de em Itapetininga, Capão Bonito, Itapeva, Apiaí e Iporanga (F.U.A., 2004, p. 17). Em 1.865, foram instaladas as primeiras casas de beneficiamento de algodão em Porto Feliz, Sorocaba e Itu, e, logo após, em Itapetininga, Tatuí e Botucatu. (CANABRAVA, 1984, p. 108).

A partir de então, a região se adaptou a uma nova dinâmica, incorporou-se a um outro contexto econômico. Baseada num novo modo de produção e acumulação de capital, a sua divisão do trabalho passou por reestruturação. O capital regional de maior vulto passou a ser acumulado através do beneficiamento, enfardamento, transporte e intermédio das negociações para a exportação do produto.

A mobilidade social se tornou mais difícil. Os pequenos produtores não puderam se apropriar da inovação. Além da falta de crédito, a produção baseada no trabalho livre gerava-lhes altos custos. Isso impossibilitava a pequena acumulação necessária ao empreendimento no curto prazo, pois contavam que o crescimento das exportações de algodão dar-se-ia por um curto prazo, somente durante a Guerra de Secessão.

Sem eliminar a estrutura de classes anterior, ficaram, de um lado, os poucos possuidores de recursos, com capital suficiente para a aquisição de descaroçadoras e prensas para a abertura de casas de beneficiamento. Do outro, um grande número de pequenos cultivadores locais, desprovidos de recursos materiais, mais os pequenos comerciantes, artesãos e manufatureiros. (BADDINI, 2000, p. 161). Prevalencia entre os empreendedores e lavradores rurais um vínculo de subordinação em que os produtores da matéria bruta pagavam o serviço de beneficiamento ou os alugueis das máquinas a um preço abaixo dos custos do beneficiamento rudimentar e dependiam dos adiantamentos a serem pagos ao final da safra. (ALBUQUERQUE, 1983, p. 51,52)

A dificuldade no escoamento do produto até o porto de Santos propiciou a entrada de capitais destinados à construção da Estrada de Ferro Sorocabana. Investimentos provenientes da acumulação da economia do complexo cafeeiro, quanto de origem inglesa. O apogeu do plantio de algodão herbáceo e o advento da ferrovia em 1.875 contribuíram para que novas fábricas fossem instaladas na cidade, principalmente têxteis, pela proximidade da matéria-prima e pela facilidade no escoamento de seus produtos e pela diversificação do comércio e dos serviços próximos a Sorocaba.

A partir de então, o núcleo urbano passou a contar com novos estabelecimentos: fotográficos, relojarias, padarias, confeitarias, charutarias, depósitos especiais de produtos importados de outras províncias, da Europa e dos Estados Unidos, além das casas de intermediação. Cidades se desenvolveram em torno da ferrovia, como Mairinque, Alumínio e São Roque, constituídas entre o trajeto que se estendia desde a Fábrica de Ferro São João de Ipanema até Santos, passando por São Paulo.

As áreas norte e oeste da região ainda enfrentavam problemas nos transportes. Apesar de Botucatu ter se inserido diretamente na produção cafeeira, até a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1.889, sua menor margem de lucro era dada em função do encarecimento e da deterioração das mercadorias. O mesmo ocorreu com a produção de algodão ao sul da região. O transporte com animais percorria péssimas estradas e pela travessia do Rio Ribeira de Iguape até se chegar ao Porto de Iguape.

Proporcionalmente, isso impediu que ambas as partes, oeste e sul da região de Sorocaba, obtivessem os mesmos ganhos adquiridos por outras regiões paulistas, acentuando ainda mais as diferenças intra-regionais.

Ainda que a chegada da ferrovia na cidade de Sorocaba tenha sido importante na redução dos custos de transportes, deu-se no momento em que as exportações dos Estados Unidos voltavam a crescer e os preços do algodão entravam em queda. Com a diminuição das plantações de algodão pelo interior da Província a partir de 1.870, Itapetininga substituiu-as pelo plantio de café.

O entorno de Sorocaba manteve a monocultura do algodão. Além da facilidade no transporte e da quebra do monopólio desde a guerra civil americana, os comerciantes previam a permanência no mercado externo devido ao abandono do empreendimento pelas demais regiões.

Igualmente, objetivavam o abastecimento interno e a instalação de uma fábrica de tecidos, impulsionados pelo complexo cafeeiro e pelo aumento do número de assalariados a partir da libertação da escravatura, bem como pelo interesse dos capitalistas ferroviários em manter o escoamento da produção.

Assim, o capital regional foi capaz de instalar os primeiros empreendimentos fabris de vulto ao final do século XIX. Muitos investimentos foram realizados por capitalistas e comerciantes envolvidos no beneficiamento do algodão. Comerciantes, imigrantes, importadores, assim como outros agentes do complexo cafeeiro também fundaram ou adquiriram empresas industriais.

Em 1882 foi implantada a primeira fábrica de tecidos em Sorocaba, denominada “Nossa Senhora da Ponte”; começou com 15 teares, passando ao final do século a contar com 75 teares e 150 operários. Várias outras se instalaram próximas à Estrada de Ferro, como a Nossa Senhora do Carmo, na década de 1880. Posteriormente, foram instaladas a Votorantim e a Santa Rosália, em 1.890, ambas consideradas como o marco do desenvolvimento industrial na região, e a Santa Maria em 1.896.

Algumas complicações poderiam ter comprometido a ampliação do capital no município, como as deficiências na estrutura urbana da cidade, transportes, mão-de-obra e abastecimento. Entretanto, o conjunto industrial desencadeou importantes mudanças na infra-estrutura urbana, dentre elas: a construção da represa; a ligação ferroviária da Votorantim à Estrada de Ferro Sorocabana; as vilas operárias; a abertura de novas ruas, olarias, fábrica de cal; extração; o beneficiamento de pedras como a mármore e o calcário (origem do Grupo Votorantim) e a ocupação do solo antes determinada pelas tropas.

O problema de abastecimento poderia ter sido agravado com a introdução da nova classe social, a massa de trabalhadores industriais, se não fosse a maior facilidade na importação de gêneros alimentícios pela ferrovia (F.U.A., 2004, p. 153).

Apesar da diminuição de sua inserção no mercado internacional, as fábricas de tecido introduziram em Sorocaba o progresso técnico desenvolvido na Inglaterra. E com isso puderam absorver todo o excedente da produção dos pequenos lavradores (resultante da volta da comercialização de algodão pelos Estados Unidos no mercado externo), e promoveram a

reintegração comercial com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, enfraquecida na medida em que o comércio de muars foi decaindo no decorrer dos anos.

Segundo Baddini (2000, p. 239), das 12.000 cabeças registradas pelo fisco em 1.877, sobraram apenas 1.891 em 1.897, ano em que ocorreu a última feira.

Deste modo, a ocupação e as atividades produtivas urbanas deixaram gradativamente de se voltarem à mercantilização e passaram a ser determinadas por um sistema de apropriação dos excedentes, transição determinada a partir de 1.860, motivada, sobretudo, pelo mercado internacional, ou seja, pela exportação de algodão. A partir de 1.880, as desigualdades intra-regionais e o seu desenvolvimento econômico foram determinados de acordo com o nível de inserção no complexo cafeeiro, tendo importante papel o fator locacional.

O desenvolvimento de Botucatu e Itapetininga foi limitado pela distância e pelos problemas de transportes, embora tenham se inserido diretamente na atividade principal do complexo. A economia da área de Itapeva, pouco mencionada, deu-se em maior parte pela agricultura de subsistência e de pouco valor comercial. Sorocaba obteve maior excedente através da atividade industrial, complementar ao complexo, possível pela facilidade dos transportes, enquanto o seu entorno pôde crescer às margens da ferrovia.

1.2 A inserção da região de Sorocaba no início do século XX

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por modificações na estrutura produtiva do estado de São Paulo. Foram anos considerados como de transição de uma economia baseada na atividade nuclear do café para a economia industrial. Segundo Cano (2000, p. 162), esse período compreendeu uma fase de estreita interdependência da expansão industrial com relação à expansão do complexo cafeeiro, ou seja, o capital industrial ainda estava subordinado à reprodução do capital cafeeiro. Nessa época, a expansão e a alteração da estrutura produtiva se deram consoante ao crescimento e à diversificação da agricultura, da indústria de transformação e das atividades terciárias.⁴

⁴ Conforme Cano (1998, p. 202, 203), qualquer tentativa de análise das modificações da estrutura produtiva industrial anterior a 1.930 torna-se difícil devido ao período 1.920/30 não ser coberto por censos e pelos indicadores disponíveis não apontarem para

Conforme o autor, dois foram os efeitos ocorridos simultaneamente em São Paulo como conseqüência dos desdobramentos da economia cafeeira: a implantação de indústrias leves no interior do estado, voltadas à proximidade de matéria-prima e a instalação de indústrias mais complexas e maquinizadas na capital e no seu entorno, locais de maior concentração de mão-de-obra e diversidade de serviços. (CANO, 1.988, p. 14).

Isso fez com que a indústria se instalasse, principalmente, nas proximidades de Sorocaba e Campinas, as quais, ainda que em menores condições do que a capital, ofereciam pré-requisitos para sua expansão. Mas, diferentemente das indústrias instaladas em Campinas e nas demais cidades constituídas diretamente pela e para a economia cafeeira, as instaladas em Sorocaba não contavam com um complexo conjunto de serviços e outras atividades, como bancos e instituições financeiras.

Apesar de ter se constituído como a quarta mais populosa do estado em 1.920, como o visto, a região de Sorocaba não contava com a preexistência de uma complexa estrutura urbana. Foi constituída de acordo com as necessidades das tropas, entre o século XVIII e metade do XIX, e do algodão, durante o final do século XIX.

Nesse contexto, vários foram os determinantes das novas instalações e das aquisições de empresas nas áreas mais próximas da cidade de Sorocaba:

- o mercado consumidor do complexo que absorveria a produção regional;
- a proximidade da matéria-prima;
- a infra-estrutura básica nos setores de energia e transportes;
- a massa de trabalhadores disponíveis; e
- a obtenção de recursos oriundos do café (através do Banco União) e estrangeiros utilizados na implantação dos investimentos em infra-estrutura produtiva, de transportes e urbana.

Dentre as principais instalações industriais regionais do período estavam: a Fábrica de Tecidos Santa Maria, comprada em 1904 pelo empresário John Kenworthy, que logo expandiu o seu capital, vindo a construir a Fábrica São Paulo, a fim de estampar a produção da Santa Maria;

esse período. Os censos de 1.907 e 1.919 impossibilitam a plena visualização da estrutura industrial e a análise de alguns compartimentos, como a indústria química, de cimento e de produtos da metalurgia.

a Companhia Nacional de Estamparia, constituída pelo seu filho, Alberto Kenworthy, aliado a Nicolau Scarpa; e a Fábrica Santo Antonio, instalada por esses últimos, exclusivamente, voltada à tecelagem, em 1913. Destaca-se também a Fábrica de Cimento Rodovalho, instalada à margem da ferrovia e no atual município de Alumínio, com capacidade produtiva instalada suficiente para cobrir mais da metade das importações brasileiras de cimento.

A importância da indústria na dinâmica econômica regional do período pode ser mais bem entendida através da análise comparativa de alguns dados demográficos, do trabalho e da produção referente ao setor agrícola, secundário e terciário, com base no Censo Demográfico e no Levantamento Estatístico de São Paulo, este último exposto pela obra de Negri (1996).

Conforme o Censo Demográfico de 1920, apenas 11,8% da população economicamente ativa do estado de São Paulo estavam concentrados na região de Sorocaba, atrás dos percentuais da Grande São Paulo (17,8%), Ribeirão Preto (21,9%) e Campinas (22,6%), devido ao peso dos demais setores nessas regiões.

Na época, 65% da População Economicamente Ativa do estado estavam ocupadas no setor agrícola. Do total do pessoal ocupado na agricultura estadual, Sorocaba correspondia a 14%, enquanto Campinas e Ribeirão Preto, 26% cada uma, juntas concentravam cerca de dois terços do total estadual.

Nas atividades urbanas, os setores secundário e terciário regional davam suporte às necessidades da população e à produção agrícola e industrial; desta maneira, estes setores respondiam por, respectivamente, cerca de 7% e 8% dos empregados urbanos do interior. Em Campinas, por sua vez, respondiam por 16% e 18%, e em Ribeirão Preto, 14% e 15%, respectivamente.

Proporcionalmente, o pessoal ocupado regional no setor primário equivalia a 76% do total de 161.266 habitantes ativos da região, seguidos pelos 13% no terciário e 11% no setor secundário.

A maioria da população ocupada regional trabalhava na atividade agropecuária, cerca de 76%. Do total agropecuário regional, a maior parte – 26% dos 123.555 lavradores existentes na região – concentrava-se na área correspondente à região de governo de Sorocaba, seguida por Botucatu (18%), Itapeva (13%), Tatuí (13%), Avaré (10%), Itapetininga (9%) e Capão Bonito (9%).

A maioria ocupava-se nas áreas de cultivo de algodão ou na pecuária. Na época, as regiões de Sorocaba (33%) e de Ribeirão Preto (22%) concentravam as maiores áreas plantadas de algodão do estado. Enquanto Campinas e Ribeirão Preto eram responsáveis por, respectivamente, 58% da área plantada de café e 54% da área de cana-de-açúcar.

As três regiões também contavam com a maior parte dos rebanhos no estado. O Censo Agropecuário de 1.920 mostra que dos 326 mil animais (muas e asininos) que compunham o plantel paulista desse gênero, 23% estavam concentrados na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas, 20% em Ribeirão Preto, 18% em Sorocaba e 17% em São Paulo, devido ao emprego mais intenso das técnicas de arado e equipamentos de tração animal.

Sorocaba, seguida por Campinas (18%), detinha 19% dos eqüinos, e perdia apenas para Ribeirão Preto (28%). Era responsável por cerca de 13% do total do gado bovino estadual, parcela inferior aos respectivos 39% e 20% de Ribeirão Preto e Campinas. A mesma ordem de distribuição era registrada nos números do gado leiteiro, 34%, 19% e 14% em Sorocaba.

Mas somente Campinas e Ribeirão Preto contaram com uma maior diversificação da produção alimentícia. Como visto, o processamento de alimentos na região era inexpressivo, e o mesmo ocorria com os poucos produtos cultivados de pouco valor comercial, como o feijão, a cebola, a uva, entre outros. (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988, p. 44).

Na indústria, os dados referentes à mão-de-obra mostram que a atividade industrial seguiu a estrutura produtiva instalada na capital. Predominantemente produtora de bens de consumo não-duráveis, a atividade representou na capital, em 1.919, cerca de 70% dos operários e 77,5% do valor da produção industrial do estado, composta apenas pelos ramos têxteis, alimentícios e de vestuário. Sorocaba e Campinas empregavam, juntas, três quartos dos operários do interior, e unidas à Região Metropolitana, concentravam 92% dos operários industriais do estado.

Os empregados na indústria regional concentravam-se, em sua maior parte, nas áreas mais próximas à capital, na região de governo de Sorocaba (55%), seguida pelos 14% de Botucatu. Comparadas às demais regiões administrativas do estado de São Paulo, a de Sorocaba apresentava o maior contingente de operários industriais do interior.

Havia 164 estabelecimentos industriais de vulto instalados em toda a região de Sorocaba, os quais representavam 10% do capital industrial estadual e empregavam 17.494 operários, o

equivalente a 13% do total estadual e 43% do interior. Já Campinas empregava 11.805 operários (quase metade na indústria têxtil), cerca de 8 % do total do estado e 29% do interior.

A principal indústria de Sorocaba, a têxtil, era constituída basicamente por 19 fábricas de grande porte, que concentravam 82% de toda a mão-de-obra operária da região, 22% dos operários totais da indústria têxtil paulista e 60% dos operários totais da indústria têxtil do interior. Tal indústria constitui-se como segundo maior produtor têxtil estadual, perdendo apenas para a capital. Das principais fábricas, as instaladas na cidade de Sorocaba e Votorantim eram responsáveis pelo emprego de 10.980 pessoas; as três fábricas de Salto ocupavam mais 2.350 operários; as três de Itu, 1.640, e as duas em Tatuí, 1.363.

Destacavam-se também as indústrias de material de transportes, em função da existência das oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, com cerca de 1.150 funcionários, além das indústrias de calcário, adubo e metalurgia.

À parte à importância da têxtil e da alimentícia, a indústria predominantemente produtora de bens de consumo não-duráveis era quase inexistente; poucas eram as produções destacáveis: açúcar, álcool, calçado e papel. Tal tipo de indústria empregava somente 490 operários, cerca de 2% dos operários dessa indústria no estado.

Na agroindústria, destacaram-se as 47 unidades de beneficiamento de algodão, que representavam metade do algodão beneficiado no estado e 56% do total das unidades de beneficiamento estaduais. (NEGRI, 1988, p. 66, 67).

Os laticínios e frigoríficos contavam com cerca de 12% do rebanho leiteiro e de corte e eram responsáveis por aproximadamente 6% do total de leite processado no estado. Destaque a Avaré, por 47% do processamento regional.

Por fim, assim como ocorreu com a mão-de-obra industrial, 36% da mão-de-obra do setor de comércio e serviços se instalaram na parte mais próxima à capital, na Região de Governo (RG) de Sorocaba, seguidos pelos 20% da RG de Botucatu.

Quanto à expansão populacional, foi orientada pelo desenvolvimento econômico das regiões. Ordenadamente, Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Bauru e litoral possuíam na época os maiores números populacionais e de municípios. O Vale do Paraíba não

tinha recuperado o mesmo dinamismo após a decadência do café, e Bauru, assim como toda a região oeste, ainda passava pelo processo de ocupação.

Através desse significativo peso regional no estado, Sorocaba garantiu a permanência de sua inserção na dinâmica econômica paulista, balizada por um novo padrão de acumulação a partir de 1930.

1.3 O período 1929/33 a 1955

A depressão econômica de 1929 não se limitou apenas à crise do café; seus impactos afetaram todas as atividades econômicas do complexo cafeeiro, servindo para demarcar um novo rumo ao crescimento da economia nacional.

O desenvolvimento industrial esteve restringido, principalmente, pela dificuldade na implantação do denominado Departamento I ou Grupo III: produtores de bens de capital e de consumo duráveis. No âmbito interno, havia uma dependência das importações em relação às exportações para se introduzir os bens de produção necessários à expansão. No âmbito internacional, esbarrou nas limitações ao crédito e na dificuldade na importação.

Entre 1933 e 1939, o país vivenciou um surto industrial, que de acordo com Negri (1996, p. 60), deu mostras de crescimento com taxas de 11,2% a.a., bastante superiores à taxa média anual de 5,7% durante todo o período de 1.919 a 1.939. Este crescimento estrondoso é atribuído principalmente à utilização da capacidade ociosa da indústria paulista, ao mercado nacional cativo à sua produção industrial, e às inversões de capital cafeeiro em outras atividades produtivas.

O mesmo ocorreu com a agricultura paulista, que se diversificou e substituiu grande parte da lavoura cafeeira. A participação do café no valor da produção agrícola paulista declinou de 58% para 45%, e a área cultivada de 2,2 milhões hectares reduziu-se a 1.155 mil. Segundo o Censo Agropecuário de 1.949, São Paulo se tornou o maior produtor de cana-de-açúcar, batata-inglesa, algodão, arroz, banana e café, o segundo maior produtor de laranja e milho e o terceiro de feijão. O algodão teve a sua área cultivada ampliada em 994 mil hectares.

No caso específico de Sorocaba, durante todo o período de industrialização restringida, a região contou com crescimento econômico e urbano positivo, mas apresentou taxas inferiores às demais dinâmicas do estado.

A tendência seria que se sobressaísse pela maior produção de algodão, fios e tecidos do interior, e pela quase inexistência de capitais cafeeiros sob a forma de cafezais, existentes somente nas regiões de Botucatu, Avaré e no município de Tatuí. No entanto, a concorrência da indústria têxtil e de beneficiamento, somada às condições do solo, fizeram com que a região tivesse drenado para fora parte expressiva das oportunidades da expansão algodoeira. (ZIMMERMANN, 1992, p. 149)

O novo padrão de acumulação alterou as estruturas produtivas regionais em todo o estado. O capital cafeeiro das demais regiões foi direcionado à expansão da indústria e às outras culturas, dentre as quais, ao cultivo de algodão e à indústria têxtil. O mercado interno, a importação alemã, japonesa e italiana de algodão e o crescimento das indústrias de óleos vegetais motivaram tais investimentos. Porém, Sorocaba não se beneficiou como a região oeste do estado; não foi capaz de atrair capitais estrangeiros e nacionais à industrialização.

O fato da região de Sorocaba não ter recebido o mesmo volume de investimentos externos e oriundos do café, principalmente devido às transformações ocorridas na estrutura produtiva das demais regiões, fez diminuir o seu dinamismo econômico e a parcela relativa de sua participação na produção agrícola e industrial estadual.

No caso da agricultura, as manchas de café existentes nas sub-regiões de Sorocaba (em Tatuí) e Itapetininga cederam lugar à cana-de-açúcar e ao algodão, enquanto as regiões de Botucatu e Avaré prolongaram o cultivo, substituindo-o anos mais tarde pela pecuária. Isso acarretou um processo de expulsão da população rural e fracionamento de propriedades muito mais intenso do que o ocorrido nas demais áreas da região.

Ao contrário, a RG de Itapeva absorveu considerável contingente populacional, através da atividade mineral e principalmente das culturas do trigo e do reflorestamento. Mas, conforme Tartaglia e Oliveira (1988, p. 44), a produção agrícola regional direcionou-se aos produtos com menor valor comercial, como o feijão, a cebola, a batata e o arroz, apesar de ter procurado servir à indústria de alimentos e à têxtil, produzindo milho, tomate, uva e algodão.

Quanto ao crescimento da indústria, deu-se de acordo com o setor no Brasil, porém com taxas menores que a média estadual. Apresentou seguidas perdas de sua parcela relativa no total do valor da produção do estado, tendo caído de 10% em 1.928 para 5% em 1.939, mantendo-se em 4% em 1.949 e 1.956, enquanto a participação de Campinas passou de 8% para 10% no período.

O mesmo ocorreu com a proporção de seu contingente operário industrial no total do estado. O crescimento inferior ao de Campinas inverteu as posições de ambas quanto ao pessoal ocupado entre 1.928 e 1.956. A RA de Sorocaba passou de 12% em 1.928 para 8% em 1.939, 6% em 1.949 e 5% em 1.956. Já a RA de Campinas passou de cerca de 10% em 1.928 para 12% nas próximas décadas. As indústrias que mais empregaram na RA de Sorocaba continuaram sendo as têxteis, seguidas pelas de material de transportes e pelas fábricas do ramo de minerais não-metálicos.

A RG de Sorocaba concentrava, em 1.949, cerca de 76% dos empregados da região (26.511) e 76% do valor da produção industrial regional. A RG de Botucatu (3.973 empregados) concentrava 10% da produção industrial, responsável por 7% da produção industrial da região. Somente na cidade de Sorocaba estavam concentrados 48% do pessoal ocupado e 52% do valor da produção industrial regional; em seguida vinham os municípios de Salto (com 10% do pessoal ocupado e 7% do valor da produção industrial) e de Tatuí (com 7% do pessoal ocupado e 4% do valor da produção industrial). (NEGRI, 1988: 85).

A queda no crescimento industrial pouco desenvolveu a região no período. Isso determinou o baixo crescimento populacional, de apenas 0,7% entre 1.940 e 1.950, segundo os dados do Censo Demográfico, tendo a população urbana crescido 2,8% e a rural diminuído 0,3%.

1.4 O período pós-1956 até 1980

As regiões foram influenciadas por uma nova dinâmica econômica nacional a partir de 1.956. A expansão industrial e o processo de acumulação de capital deixaram de ser restringidos pela fragilidade das bases técnicas e financeiras e passaram a ser determinados de acordo com um novo padrão de acumulação, baseado na expansão da industrialização pesada.

Assim, o país passou a criar as bases para a reprodução do capital, de modo a romper com os constrangimentos à expansão industrial, e alterou a sua capacidade produtiva para além da demanda existente (CARDOSO DE MELLO, 1975).

Nesse período, de acordo com Cano (1998), Guimarães Neto (1995) e Pacheco (1998), dois movimentos marcaram o processo de industrialização: de concentração da produção industrial em São Paulo (1930/1970) e em seguida de desconcentração (1970/85). Este último movimento é visualizado sob dois vetores: em direção ao interior do próprio estado e em direção às outras unidades da federação.

A concentração pode ser facilmente percebida através da distribuição espacial do valor de transformação industrial (VTI). São Paulo, que na década de 1.930 já respondia por cerca de 33% do VTI do país, elevou a sua participação, passou a cerca de 49% em 1.949, 56% em 1.959 e 58% em 1.970. (CANO, 1998, p. 327). A concentração, nesse primeiro momento, deve-se mais ao desempenho obtido pelos demais municípios da RMSP do que pela própria capital. Conforme o censo industrial, a participação da RMSP no valor da produção industrial (VPI) paulista reduziu de cerca de 59% em 1.953 para 44% em 1.970, enquanto a participação do conjunto dos municípios do entorno da capital subiu de 12% para 27%. Por isso, o valor da produção da indústria instalada no entorno da capital paulista no total estadual sobe dos cerca de 7% de 1.930 a 16% em 1.956, 27% em 1.970 e 29% em 1.980.

Num segundo momento, o aumento da produção dos demais estados desconcentrou a participação da indústria paulista no total valor da produção industrial nacional, de 56% em 1.975 para 50% em 1.980. (CANO, 1998, p. 327). Em âmbito interno, houve a desconcentração da produção da capital, o arrefecimento do crescimento de seu entorno e o aumento da participação do interior no valor da produção estadual. Os crescentes custos das deseconomias de aglomeração fizeram com que as firmas preferissem se instalar em regiões próximas à capital. Deste modo, a capital passou a contribuir com 30 %, o seu entorno com 29% e o interior com 41% do VPI do estado de São Paulo em 1.980. Estes dados podem ser observados na Tabela 01, abaixo.

Tabela 01: Distribuição Espacial do Valor da Produção Industrial da Indústria de Transformação no Estado de São Paulo 1928-1980

Regiões	Em porcentagem									
	1928	1937	1940	1950	1953	1956	1960	1970	1975	1980
Estado de SP	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
RMSP	72,48	71,89	64,46	66,33	70,92	66,6	71,1	70,69	65,89	58,65
Capital	65,20	61,85	53,93	54,19	58,73	51,12	51,68	43,75	37,04	30,07
Outros Municípios	7,28	10,04	10,53	12,14	12,19	15,48	19,42	26,94	28,85	28,58
Interior	27,52	27,7	35,54	33,67	29,08	33,4	28,9	29,31	34,11	41,35
Araçatuba	0,07	0,24	0,91	1,54	0,78	1,08	1,09	0,76	0,58	0,61
Bauru	0,49	1,26	2,49	2,53	1,66	2,10	1,32	1,15	1,08	1,45
Campinas	9,17	8,69	8,49	9,11	9,83	10,27	8,91	10,54	14,7	15,36
Litoral	1,86	1,25	4,45	2,20	2,00	3,92	4,26	4,20	4,57	6,65
Marília	0,10	0,32	2,35	2,72	1,44	1,90	1,42	1,27	0,89	0,88
Presidente Prudente	-	0,22	0,69	2,10	1,58	1,66	1,90	1,34	0,98	0,78
Ribeirão Preto	3,14	3,02	6,86	5,20	4,91	4,89	3,91	3,63	3,47	4,78
São José do Rio Preto	0,21	0,22	1,60	1,72	0,88	1,65	1,02	1,02	0,82	0,96
Sorocaba	10,39	9,69	5,54	3,93	4,20	3,91	3,00	2,34	2,41	3,96
Vale do Paraíba	2,09	2,79	2,16	2,62	1,80	2,02	2,07	3,06	4,61	5,92

Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1960, 1970 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956, apud. Negri (1996)

Com relação à economia da região de Sorocaba, embora sua contribuição na produção industrial estadual fosse pequena, apresentou crescimento de 69%, tendo passado de 2,3% em 1.970 para 4% em 1.980. No entanto, o valor da produção industrial da região de Sorocaba continuou inferior ao das regiões de Campinas, Litoral, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto, as quais contaram com maiores investimentos públicos e privados.

Alguns determinantes do processo de desconcentração ocorrido no estado de São Paulo influenciaram a expansão da indústria na RA de Sorocaba:

- o esforço investido na interiorização do desenvolvimento pelo governo estadual e federal diante dos crescentes custos das deseconomias de aglomeração na RMSP já nesse período;
- o surgimento de um novo sindicalismo na região do ABCD;
- as políticas municipais de incentivo à instalação industrial através da isenção tributária temporária e a criação de distritos industriais;
- os investimentos estaduais na construção de eixos viários, os quais ligaram o interior à RMSP e aos principais portos e aeroportos.

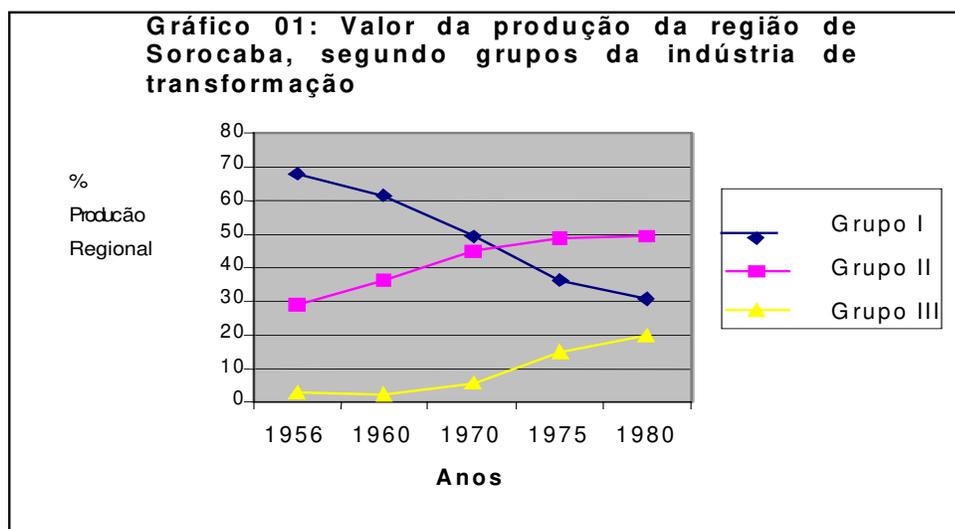
- A procura das empresas por locais próximos do mercado consumidor, dos bolsões de mão-de-obra, de uma complexa estrutura urbana e com melhores condições de infraestrutura de transportes, comunicações, educação, instituições de pesquisa, etc. (CANO, 1998, p. 325, 326).

Vários investimentos públicos foram realizados na região: a construção da Rodovia Raposo Tavares ao final do período anterior, inaugurada em 1954; a construção da Rodovia Castelo Branco; a ampliação e melhoria da rede ferroviária e das rodovias inter-regionais, como a própria Rodovia Raposo Tavares, a Santos Dumont e a Rodovia do Açúcar.

Municípios da RG de Sorocaba mais próximos da RMSP, como Sorocaba, Itu, Salto, Votorantim e Mairinque, atraíram novas firmas através da construção de distritos industriais, concessões de terrenos às margens desses investimentos e ofertas de isenções tributárias.

A intervenção pública permitiu que mudanças ocorressem na estrutura produtiva. As novas implantações na indústria metalúrgica, mecânica, de material elétrico e na química permitiram a ampliação da produção tanto dos bens intermediários como dos bens de capital e de consumo duráveis.

O gráfico abaixo, ao apresentar a evolução da participação dos grupos de indústria no valor da produção industrial regional, permite visualizar a mudança na estrutura industrial da região de Sorocaba entre 1.960 e 1.980:



Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1960, 1970 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956.

Como se pode observar no gráfico, entre 1.956 e 1.970, o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis (GI) permaneceu com a maior parcela da produção total da indústria regional, correspondendo a 49% deste valor em 1.970. No entanto, este grupo perdeu peso relativo, tendo a sua participação passada a 36% em 1.975, com a ampliação do grupo de bens intermediários (GII), dada pela expansão da metalurgia. Já o grupo das indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis (GIII) mais que dobrou a sua participação – ainda que relativamente pequena no total –, tendo chegado a 5% em 1.970, com o crescimento da indústria mecânica e da de material elétrico.

A maior diversificação da estrutura industrial da RA de Sorocaba ocorreu na primeira metade da década de 1.970, como também mostra o gráfico 1. Podemos observar que nesse momento, o Grupo I diminuiu a sua parcela no total da produção para 36%, o GII passou à liderança industrial, com 49% do total, e o Grupo III atingiu 15% da contribuição para o valor da produção da indústria regional. Destaca-se no quinquênio a expansão da produção metalúrgica, química e mecânica e a continuidade da queda na participação da atividade têxtil e de alimentos (22% e 8%).

Ao final do período, a estrutura da indústria regional passou à seguinte forma: o Grupo I responsável por cerca de 31% do valor da produção da indústria regional, com acentuada queda da atividade têxtil (que passou para 14% do total) e a estabilização do ramo de alimentos (em 9%); o Grupo II com 49% do valor da produção, tendo a metalurgia (com 15%) e os minerais não-metálicos (com 13%) os valores regionais mais significativos, e a química (com 11%) como uma de suas principais atividades; o Grupo III chegou a 20% do valor total da produção, tendo a indústria mecânica e a de material elétrico se consolidado como as principais atividades do grupo (com respectivamente 10% e 5% da produção industrial total).

Segundo Negri (1988, p. 106), as indústrias da região que mais se destacaram em relação ao total da atividade no estado de São Paulo em 1.980 foram: a indústria de minerais não-metálicos, que concentrava 16% da produção; a têxtil (9%); a metalúrgica (5%); a mecânica (4%) e os vestuários e calçados (5%). Mas a região ainda contava com a obsolescência de várias unidades em seu parque industrial, principalmente da têxtil que já vinha registrando queda desde 1.956. Dentre as principais estavam: *na atividade têxtil* – a Cia. Nacional de Estamparia, Barbero, Cia N. S. do Carmo, Santa Maria, Sussex, Brasital, York Gabriel Kalfat; *minerais não-metálicos*

– a Fábrica de Cimento Votorantim e a Ind. De Minerais Pagliato; *metal-mecânica* – Cia. Brasileira de Alumínio, Fáb. de Aço Paulista, Metal. N. S. Aparecida, Albert. Flex, Sivat, Roffermes, Picchi, Galds e Nagel; *materiais de transportes* – Massey Fergusson, Prema e Nord; *material elétrico* – Pirelli e Merlim-Gerim; *e outras*: Drury's de bebidas, Eucatex de madeira, Papel São Simão e Impasa na química. (NEGRI, 1988, p. 106, 107)

**Tabela 02: Estrutura da Indústria de Transformação na Região de Sorocaba, segundo Grupo e Ramos
1956-1980**

Em porcentagem

Grupos e Ramos	Estabelecimentos					Operários					Valor da Produção					Valor da Transformação Industrial				
	1956	1960	1970	1975	1980	1956	1960	1970	1975	1980	1956	1960	1970	1975	1980	1956	1960	1970	1975	1980
Grupo I -																				
Indústrias																				
Predominantemente																				
Produtoras de Bens																				
de Consumo Não-																				
Duráveis	55,66	58,64	54,5	47,57	41,09	75,56	71,19	56,24	45,77	40,04	68,1	61,51	49,43	36,33	30,75	-	48,35	47,41	31,97	26,46
Têxtil	2,96	3,12	5,95	5,54	4,78	64,17	61,66	41,32	29,42	19,32	51,08	46,41	30,54	22,35	14,31	-	36,24	31,5	19,00	12,88
Vestuário	7,85	5,06	3,22	3,86	5,28	1,20	0,68	2,81	4,79	10,04	0,88	0,53	1,83	2,22	4,12	-	0,47	1,44	1,84	3,80
Alimentos	30,47	36,51	29,74	26,89	21,38	6,11	6,00	7,14	6,56	6,75	13,1	12,05	13,24	8,55	8,84	-	8,78	10,23	7,10	6,00
Outros	14,38	13,95	15,59	11,28	9,65	4,08	2,85	4,97	5,00	3,93	3,04	2,52	3,82	3,21	3,48	-	2,86	4,24	4,03	3,78
Grupo II -																				
Indústrias																				
Predominantemente																				
Produtoras de Bens																				
Intermediários	41,28	38,18	36,9	40,43	45,41	21,45	26,58	36,32	32,42	32,86	29,25	36,16	45,2	48,84	49,39	-	49,03	46,27	49,45	50,74
Química	6,81	1,08	1,13	1,50	1,59	3,17	0,69	1,68	2,76	3,07	4,21	0,70	3,08	5,75	11,02	-	0,63	2,31	6,29	11,52
Mínerais Não-																				
Metálicos	22,32	25,52	23,59	24,46	30,44	8,88	10,47	15,94	12,39	12,43	11,13	17,32	14,61	14,36	13,01	-	26,77	20,89	19,56	14,45
Metalurgia	2,52	2,80	4,98	6,36	5,78	4,60	8,70	10,49	8,02	8,90	8,54	11,09	16,23	20,37	15,53	-	14,77	10,62	12,45	11,06
Outros	9,63	8,78	7,20	8,11	7,60	4,80	6,72	8,21	9,25	8,46	5,37	7,05	11,28	8,36	9,83	-	6,86	12,45	11,15	13,71
Grupo III -																				
Indústrias																				
Predominantemente																				
Produtoras de bens																				
de Capital e de																				
Consumo Duráveis	3,06	3,18	8,60	12,00	13,50	2,99	2,95	7,44	21,81	27,1	2,65	2,33	5,37	14,83	19,86	-	2,62	6,32	18,58	22,8
Mecânica	0,44	0,48	3,98	5,00	6,63	1,26	0,80	3,75	11,2	12,71	0,72	0,55	2,14	8,37	9,85	-	0,73	2,81	10,37	11,05
Material de																				
Transporte	1,33	1,35	1,89	2,36	1,72	1,30	1,14	2,17	4,39	4,43	1,36	1,37	1,51	2,20	2,08	-	1,47	2,09	2,84	2,91
Material Elétrico	0,35	0,27	1,25	1,11	1,88	0,33	0,21	1,08	2,72	5,72	0,53	0,36	1,19	2,47	5,38	-	0,36	1,00	2,77	5,48
Outros	0,94	1,08	1,48	3,53	3,27	0,10	0,80	0,44	3,50	4,24	0,04	0,05	0,53	1,79	2,55	-	0,06	0,42	2,60	3,36

Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1960, 1970 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956.

Conforme se observa na Tabela 03, abaixo, o setor agrícola da região também acompanhou a fase de desenvolvimento do interior, tendo sua participação no valor total da produção agrícola estadual crescido durante todo o período: de 9% em 1.960, passou a 12% em 1.980. Isso fez a região de Sorocaba subir da sétima para a quarta posição no ranking estadual, tendo ficado abaixo das regiões de Ribeirão Preto (com participação de 28%), Campinas (17%) e São José do Rio Preto (13%). O mesmo ocorreu com relação à área plantada: os cerca de 11% da área da lavoura do estado pertencentes à região de Sorocaba em 1.960 aumentaram para 13% em 1.980, o que fez a região sair da sexta para a quarta posição no estado .

Tabela 03: Participação das Divisões Regionais Agrícolas no total da produção do Estado de São Paulo

Valor da Produção Agrícola e Utilização das Áreas cultiváveis e de pastagem 1958-1981*

DIRAS**	Valor da Produção Agrícola			Lavouras (temporárias e permanentes)		Pastagem Natural		Pastagem Cultivada	
	1958/59	1969/71	1979/81	1969/71	1979/81	1969/72	1979/82	1969/73	1979/83
Araçatuba	6,72	5,04	4,25	5,5	4,43	3,48	4,53	18,79	16,78
Bauru	9,08	6,46	5,83	5,86	5,8	6,97	7,47	8,45	7,40
Campinas	13,98	15,58	16,91	12,39	14,6	14,58	13,26	3,65	3,89
Marília	12,2	10,84	8,39	11,21	13,58	7,95	6,89	10,02	9,90
Presidente Prudente	13,7	11,09	6,65	12,59	6,98	4,48	6,18	22,47	21,20
Ribeirão Preto	16,83	21,66	28,3	20,38	26,98	18,89	13,84	10,33	10,95
São José do Rio Preto	11,44	14,02	13,44	17,96	12,36	7,16	5,18	17,06	18,61
São Paulo	5,04	3,46	2,85	2,07	1,67	4,42	5,11	0,64	1,04
Sorocaba	9,05	10,4	12,00	10,75	12,69	17,40	18,36	8,19	9,49
Vale do Paraíba	1,96	1,45	1,15	1,29	0,95	14,67	19,18	0,40	0,74
Estado de São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	100	100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: IEA, Anuários Estatísticos de São Paulo e IEA/CATI, Dados Básicos.

Notas: * Existência de variação dos períodos analisados entre as variáveis, devido às tabulações independentes do mesmo instituto de pesquisa.

** Divisões Regionais Agrícolas.

Este crescimento das lavouras se deu com aumento de produtividade. Segundo dados do Censo Agropecuário, a RA de Sorocaba passou de quinta maior detentora de tratores no estado de São Paulo, com 7.627 unidades em 1.970, a terceira em 1.980, com 18.348 unidades, atrás somente de Ribeirão Preto (31.224) e Campinas (21.447). Isso fez com que o êxodo rural tornasse a se apresentar depois de três décadas.

As culturas que mais cederam áreas, como se observa na Tabela 04, a seguir, foram as de pastagens naturais, a do milho, do arroz, da mandioca e a do café. Substituindo-as, as que mais avançaram foram: o feijão, a pastagem cultivada, a soja, a cana-de-açúcar, o trigo e a laranja.

Tabela 04: Evolução das culturas da Região de Sorocaba (1969/71 a 1979/81)

Cultivos substitutos	Área acrescida (1000 ha)	Cultivos substitutos	Área cedida (1000 ha)
Feijão	190,90	Pastagem natural	367,80
Pastagem cultivada	189,60	Milho	63,10
Soja	25,20	Arroz	13,50
Cana-de-açúcar	24,20	Mandioca	6,50
Trigo	9,70	Café	6,10
Laranja	3,00		

Fonte: IEA/CATI apud Caiado e Puppo (1992).

Ao final da década de 1.970, a RA de Sorocaba tornou-se um dos principais centros de abastecimento de produtos agrícolas do estado, devido à redução das áreas produtoras na Grande São Paulo. Expandiu a produção de hortifrutigranjeiros, como tomate, cebola, uva, pêsego e maçã, com destaque, principalmente, para os municípios de Ibiúna e Piedade, próximos à capital e com extensa área rural. Houve crescimento do reflorestamento, destinado às indústrias madeireira e de papel e celulose, principalmente nos municípios de Votorantim, Mairinque (ainda incorporando o distrito de Alumínio), São Roque e Salto de Pirapora.

A localização e a evolução das atividades econômicas também influenciaram a localização e distribuição da população no interior da RA de Sorocaba. A distribuição e as taxas de crescimento das regiões de governo (RG) pertencentes à região administrativa (RA) de Sorocaba, no período entre 1970 e 1980, são apresentadas na Tabela 05, a seguir. As populações a registrarem maiores taxas de crescimento anual foram justamente aquelas compreendidas nas RGs mais próximas à capital e com maior destaque no total da produção regional. A RG de Sorocaba registrou crescimento anual de 4,08% entre 1.970 e 1.980, seguida pelas de Itapetininga (2,81%), Itapeva (2,66%), Avaré (0,94%) e Botucatu (0,87%).

O baixo crescimento populacional e econômico de Avaré e Botucatu no período reflete a histórica dificuldade causada pelo fator locacional. Como visto, tais RGs tiveram dificuldades em inverter o capital obtido na cafeicultura, e, com isso, pouco desenvolveram a produção industrial,

mesmo após terem sido beneficiadas com os investimentos na área de transportes durante a década de 1.970.

As produções agrícolas de ambas sofreram efeitos de inibição tanto da RG de Sorocaba quanto da RG de Itapetininga. Assim como ocorreu com o café, as despesas com o escoamento da produção à grande São Paulo deixavam os seus produtos menos competitivos se comparados aos provenientes da RG de Sorocaba. O mesmo ocorreu com relação ao fornecimento de algodão às empresas têxteis de Sorocaba, impossibilitado competitivamente devido à proximidade dos produtores de Itapetininga. No caso das indústrias, preferiram se instalar próximas aos grandes centros consumidores e com infra-estrutura básica, num raio máximo de 150 quilômetros da capital.

Quanto ao crescimento populacional da RG de Itapeva, foi sustentado principalmente pelo uso extensivo de mão-de-obra em suas culturas, principalmente na do feijão. Embora seus produtos fossem de baixo valor comercial, a fixação do pessoal ocupado na atividade agrícola manteve a sua proporção populacional regional durante as décadas de 1.970 e 1.980 em torno de 17%.

A RG de Itapetininga também manteve a mesma proporção populacional regional durante a fase de desenvolvimento do interior, período em que boa parte de sua mão-de-obra era empregada no setor terciário, impulsionado pela relativa distância do centro comercial de Sorocaba e pelas suas atividades agrícolas e industriais. O crescimento populacional anual de 2,8% foi suficiente para manter a proporção de sua parcela no total regional em 15%.

Finalmente, o crescimento demográfico da RG de Sorocaba foi impulsionado principalmente pelo crescimento da mão-de-obra vinculada à expansão industrial. O crescimento da agricultura no denominado “cinturão verde” também ajudou a manter parte da população rural em pequenas unidades agrícolas. Importante também ressaltar a importância do setor terciário no emprego de parte da população economicamente ativa. Deste modo, foi a única região de governo (RG) a aumentar a proporção de sua população (de 40% para 45%) na região administrativa (RA).

**Tabela 05: População da RA de Sorocaba
Distribuição e crescimento das Regiões de Governo**

Regiões	População		Distribuição populacional		Tx. Anual de Crescimento
	1970	1980	1970	1980	1970/1980
Estado de São Paulo	17.771.948	25.040.712	100,0	100,0	3,49
Interior	9.632.218	12.451.987	54,2	49,7	2,87
RA de Sorocaba	1.140.995	1.510.176	6,4	6,0	
RA de Sorocaba	1.140.995	1.510.176	100,0	100,0	2,84
RG de Avaré	171.185	188.042	15,0	12,5	0,94
RG de Botucatu	142.078	155.009	12,5	10,3	0,87
RG de Itapetininga	171.636	226.335	15,1	15,0	2,81
RG de Itapeva	197.722	257.200	17,3	17,0	2,66
RG de Sorocaba	458.374	683.590	40,2	45,3	4,08

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Ao analisar os dados do Censo Demográfico é possível verificar que a expansão das atividades urbanas com a ampliação do parque industrial da RA de Sorocaba causou um aumento da taxa de crescimento da população urbana regional da ordem de 5%, sendo que o grau de urbanização regional passou de 58 % para 71% entre 1.970 e 1.980. No mesmo período, enquanto a parte da população ocupada nas atividades rurais caiu de 43% para 28%, a população economicamente ativa (PEA) empregada nas atividades urbanas cresceu de 22% para cerca de 32% no setor secundário, e de 35% para 39% no terciário.

Por conseguinte, a mesma lógica foi seguida nos processos de urbanização das suas respectivas regiões de governo. Ainda com relação aos dados do Censo Demográfico é possível observar que, no início do processo de interiorização, as regiões mais urbanizadas eram aquelas cuja gama de serviços e comércios eram mais bem desenvolvidas como a RG de Sorocaba (71% de urbanização em 1970), Botucatu (60%), Itapetininga (58%) e Avaré (47%). A RG de Itapeva (com apenas 36% de urbanização em 1.970), cuja economia se baseava essencialmente na atividade agrícola, seguiu lógica contrária.

Ao final do período, a RG de Sorocaba permaneceu concentrando a maior porcentagem regional em termos do número de estabelecimentos (52% do total regional), pessoal ocupado (74%), valor da produção (76%) e valor da transformação industrial (76%). Isso determinou tanto o maior aumento populacional (de 4% entre 1.970 e 1.980), como o maior grau de urbanização da RG de Sorocaba (de 84% em 1.980), seguida pela de Itapetininga (69%), Botucatu e Avaré (61%) e Itapeva (48%).

Em resumo, o grau de urbanização da RA (71%), considerado baixo com relação ao registrado no estado de São Paulo (89%), evidencia o maior crescimento das atividades urbanas em outras regiões, como Campinas, Vale do Paraíba, RMSP e litoral. Internamente, a grande concentração da população e dos serviços urbanos na RG de Sorocaba contrapõe ao baixo grau de urbanização da RA, assim refletindo a permanência da grande desigualdade entre as RGs no final do período.

Capítulo 2 – Principais mudanças na estrutura produtiva da Região Administrativa de Sorocaba entre 1980 e 2005

O capítulo tem como objetivo central identificar as principais mudanças ocorridas na estrutura produtiva da RA de Sorocaba entre os anos de 1.980 e 2.005.

A análise é contextualizada de acordo com os condicionantes macroeconômicos do período e com base nas especificidades regionais historicamente determinadas e sistematizadas no capítulo anterior. Apresenta a forma de inserção da economia regional sorocabana no contexto maior da economia paulista, além de alguns traços de sua especificidade intra-regional.

As duas décadas em foco foram marcadas por um baixo crescimento, tal contexto macroeconômico trouxe impactos sobre toda a dinâmica regional. Com isso, cabe ao capítulo, inicialmente, fazer uma breve descrição do contexto econômico paulista, descrevendo a importância do movimento da interiorização do desenvolvimento e dos determinantes do ambiente macroeconômico na evolução e na estrutura dos setores produtivos localizados na RA de Sorocaba.

Neste sentido, cada seção do capítulo busca fazer uma análise das principais transformações ocorridas nos setores da indústria, agricultura, comércio, serviços. E assim, paralelamente, identificar a importância relativa da região no contexto maior da dinâmica econômica paulista e o papel de cada sub-região ou região de governo que a compõe.

2.1 Considerações sobre os principais condicionantes econômicos e seus impactos sobre a economia paulista

A composição da estrutura produtiva paulista no início da década de 1.980 modificou-se como resultado mais direto das grandes transformações ocorridas, principalmente, no período anterior, de 1.956 até 1.980. Transformações determinadas pela expansão da indústria pesada e pelo movimento da desconcentração produtiva, este, fomentado pelos investimentos do governo federal e pela política estadual de descentralização da produção da capital.

Como o visto no primeiro capítulo, os investimentos governamentais foram fundamentais à elevação da produção no interior de São Paulo. A produção industrial, tanto do interior, como

particularmente a de Sorocaba, antes voltadas à indústria de bens de consumo não-duráveis, fortemente concentradas nos ramos alimentício e têxtil, passou a contar com o crescimento da indústria de bens intermediários e de bens de consumo duráveis e de capital. A agricultura também participou desse processo, se modernizou e aumentou sua articulação com o setor industrial. O crescimento de ambos os setores fez com que as atividades comerciais e de serviços ganhassem ímpeto, apresentando bom desempenho no período em análise.

A economia brasileira, a partir de 1.980, defrontou-se com enormes dificuldades estruturais e foi marcada por longos períodos recessivos e curtas fases de recuperação. A permanência da crise na década de 1.980 e as medidas adotadas na década de 1.990 marcaram um outro período histórico da dinâmica econômica regional, caracterizada pela estagnação do crescimento econômico do país e pela redução dos gastos governamentais.

Dentre os principais condicionantes que influenciaram a dinâmica econômica e as alterações das estruturas produtivas regionais na década de 1.980 cabe destacar: a crise no setor externo entre 1979-1982 que agravou tanto o balanço de pagamentos como o déficit público; a espiral inflacionária e a profunda crise fiscal e financeira durante toda a década.

A década de 1.990 pode ser dividida em dois períodos conforme seus condicionantes: entre 1989 e 1994, marcado pela ampliação da exposição da indústria do país à concorrência internacional, o início das privatizações, a persistência da crise econômica e o fraco investimento; e, um segundo momento, a partir de 1.994, que, além da continuidade de todos esses fatores, foi marcado pelo início da estabilização econômica e um breve período de retomada do crescimento após 1994, aliados à austeridade fiscal, à ausência de políticas de desenvolvimento regional e social, à desregulamentação dos fluxos financeiros e às mudanças no câmbio e na taxa de juros, colaborando com a entrada do capital especulativo, em detrimento dos investimentos no setor produtivo.

Nesse contexto, a debilidade da ação do Estado – com inúmeras experiências de políticas heterodoxas antiinflacionárias, durante a década de 1.980, e, as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico, na década de 1.990 - limitou as políticas que pudessem direcionar o desenvolvimento e reduzir das desigualdades regionais. Assim, acabou por colocar obstáculos ao processo de desconcentração industrial observada até meados da década de 1.980.

A condição que prevaleceu por todo o território nacional durante os pequenos surtos de crescimento foi o aumento da seletividade do capital quanto às opções de localização. Os

investimentos na transferência ou em novas plantas, quando não instalados em função do beneficiamento concedido via guerra fiscal entre os estados e município selecionavam o local através da própria natureza concentradora do capital, ou seja, se mantiveram próximas aos grandes centros consumidores e com estruturas industriais de maior complexidade tecnológica, com mão-de-obra qualificada ou em função de condições mais favoráveis de baixos salários.

Além disso, as grandes empresas, diante da abrupta abertura comercial, foram reestruturadas e se voltaram ao mercado internacional, enquanto o restante das empresas nacionais sentia o efeito de inibição e destruição, causadas pela maneira com que foram expostas.

Esses impactos ocorreram com maior vigor sobre as regiões mais densamente industrializadas do país, àquelas com estruturas produtivas mais complexas e com maior integração. Tanto que a taxa média anual de crescimento do PIB nacional foi de apenas 2,4% na década de 80 (contra os cerca de 8,0% entre 1.970 e 1.980), enquanto o crescimento paulista não passou de 2,1% a.a..

De tal modo que a continuidade do movimento da desconcentração, mais precisamente na década de 1.980, se deu mais pelas quedas mais altas da produção paulista em face da crise do que pela alta na produção das demais regiões. É o que Cano (1998, p. 316) define como uma “*desconcentração mais de caráter estatístico*”.

Mesmo alertando sobre as deficiências estatísticas nos últimos vinte e cinco anos, o autor, em seu trabalho, mostra a existência de uma “*inflexão no processo de desconcentração*” no período e “*uma provável reconcentração que estaria ocorrendo dentro de alguns ramos industriais*” após 1.985. (CANO, 1998, p. 330-332)

Se entre 1.970 e 1.985 a participação de São Paulo no valor da transformação industrial nacional apresentou um claro processo de desconcentração produtiva ao ser reduzida de 58% para 52%. A partir de 1.985 a desconcentração industrial foi quase que estancada e o Estado praticamente manteve a sua participação ao registrar pequenas oscilações na casa dos 49% até 1.998. Porém, cabe assinalar a redução para aproximados 48% em 2000.

Essa inflexão da desconcentração foi assinalada primeiramente no trabalho de Cano (1998) e constatada na tese de Caiado (2002). Consiste na conclusão de que os acréscimos das participações deram-se, em grande parte, pela realização de investimentos nos ramos considerados de alta tecnologia como a eletrônica, a informática e as telecomunicações no

denominado “*Complexo Metropolitano Expandido*” compreendido desde a capital até as Regiões de São José dos Campos, Campinas, Jundiaí e Sorocaba.

A ampliação da concentração na produção nacional ocorreu em sete divisões da indústria de transformação: gráfica; química; material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicações; alimentos e bebidas; minerais não metálicos; outros equipamentos de transportes e madeira. Enquanto os ramos de fabricação de veículos automotores (64%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (62%), artigos de borracha e plástico (61%), equipamentos de instrumentação hospitalar e de automação (58%), máquinas e equipamentos (56%), produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (54%), mesmo obtendo quedas na participação continuaram a concentrar mais de 50% da produção nacional. As maiores reduções ocorreram na indústria do fumo, couro e calçados, metalurgia básica, móvel e indústrias diversas.

O crescimento de tais ramos indica que a capital não deixou de ser o centro dinâmico, nem apresentou sinais de obsolescência de seu parque industrial. As atividades de maior valor agregado e os grandes centros de decisões das empresas permaneceram na capital e muito próximos ao seu entorno.

No entanto, alguns fatores asseguraram a continuidade do movimento de desconcentração intra-estadual, sobretudo no sentido do interior de São Paulo. Dentre os principais: o amadurecimento de alguns investimentos realizados durante o II PND até metade da década de 80; os incentivos municipais frente à guerra fiscal; e a seletividade do capital por regiões providas por um conjunto de infra-estrutura básica como mão-de-obra, transporte, terrenos menos valorizados e a proximidade aos grandes centros consumidores.

Outro fator a ser considerado foi o estímulo aos produtos agroindustriais exportáveis e ao commodities com maior valor de mercado. Apesar de o país ter passado por uma deterioração de sua situação econômica frente à crise da dívida, a política de mega-superávits, orientada ao pagamento da dívida externa, levou o governo a manter os subsídios e incentivos à exportação com a finalidade de gerar dólares a serem transferidos ao exterior. Essa orientação gerou impactos nas regiões agrícolas e agroindustriais durante a década de 1.980, especialmente na economia do interior do estado de São Paulo.

Desse modo, a redução da participação foi espacialmente limitada à RMSP. No período, apresentou perdas em sua participação na indústria geral (de 27% para 19% do VTI do Brasil) e na de transformação (29% para 21%). Enquanto o interior passou a ser o principal espaço

industrial, superou a RMSP ao ampliar a sua participação de 21% para aproximados 26% na indústria geral e de 23% para 27% na indústria de transformação do país.

A RMSP desconcentrou a produção na maioria dos ramos industriais, exceto a gráfica e refino de petróleo e álcool. No entanto, apresentou crescimento e maior complexidade no setor de serviços. No interior, os únicos ramos industriais a registrarem queda foram os relacionados à produção de fumo, artigos de couro e calçados, fabricação e refino de petróleo e álcool e metalurgia básica.

Na RA de Sorocaba, a indústria continuou sendo a principal atividade econômica, seguida pelo comércio e serviços e pela agropecuária. No âmbito intra-regional, a RG de Sorocaba foi a que apresentou uma maior dinâmica por abrigar a cidade pólo de maior importância econômica e por concentrar a maior parte das indústrias.

A atividade ligada ao comércio foi a que menos se concentrou na região, embora a cidade de Sorocaba apresentasse uma maior dinâmica nas vendas e número de estabelecimento. O comercial no restante da região esteve condicionado às necessidades de abastecimento locais, devido às maiores distâncias que se encontram da capital e do centro regional.

O setor de serviços, diferentemente da diversidade das atividades da RMSP ou até mesmo da RG de Campinas, ficou composto, em grande parte, pelas atividades menos sofisticadas, desempenhadas por profissionais liberais, ligadas à área da saúde, contabilidade e agências bancárias. A proximidade e a maior relação com a capital, reforçada a partir das obras de infraestrutura de transportes nas décadas anteriores, ao mesmo tempo em que contribuíram para uma melhor inserção da região no contexto da economia paulista, exerceram certo efeito de inibição sobre o crescimento do setor terciário no espaço compreendido pela RG de Sorocaba.

Alguns problemas impedem que este trabalho tenha realizado uma análise mais profunda referente à importância das atividades comerciais e de serviços na economia regional. A complexidade na conceituação e apuração das atividades de serviços, e, a inexistência de pesquisas primárias na região, além do fato e o fato do VAF subestimar esses setores, impedem uma análise mais apurada da dinâmica terciária.

Considerando os condicionantes macroeconômicos econômicos e históricos postos é apresentada a seguir as principais transformações do conjunto da estrutura produtiva da RA de Sorocaba, a importância e sua forma de inserção na economia paulista, através da análise da evolução dos principais setores, e, de acordo com os dados e fontes de informação disponíveis.

2.2 A indústria da RA de Sorocaba

A RA de Sorocaba durante o período 1980/2005 prosseguiu sendo beneficiada pelo movimento de desenvolvimento do interior paulista. Sua indústria, desde a década de 1.970, se tornou mais diversificada e complexa.

Durante todo o período de 1.980 a 2.005 a RA em estudo contou com crescimento na participação estadual (38%), de 3,96% passou a 5,46%, considerado baixo em relação aos maiores ganhos das demais RAs. A RA de Sorocaba, da quinta posição estadual em 1.980 (3,96%) passou a quarta (4,92%) em 1.985 e ultrapassou a RA de Santos, posição que se sustentou até o final do período.

Em todo o período, as RAs do estado de São Paulo apresentaram aumento em suas participações no valor adicionado fiscal da indústria de transformação, exceto as RAs de Santos (0%), Registro (0%) e a RMSP (-37%). Campinas contou com crescimento aproximado de 74%, São José dos Campos 99% e São José do Rio Preto 232%. A maior articulação agrícola-industrial fez com que as demais obtivessem aumentos consideráveis, porém, não ultrapassaram o percentual de participação de 3%.

Os dados da Pesquisa de Investimentos Anunciados para o estado de São Paulo (1996-2003), realizada pela Fundação SEADE, apontam que a indústria foi o setor mais privilegiado da RA de Sorocaba, com 87% do valor. Entre os anos de 1.996 a 2.003, Sorocaba foi a quinta região a ter mais anúncios de investimentos, cerca de 3%, atrás da RMSP (32%) e das RAs de Campinas (16%), São José dos Campos (12%) e Santos (5%). Destaque para os investimentos das indústrias automatizada, elétrica, gás e água quente, extração de minerais metálicos, minerais não metálicas e ligadas à madeira e à metalurgia básica.

Tabela 06: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação por Região Administrativa do Estado de São Paulo. (Em %)

RA / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RMSP	64,09	57,39	58,11	56,63	51,64	53,91	53,59	51,86	53,68	52,04	49,39	46,74	41,21	40,91	38,37	38,18	39,26	40,23
Araçatuba	0,33	0,49	0,66	0,65	0,73	0,70	0,65	0,65	0,67	0,92	1,03	1,08	0,97	1,15	1,14	1,09	1,10	1,08
Barretos	0,42	0,68	0,51	0,76	0,52	0,49	0,50	0,48	0,54	0,72	0,70	0,85	0,76	0,89	1,11	1,01	0,99	0,89
Bauru	1,10	1,38	1,21	1,34	1,18	1,38	1,51	1,51	1,51	1,52	1,65	1,78	1,59	1,59	1,80	1,81	1,83	1,80
Campinas	15,09	17,45	19,22	18,35	20,90	21,92	20,07	21,48	19,26	18,56	20,31	21,06	23,65	23,84	24,83	26,34	25,45	26,28
Central	1,78	2,28	1,75	2,44	1,97	1,72	2,04	1,76	2,06	2,13	2,12	2,37	2,06	2,10	2,21	2,43	1,95	1,98
Franca	0,75	0,93	1,18	0,87	0,75	0,91	0,99	0,85	0,84	1,19	1,23	1,28	1,16	1,11	1,33	1,35	1,34	1,36
Marília	0,54	0,80	0,87	0,74	0,67	0,80	0,83	0,81	0,91	1,11	1,18	1,14	0,96	1,10	1,24	1,42	1,30	1,17
Presidente Prudente	0,36	0,41	0,35	0,42	0,36	0,38	0,39	0,36	0,41	0,59	0,62	0,59	0,42	0,59	0,69	0,63	0,64	0,64
Registro	0,17	0,22	0,12	0,02	0,19	0,14	0,12	0,13	0,14	0,19	0,21	0,25	0,21	0,20	0,21	0,21	0,20	0,17
Ribeirão Preto	1,12	1,63	1,19	1,29	1,19	1,66	1,60	1,90	2,03	2,15	2,46	2,26	2,17	2,19	2,51	2,79	2,71	2,86
Santos	4,30	4,06	2,61	3,70	5,04	3,42	3,37	3,22	2,28	2,29	2,43	2,48	4,20	4,35	5,00	4,81	4,60	4,30
São José do Rio Preto	0,56	0,67	0,95	0,85	0,75	0,87	0,90	1,00	1,12	1,61	1,60	1,73	1,40	1,51	1,88	1,87	1,76	1,86
São José dos Campos	4,98	6,33	6,35	7,13	8,16	7,22	8,76	8,75	9,17	9,05	9,31	10,57	13,93	13,45	12,66	10,50	11,22	9,91
Sorocaba	3,96	4,92	4,92	4,65	4,80	4,46	4,69	5,23	5,38	5,72	5,75	5,83	5,32	5,02	5,03	5,57	5,66	5,46
Total do Est. de SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Base de Dados: Secretaria da Fazenda (1980 a 1999) apud Fundação SEADE (2001 a 2005) - Tabelamento CEDE-IE/UNICAMP.

Mesmo a estrutura produtiva paulista ter sofrido os maiores impactos da abertura comercial, a indústria da região expandiu e diversificou-se. As firmas orientaram-se pelos movimentos de desconcentração paulista e de reconcentração de alguns ramos da indústria nacional, sobretudo, no raio de 150 quilômetros da capital. Os impactos desses dois movimentos podem ser observados pelo aumento da participação regional na produção estadual, tanto no crescimento de sua participação no total do VAF da indústria de transformação como na contribuição por ramos, assim como mostram as tabelas 07 e 08.

Os dados da produção industrial confirmam os investimentos, já que o bom desempenho da RA de Sorocaba no período de 1.980 a 2.003 deu-se, principalmente, através do crescimento de todo o grupo industrial predominantemente produtor de bens de capital e de consumo durável, da produção madeireira e metalúrgica no grupo de bens intermediários, e da extração de minerais não-metálicos no grupo de bens intermediários na composição da produção regional.

Tabela 07: Participação do Valor Adicionado Fiscal dos diferentes ramos da indústria de transformação da RA de Sorocaba nos respectivos ramos no Estado de São Paulo (em %)

Grupos e Ramos / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Grupo I - Ind. predominantemente produtora de bens de consumo não duráveis	4,21	5,08	5,06	4,77	4,77	4,22	4,25	4,76	4,97	4,92	4,57		4,20	4,20	4,65	5,24
Alimentos	1,72	2,99	3,87	3,44	3,15	2,78	2,94	3,91	4,85	5,53	5,32		4,83	6,01	6,44	6,95
Têxteis	6,78	8,59	7,43	6,69	7,68	8,12	7,10	5,61	6,56	6,90	7,43		3,49	6,00	6,91	6,49
Farmacêut., Médic. e Perfumaria	0,02	2,09	1,71	1,79	1,63	1,26	0,91	1,38	0,99	1,09	0,68		6,73	2,83	2,17	1,96
Vestuário, Calçados e Artif. de Tecidos	4,98	7,27	6,17	6,16	7,89	5,30	5,62	6,91	6,89	6,20	5,86					
Couro, Peles e Artif. derivados													14,37	7,91	8,33	8,75
Bebidas, Líq. Alcól., Vinagre	20,97	7,56	11,02	10,60	11,70	9,66	10,03	8,94	11,35	9,53	9,87		11,82	3,99	5,49	9,58
Mobiliários	2,07	2,61	2,31	3,21	4,06	4,24	4,44	4,48	4,11	5,81	6,14		4,65	4,49	4,51	5,56
Editorial e Gráfica	0,43	1,50	1,41	1,82	1,66	1,28	1,51	2,06	1,75	1,56	1,65		2,08	1,39	1,26	1,68
Prod. Reino Vegetal In-Natura	13,09	8,34	10,23	10,91	12,91	12,12	17,08	21,01	26,38	18,80	11,98					
Prod. Reino Animal In-Natura																
Frigoríficos	1,03	4,26	3,64	3,53	2,52	2,21	3,41	3,54	4,79	7,29	6,35					
Fumo e Prod. Derivados													0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo II - Ind. Predominantemente produtora de bens intermediários	5,07	5,63	5,00	4,41	5,36	5,55	5,46	6,14	6,38	6,93	7,27		5,87	5,64	5,24	5,50
Metalúrgica	4,50	7,26	6,30	3,07	7,68	6,61	6,63	7,05	6,58	6,42	6,70		29,74	30,26	27,25	26,56
Química	1,74	1,50	1,89	1,87	1,73	1,95	1,95	2,62	3,72	4,75	4,77		4,89	5,56	4,98	5,78
Minerais Não-Metál. - Cimento	15,27	13,40	12,67	13,65	19,56	17,30	15,65	15,82	14,28	16,26	18,41		21,26	21,10	18,90	17,13
Papel, Papelão e Celulose	7,20	6,80	6,03	5,51	5,72	6,29	4,97	5,06	5,58	4,72	3,51		3,58	3,60	3,38	3,65
Material Plástico	2,48	4,03	4,61	4,47	5,31	5,55	5,48	5,73	5,06	6,60	8,98		9,27	6,44	6,75	7,67
Borracha	0,90	2,09	3,58	3,90	3,86	3,68	3,85	4,22	4,40	4,35	3,56		3,32	3,60	3,21	3,13
Art. e Art. Madeira	37,79	38,86	32,43	44,56	46,40	44,08	44,61	40,98	39,15	42,63	40,79		44,30	42,36	45,02	43,67
Pedra e Out. Mat. Construção	2,42	1,60	4,03	3,89	3,98	3,02	2,70	4,05	5,06	4,94	4,54		0,00	0,00	0,00	0,00
Couros, Peles e Similares	4,62	7,04	4,08	3,38	3,10	1,76	2,46	2,70	1,63	2,45	1,76					
Reciclagem													2,61	2,34	6,77	6,69
Combustíveis													0,18	0,14	0,15	0,19
Diversos (II)	0,68	0,25	0,52	0,75	0,43	1,70	1,33	2,09	1,73	1,60	1,73					
Grupo III - Ind. Predominantemente produtora de bens de capital e de consumo duráveis	2,32	3,77	4,65	4,84	3,93	3,41	4,13	4,61	4,73	5,38	5,53		5,14	4,81	5,21	6,26
Mat. de transporte	1,14	2,47	3,32	3,41	2,44	2,43	3,12	3,02	3,32	3,22	3,80		3,58	3,65	4,01	4,88
Mat. Elétr. e de Comunic.	2,48	4,32	5,19	6,59	5,52	3,63	5,65	6,31	6,46	8,37	6,99		14,65	12,62	13,34	13,69
Máq., Aparelhos e Mat. Elétr.													12,06	10,27	8,92	11,08
Mat. Elétr. e Equip. Comunic.													2,59	2,35	4,43	2,61
Prod. Mecânicos	4,36	6,08	7,36	6,38	6,41	6,74	6,00	7,12	6,48	8,10	8,61		7,89	10,62	7,01	9,57
Máq. e Equip.													6,66	4,50	5,63	7,75
Máq. Escritório e Equip. Informática													1,23	6,13	1,37	1,83
Eletrrodomésticos													3,12	5,56	5,36	3,94
Equip. Médic., Óticos, Precisão													4,82	4,15	9,81	9,87
Diversos (I e III)*	0,53	0,48	0,89	1,00	0,83	0,86	1,19	1,53	1,22	1,80	1,91					
Diversos (I, II e III)													10,80	10,34	10,60	10,97
Outras Indústrias**	1,99	0,53	1,78	1,41	1,95	2,07	2,39	2,33	2,48	2,52	1,60		0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Indust. Transf. da RA	3,95	4,92	4,92	4,65	4,80	4,46	4,69	5,23	5,38	5,72	5,75		5,18	5,00	5,07	5,61

Fonte: Secretaria da Fazenda e base de dados da Fund. SEADE - Tabulação CEDE/IE/UNICAMP

Notas:

() Não apurados ou considerados em outro ramo

(*) Soma de diversas indústrias do Grupo I e III; agrupadas no grupo III.

(**) Devido a não especificação do tipo de ramo, o trabalho optou por desagregar o ramos Diversos dos Grupos I, II e III.

Tabela 08: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação da RA de Sorocaba segundo os diferentes grupos e ramos da Indústria (em %)

Grupos e Ramos / Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Grupo I - Ind. predominantemente produtora de bens de consumo não duráveis	28,71	30,21	29,87	30,36	28,74	28,58	28,19	28,83	31,75	30,84	29,33		23,52	23,75	26,19	26,89
Alimentos	3,30	5,50	6,45	7,44	6,43	5,99	6,14	7,60	9,87	11,19	10,89		11,38	15,36	17,17	17,03
Têxteis	10,97	12,29	8,62	7,88	7,66	8,21	6,91	4,65	4,35	3,51	3,71		1,80	2,97	3,20	2,75
Farmacêut., Médic. e Perfumaria	0,01	1,58	1,29	1,47	1,62	1,38	1,18	1,38	1,28	1,47	1,00		1,34	0,82	0,69	0,66
Vestuário, Calçados e Artif. de Tecidos	4,79	5,89	6,58	5,26	4,85	4,35	4,21	4,56	4,44	3,10	2,60					
Couro, Peles e Artif. derivados	6,26	2,65	4,52	5,54	5,80	6,07	6,36	6,38	7,73	6,24	6,15		3,04	1,57	1,52	1,51
Bebidas, Liq. Alcool., Vinagre	0,69	0,63	0,49	0,53	0,45	0,59	0,72	0,88	0,79	0,95	0,98		4,19	1,44	2,18	3,45
Mobiliários	0,18	0,35	0,53	0,73	0,48	0,55	0,65	0,97	0,72	0,70	0,78		0,68	0,74	0,70	0,67
Editorial e Gráfica	2,31	0,78	0,87	1,01	1,05	1,07	1,45	1,57	1,82	1,58	1,17		1,09	0,85	0,73	0,82
Prod. Reino Vegetal In-Natura	0,20	0,54	0,52	0,50	0,40	0,37	0,57	0,84	0,75	2,10	2,05		0,00	0,00	0,00	0,00
Prod. Reino Animal In-Natura Frigoríficos													0,00	0,00	0,00	0,00
Fumo e Prod. Derivados													0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo II - Ind. Predominantemente produtora de bens intermediários	52,51	47,09	41,77	38,43	47,95	46,40	44,79	42,92	39,79	38,54	40,88		49,02	49,37	46,89	46,20
Metabúrgica	15,10	19,56	13,98	6,44	14,16	11,97	12,07	12,20	11,20	9,60	9,75		13,29	14,12	13,63	13,33
Química	5,33	3,35	4,79	5,85	6,08	6,50	6,05	5,92	5,98	7,44	7,85		8,79	9,51	8,47	9,73
Minerais Não-Metál. - Cimento	15,74	10,71	8,90	10,34	13,70	12,31	11,99	10,24	8,82	9,30	10,35		12,09	12,00	10,81	8,63
Papel, Papelão e Celulose	6,48	5,25	4,92	4,91	4,59	5,42	4,46	4,89	4,63	2,83	2,14		2,88	2,88	2,70	2,86
Material Plástico	1,69	2,22	3,24	3,12	3,12	3,30	3,27	3,24	3,00	3,59	4,82		5,70	4,18	4,17	4,61
Borracha	0,34	0,85	1,45	1,69	1,57	1,74	1,79	1,54	1,58	1,44	1,22		1,05	1,23	1,19	1,21
Art. e Art. Madeira	7,03	4,53	3,72	5,41	4,12	4,32	4,48	4,08	3,77	3,67	4,06		4,71	4,99	5,36	5,22
Pedra e Out. Mat. Construção	0,08	0,03	0,10	0,10	0,08	0,07	0,06	0,08	0,10	0,09	0,08		0,00	0,00	0,00	0,00
Couros, Peles e Similares	0,27	0,41	0,27	0,19	0,13	0,10	0,13	0,12	0,07	0,08	0,06					
Reciclagem													0,02	0,03	0,08	0,08
Combustíveis													0,49	0,43	0,48	0,53
Diversos (II)	0,45	0,18	0,40	0,38	0,40	0,67	0,49	0,61	0,64	0,50	0,55					
Grupo III - Ind. Predominantemente produtora de bens de capital e de consumo duráveis	18,69	22,67	28,11	31,06	23,07	24,83	26,77	28,03	28,24	30,37	29,64		27,46	26,86	26,86	26,90
Mat. de transporte	3,59	5,77	8,71	9,94	7,24	8,92	11,01	9,28	9,53	9,46	10,09		9,04	9,24	9,98	9,87
Mat. Elétr. e de Comunic.	5,87	7,83	8,63	12,11	8,31	7,52	8,01	9,74	10,68	11,91	10,08		8,39	7,64	5,81	5,53
Máq., Aparelhos e Mat. Elétr.													7,00	6,33	4,29	4,78
Mat. Elétr. e Equip. Comunic.													1,39	1,32	1,53	0,75
Prod. Mecânicos	9,07	8,92	10,52	8,75	7,33	8,14	7,44	8,68	7,75	8,68	9,15		6,79	6,45	6,92	8,06
Máq. e Equip.													6,58	5,13	6,69	7,82
Máq. Escritório e Equip. Informática													0,21	1,32	0,23	0,24
Eletrodomésticos													0,74	1,02	0,88	0,54
Equip. Médic., Óticos, Precisão													0,68	0,64	1,34	1,17
Diversos (I e III)*	0,16	0,15	0,25	0,26	0,19	0,25	0,31	0,33	0,28	0,32	0,32					
Diversos (I, II e III)													1,82	1,87	1,93	1,73
Outras Indústrias**	0,09	0,02	0,22	0,16	0,18	0,19	0,23	0,21	0,24	0,21	0,13		0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Indust. Transf. da RA	99,91	99,97	99,75	99,85	99,76	99,81	99,75	99,78	99,78	99,75	99,85		100,00	99,98	99,94	99,99

Fonte: Secretaria da Fazenda e base de dados da Fund. SEADE - Tabulação CEDE/FE/UNICAMP

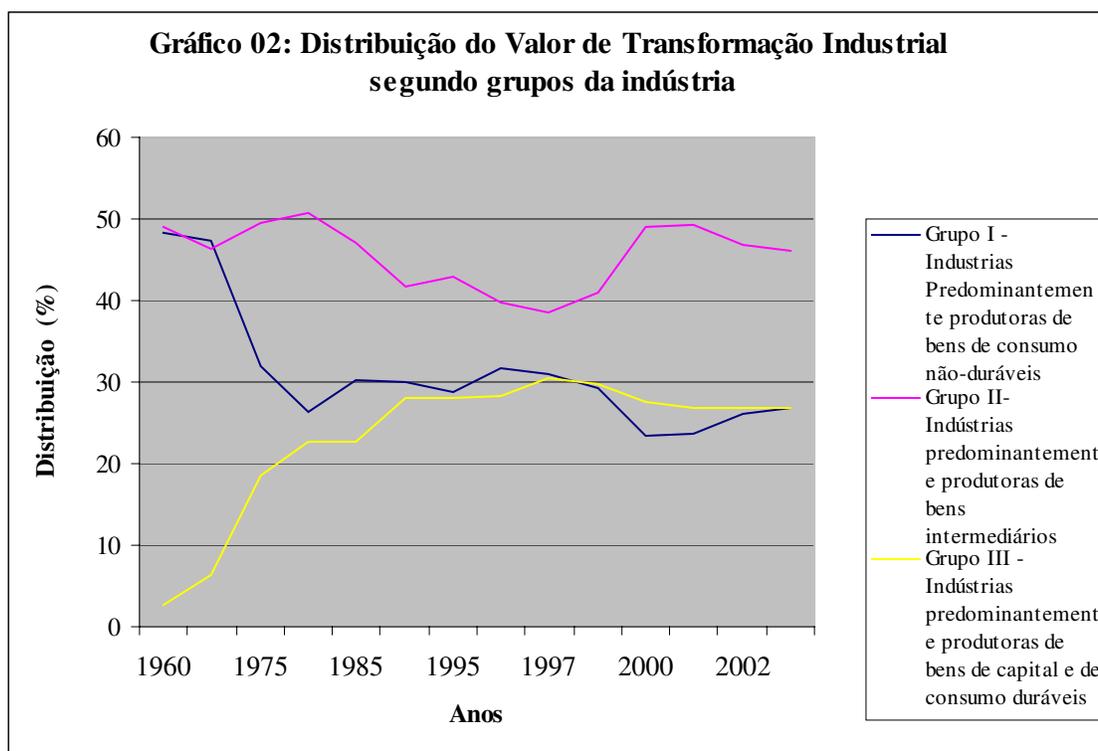
Notas:

() Não apurados ou considerados em outro ramo

(*) Soma de diversas indústrias do Grupo I e III; agrupadas no grupo III.

(**) Devido a não especificação do tipo de ramo, o trabalho optou por desagregar o ramos Diversos dos Grupos I, II e III.

O crescimento permitiu ao Grupo de bens de capital e de consumo duráveis chegar em 1.998 a ultrapassar pela primeira vez a contribuição do Grupo das indústrias de bens de consumo não-duráveis. A distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da indústria de transformação da região mostra que a sua participação cresceu 42% de 1.980 ao final da década de 1.990, passando de aproximados 19% a 27%. Contribuíram ao crescimento, tanto nas respectivas participações estaduais como na composição regional, os desempenhos da produção de material de transporte e material elétrico e de comunicações.



Fonte: Valor da Transformação Industrial (FIBGE, Censo Industrial 1960, 1970 e 1980); Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação (Secretaria da Fazenda e base de dados da Fundação SEADE) – Dados tabulados por CEDE-IE/UNICAMP.

A mecânica permaneceu dentre os principais ramos. Apesar de não ter acrescido sua parcela na composição regional, obteve aumento na importância do seu papel no contexto estadual.

O Grupo II da RA apresentou queda de sua contribuição regional, devido ao melhor desempenho da produção do Grupo III. Assim como em todos os seus ramos mais tradicionais, como a metalurgia, os minerais não-metálicos e cimento, papel e papelão, nos artigos e artefatos de madeira, e na de couros e peles. Ao final do período, mesmo com as quedas, minerais não-

metálicos e metalurgia continuaram sendo os principais ramos desse grupo de indústrias. Cabe destacar o expressivo crescimento das participações obtidas pelos setores mais dinâmicos, química, material plástico e produtos da borracha tanto na produção estadual como na regional.

A contribuição no Grupo I no estado pouco cresceu. Apesar das produções de bebidas, álcoois e vinagre, produtos vegetais in-natura e derivados do couro terem apresentado queda em suas participações no total da produção estadual, permaneceram como os principais ramos. Entretanto, os aumentos nas contribuições dos demais explicam o comportamento positivo no total do Grupo I estadual.

Quanto ao Grupo I regional, as produções mais expressivas deram-se nos ramos de alimentos, mobiliários e de produtos do reino animal in-natura (frigoríficos). Produtos farmacêuticos, médicos e perfumaria, editorial e gráfica e a frigorífica também registraram significativo crescimento.

A dificuldade em obter êxito no processo de reestruturação frente à concorrência dos tecidos importados e da obsolescência tecnológica pode ser observada nas maiores quedas dos ramos mais tradicionais na composição da RA, como na têxtil, vestuário e calçados e vegetais in-natura. Todavia, a importância destes três ramos no estado manteve-se devido ao não incremento da produção têxtil em outras RAs durante a abertura comercial e à abertura de pequenas confecções na RA de Sorocaba.

Cabe assinalar os vários Arranjos Produtivos Locais na produção de bens não duráveis: Itu (cerâmica vermelha), Itapetininga (hortifruticultura), Piraju (café fino), Laranjal Paulista (cerâmica estrutural) e em Cerquilha (confecções infantis). Embora esses arranjos produtivos ainda sejam “embriões” de potenciais aglomerações, caracterizadas por ações conjuntas. (SEBRAE, 2005)

Entretanto, a produção da região continuou concentrada na RG de Sorocaba e em maior parte em sua cidade pólo, devido à disponibilidade de melhor infra-estrutura e à proximidade com as regiões industriais mais dinâmicas do estado, RMSP e Campinas. Porém com redução de sua importância relativa no âmbito intra-regional após 1.985. Tendo como base o VAF, as participações em 2005 registram a permanência da indústria fortemente concentrada na RG de Sorocaba (70%), seguida pelas RGs de Itapetininga (14%), Botucatu (10%), Itapeva (4%) e Avaré (2%).

Sorocaba e Itapeva foram as RGs a registrarem queda em suas participações. As indústrias da RG de Sorocaba, compreendidas no denominado “Complexo Metropolitano Expandido”, foram as mais afetadas pela crise. Enquanto as de Itapeva foram menos competitivas. Ao contrário dos aumentos nas participações das demais RGs.

Tabela 09: Distribuição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da Indústria de Transformação por Região de Governo com relação ao Total do VAF da Indústria de Transformação da RA de Sorocaba. (Em %)

RGs / Anos	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Avaré	1,3	1,14	1,42	2,75	2,67	3,10	2,85	2,97	2,88	2,46
Botucatu	5,02	6,14	6,71	7,17	5,90	6,41	7,90	8,65	8,78	9,58
Itapetininga	10,01	7,86	9,94	11,96	12,10	12,41	12,63	13,81	13,72	13,86
Itapeva	6,21	5,07	2,96	6,40	5,35	5,61	5,89	4,71	5,08	3,79
Sorocaba	77,46	79,78	78,97	71,72	73,98	72,48	70,72	69,87	69,55	70,31
Total da RA	100	100	100	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Base de Dados: Secretaria da Fazenda / Fundação SEADE – Tabulado por CEDE-IE/UNICAMP.

Notável também a interiorização do desenvolvimento na divisão intra-regional. Segundo dados da Fundação SEADE, dos investimentos anunciados para a região entre 1996 a 2003, 74% se concentraram na Região de Governo de Sorocaba, 12% na RG de Itapetininga, 7% na RG de Itapeva, 4% em Botucatu e 3% em Avaré.

Na década de 1.990, houve aumento da participação de Itapetininga e Avaré e a recuperação de Itapeva, relacionada à modernização de suas agroindústrias, aproximando-a da participação de Botucatu. Na primeira metade da década de 2.000, houve decréscimo da participação relativa de Sorocaba com o crescimento da indústria em Botucatu e Itapetininga. Para a compreensão de tal processo é necessário destacar a importância das RGs e de seus principais municípios nas principais atividades industriais da RA.

Ordenadamente, de acordo com os ramos industriais de maior expressão na RA, o VAF dos *Produtos Alimentícios* desdobrou-se na RG de Sorocaba (50%), principalmente, em Mairinque (13%), Itu (13%), Ibiúna (7%), Sorocaba (6%) e Tietê (4%); na RG de Itapetininga (19%), em Tatuí (7%) e Cerquilha (4%); na RG de Botucatu (15%), em Laranjal Paulista (5%) e Botucatu (3 %).

O setor de *Materiais de Transporte* concentrou-se na RG de Sorocaba (80%) e na RG de Botucatu (18%), suas cidades pólos eram responsáveis por respectivos 71% e 18%.

Duas foram as principais RGs produtoras de *Produtos Químicos*: a RG de Sorocaba (71%), onde se destacaram Sorocaba com 28% do valor, Salto de Pirapora 15%, Mairinque e Salto 8% cada uma, e, a RG de Itapetininga (25%), com 19% na própria Itapetininga e 4% em Boituva.

Minerais Não Metálicos concentrou-se na RG de Sorocaba (70 %), especialmente em Salto de Pirapora (38%), Votorantim (20%), Itu (4%) e Salto (3%); na RG de Itapeva (24%), em Apiaí (8%) e Itapeva (5%).

A produção industrial da *Metalurgia Básica de Não Ferrosos* esteve fortemente concentrada na RG de Sorocaba (100%), sobretudo nos municípios de Alumínio (78%), Sorocaba (7%), Araçariguama(6%) e Itu (5%).⁵

Máquinas e Aparelhos Elétricos produziram 53% do seu valor na RG de Sorocaba, pelas cidades de Sorocaba (36%), Salto (11%) e Itu (5%), e, na RG de Itapetininga (47%), especialmente por Cerquillo (23%), Tatuí (13%) e Boituva (8%).

A produção de *Bebidas* concentrou-se na RG de Sorocaba (72%), na maior parte em Itu (36%) e Sorocaba (31%), e, na RG e cidade de Itapetininga (21%).

A *Madeira*, atividade regional de larga participação estadual era explorada na RG de Sorocaba (41%), 31% em Salto e 7% em Tietê; a RG e o município de Botucatu eram responsáveis por 29%; o município de Itapetininga respondia por 14% dos 17% de sua respectiva RG e a RG de Itapeva 11%, onde a cidade de Itapeva era responsável por 5%.

E, finalmente, a produção de *Equipamentos médicos* esteve quase que totalmente na RG de Sorocaba (98%), onde Sorocaba era responsável por 87%, Iperó 5% e Itu 4%.

O número reduzido de pesquisas a respeito do setor industrial da RA não permite uma visualização mais aprofundada das principais mudanças no ambiente das empresas, muito menos em cada Região de Governo. As poucas existentes permitiram visualizar a concentração da atividade econômica e as principais transformações com o processo de reestruturação das empresas na RG e na cidade de Sorocaba.

De acordo com a Pesquisa da Atividade Econômica realizada pela Fundação SEADE (1999), boa parte das empresas industriais instaladas na RG de Sorocaba aprofundou suas estratégias e se inseriram num processo de reestruturação. A RMS e das RGs de Campinas e

⁵ Com relação aos não ferrosos importante destacar a conclusão da expansão da capacidade de produção da Cia Brasileira de Alumínio em 2003, de 240 para 340 mil toneladas de alumínio primário, vindo a absorver 20% do mercado doméstico, o que deve aumentar ainda mais a concentração dessa atividade na RG de Sorocaba, principalmente no município de Alumínio.

Ribeirão Preto inseriram-se de modo mais amplo e rápido. Destaque para a implantação de novos métodos de organização de trabalho em 74% das empresas e para o aumento da escala de produção em cerca de 50% das empresas locais.

A pesquisa realizada pela Universidade de Sorocaba titulada como *Estratégias e implicações da reestruturação industrial em Sorocaba* (2002) permite uma melhor análise do processo. Porém, cautelosamente, seus dados referem-se às empresas instaladas na cidade de Sorocaba.

Tabela 10 - Principais estratégias adotadas pelas empresas industriais no período 1994-1996
Comparação entre as regiões mais industrializadas do Estado de São Paulo segundo a adesão às estratégias (em %)

Região	Novos Métodos de Organização de trabalho	Aumento da escala de produção	Ampliação do n° de produtos	Crescimento da automação industrial	Redução do n° de fornecedores	Linhas de produção desativadas
RG de Campinas	80	61	53	41	22	23
RG de Ribeirão Preto	75	59	50	43	20	22
RG de Santos	52	19	24	8	13	12
RG de São José dos Campos	80	49	45	32	22	26
RG de Sorocaba	74	49	40	35	23	20
RMSP	82	48	46	37	25	23
Demais Munic.do Est. de SP	79	56	47	39	19	16
Total contagem de empresas	80	51	46	38	23	21

Fonte: Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (1999) realizada pela Fundação SEADE

Em termos mais gerais, a indústria concentrada em grande parte na cidade de Sorocaba, contava com aproximadamente 1.400 empresas industriais em 1.997, sendo apenas 150 de grande e médio porte. Das 89 empresas que responderam os questionários, 68 delas (76%) possuíam capital nacional e 21 (24%) eram provenientes de países estrangeiros. Estas se concentraram mais nos ramos de transporte e elétrica e comunicação.

Das 89 empresas que colaboraram respondendo o cadastro (58% num total de 154 selecionadas), observou que em 1997:

- 82% adotaram novos métodos de trabalho, como de gestão de qualidade total, planos de manutenção, técnicas de solução de problemas, “housekeeping”, controle estatístico de processo, células de produção, redução de “set-up”, “kaizen” e redução de lotes de fabricação;

- 80% aumentaram a escala de produção, especialmente, através de novas máquinas, alterações no “mix” de produtos, no processo produtivo e no “lay-out”.
- 75% ampliaram o número de produtos, opostas à tendência mais geral de especialização da produção;
- 60% apresentaram alguma forma de automação industrial.

Quanto ao implante de estratégias referentes à reestruturação, segundo ramos de atividade, destacou a maior inserção nos ramos da eletrônica e comunicações e material de transportes no Grupo III, metalúrgica e madeira no Grupo II e mobiliário no Grupo I.

Cabe lembrar que os dois ramos do Grupo III foram os que mais cresceram e contribuíram para o desempenho positivo da RA durante o período 1980/2005. Enquanto a queda dos ramos de artefatos de madeira, mobiliário e metalurgia na participação da produção regional ocorreu principalmente pela maior diversificação do parque industrial e crescimento da produção de bens duráveis.

Movimento que difere do ramo têxtil. A queda da sua contribuição na produção industrial regional se deu em função das ultrapassadas tecnologias utilizadas frente à concorrência internacional. A pesquisa comprova essa hipótese, ao averiguar que houve introdução de novas máquinas em todas as empresas, sendo que, a têxtil, alimentos e bebidas, papel e gráfica foram as únicas a adotarem a prática em apenas 50% de suas empresas.

Diferentemente do que se verificou na época do auge da indústria têxtil, em que apenas 19 fábricas respondiam por cerca de 80% do total do emprego regional, houve uma maior diversificação da indústria sem preponderância de nenhum ramo.

O setor mais relevante foi o de material de transporte ao empregar 8.037 funcionários, correspondente a 26% do total pesquisado, lembrando que entre 1997/1998 foi o ramo que mais recebeu investimentos, destaque para a importância das empresas de autopeças e máquinas e tratores. A têxtil se caracterizou no período pelas unidades de médio e pequeno porte voltadas à confecção de vestuários e representou apenas 14% dos empregos do total das empresas pesquisadas (total da pesquisa correspondente a 30.888 postos de trabalho). Seguida pela mecânica (12%) e metalurgia (11%).

Ainda de acordo com a pesquisa, tanto as empresas nacionais como as estrangeiras não fomentaram efeitos de encadeamento em sua estrutura produtiva. Pois, apresentaram fraca articulação com a estrutura educacional, tecnológica e com os seus fornecedores locais.

As empresas estrangeiras raramente adquiriram tecnologia local de processo ou investiram em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ou firmaram contratos para o desenvolvimento de produtos e processos. Grande parte das contratações de serviços locais realizou-se durante ou um pouco antes da fabricação do protótipo. Cerca de 50% das empresas declararam contratar serviços locais para o seu controle de qualidade, como testes e análises de rotina. Ocorrendo a maior transferência de conhecimento nesta parte do processo de produção.

A fraca articulação com a área educacional e tecnológica local ocorreu em toda a RA e não se limitou apenas ao setor industrial. Isso pode ser explicado pelas poucas universidades públicas, poucos centros de pesquisa e da quase inexistência de P&D nas indústrias até o final do período. Uma exceção é a Unesp de Botucatu, limitada às áreas Biológicas, e a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, voltada à área industrial.

A modernização com o processo de reestruturação industrial na RA ocorreu através da importação de máquinas e equipamentos, porém os dados disponíveis não permitem visualizar quais foram as empresas que obtiveram os maiores superávits comerciais, se foram as nacionais ou as estrangeiras que apresentaram maior facilidade na adequação ao modelo de reestruturação da década de 1.990, etc.

Contudo, a produção industrial com maior complexidade tecnológica tenderá a se concentrar no “Campo Expandido Metropolitano”, no caso da RA, entre a Capital e o entorno da cidade de Sorocaba. Caso, os investimentos sigam as mesmas ordens e proporções, a tendência é que as RGs de Sorocaba e Itapetininga continuem a expandir suas produções, seguidas por Botucatu. E as indústrias instaladas nas RGs de Itapeva e Avaré continuarão menos competitivas em relação as demais RGs em função de sua menor competitividade devido às maiores despesas com transporte e distância, da ausência de investimentos públicos e das menores capacidades de acumulação de suas atividades agrícolas e terciárias.

2.3 O desempenho e o papel da agricultura e da agroindústria na RA de Sorocaba

Para uma melhor compreensão da composição e da dinâmica da atividade agrícola inter e intra-regional entre 1980 e 2005, é necessário, inicialmente, apresentar os principais impactos dos condicionantes macroeconômicos sobre as especificidades agrícolas regionais.

2.3.1 Síntese do processo de modernização da agricultura e da agroindústria paulista e a espacialização das principais atividades agrícolas

Nas décadas de 1.980 e 1.990, houve um processo de “desmanche” dos instrumentos de política agrícola desenvolvidos até então (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário), juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados à agricultura (infra-estrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica, etc). (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Além disso, a abrupta abertura comercial dificultou a competição da agricultura nacional frente aos produtos internacionais, fortemente subsidiados pelos países de origem.

O setor público, que vinha desde o final da década de 1.970 reduzindo substancialmente os recursos oficiais subsidiados ao financiamento da produção, devido a crise fiscal passou a incentivar apenas as atividades com maior agregação de valor e maiores possibilidades exportadoras. Assim, rompendo o padrão de modernização anterior.

Apesar da falta de incentivos ao pequeno produtor, a agricultura obteve desempenho satisfatório, ao contribuir para os sucessivos superávits comerciais por toda a década de 1.980. Outra característica foi a mudança no sistema de produção e o aumento da produtividade com a incorporação de uma série de alternativas tecnológicas, até então não disponíveis como, por exemplo, a inserção das máquinas colheitadeiras de café, de cana e de vários cereais. Porém, contribuiu para a redução do emprego rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Vários fatores contribuíram para este conjunto favorável do setor agrícola paulista:

- os incentivos do governo federal às produções agroindustriais com maiores possibilidades de penetração no mercado internacional e de maior agregação de valor. Alguns passando por algum tipo de processamento industrial;
- a consolidação do Programa Federal do Pró-Álcool e do PROCANA (Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível) fora das tradicionais zonas de produção delimitadas pelo governo estadual;
- a condição de mais moderna e diversificada agropecuária, com maior capacidade técnica e empresarial, permitiu que São Paulo respondesse prontamente às políticas governamentais;

- a maturação dos impactos do processo de interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo;
- o crescimento e a complexidade da urbanização.

O conjunto desses fatores, ao lado dos condicionantes macroeconômicos descritos, contribuiu para a estruturação de novas cadeias agroindustriais no início da década de 1.990, articulando-as às cadeias produtivas estritamente agrícolas desenvolvidas anteriormente. Contribuíram ao desempenho satisfatório e o avanço das áreas cultiváveis da cana-de-açúcar, laranja, milho, soja (mesmo com a migração desta produção para a região Centro-Oeste do país), algodão e ainda da pecuária paulista.

No entanto, o processo de “*globalização*” e a menor atuação do Estado no direcionamento da atividade agrícola produziram impactos que acabaram alterando os padrões de concorrência e de produção, atingindo inclusive a agroindústria e a estrutura produtiva agrícola. As mudanças no padrão de consumo e da produção, com a abertura comercial, fizeram com que os produtos se apresentassem com um melhor padrão de qualidade e padronização, condizente às novas exigências do mercado e da agroindústria de processamento.

As empresas agroindustriais, frente a uma concorrência internacional mais acirrada, procuraram melhorar a competitividade através de um processo de reestruturação produtiva. Dentre as principais transformações, ocorreram a reformulação das formas de organização com o intuito de diminuir os custos e melhorar o padrão de qualidade, através do estreitamento dos vínculos com os fornecedores, distribuidores, clientes, concorrentes, etc. Quanto as alterações no sistema produtivo das unidades agrícolas mais capitalizadas, deram-se através de maiores níveis de produtividade e do cultivo intensivo.

Mesmo com a aparente recuperação da agricultura brasileira após 1994, muito dos problemas permaneceram ou se agravaram, como a falta de crédito, carência de pesquisas, assistência técnica, etc. As novas formas de financiamento da agropecuária pelo mercado atingiram somente um pequeno número de produtores ligados à exportação.

De um modo geral e sob esse contexto, a evolução das principais culturas do estado de São Paulo desde 1965 mostra que as áreas dos produtos cultiváveis, voltados ao suprimento industrial e de maiores vantagens competitivas no mercado internacional, como a cana e a laranja, expandiram-se, principalmente, sobre as terras antes destinadas às pastagens, ao café e ao

algodão. Em que pese a substituição das áreas de pastagens, estas ainda continuaram relevantes, ao representarem 62% do total da área plantada no estado e estarem presentes em grandes proporções em todas as regiões paulistas ao final da década de 1.990.

Os dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) mostraram que, a maior área cultivável agrícola esteve na divisão regional de Ribeirão Preto, o qual ao final do período representou aproximados 18% da área cultivável do estado, seguida por São José do Rio Preto e Presidente Prudente (13% cada), Sorocaba (12%), Marília (11%), Campinas e Araçatuba (10% cada), Bauru (7%), Vale do Paraíba (4%) e São Paulo (2%).

Na pastagem natural, Presidente Prudente chegou a ter 18% do total estadual em 1.990, São José do Rio Preto (14,7%), Sorocaba (13,2%), Araçatuba (12,1%), Marília (9,7%), Ribeirão Preto (8,3%), Bauru (8,2%), Campinas (7,2%), Vale do Paraíba (6,1%) e São Paulo (2,1%).⁶

De modo geral, a agricultura paulista no período 1.980 a 2.005, caracterizou-se pelo estabelecimento de uma importante integração e proximidade entre a lavoura, a pecuária e os estabelecimentos agroindustriais, e, pela especialização das instituições financeiras no segmento agroindustrial e no destino de recursos às unidades agrícolas mais capitalizadas a partir dos anos 90. Espacialmente, as estruturas produtivas agrícolas mais complexas das regiões interioranas do estado de São Paulo, consideradas mais dinâmicas, localizaram-se entre os grandes eixos viários na direção das regiões noroeste e nordeste do estado, incluindo a região de Campinas. Enquanto as regiões litorâneas e da RMSR tiveram uma dinâmica particular, embora tenham ficado à margem da produção agrícola exportadora. A primeira pela atividade da pesca e a segunda pelo auto-abastecimento de sua demanda por produtos hortifrutigranjeiros. A RA de Registro foi a única região que se mostrou à margem da dinâmica do período.

2.3.2 A evolução e o papel da agricultura da RA de Sorocaba

O crescimento do valor da produção na década de 70, adquirido a partir do movimento de substituição de culturas, e a aquisição de financiamento, possibilitaram a mecanização das

⁶ Cabe ressaltar que o capítulo procurou apresentar os dados da produção agrícola agrupados segundo a divisão administrativa estadual (Regiões Administrativas). Em alguns momentos, devido as diferentes metodologias de pesquisa e a disponibilidade dos dados encontrados nos diferentes institutos de pesquisa, as tabelas apresentam os dados dispostos em Divisões Regionais Agrícolas, de acordo com a regionalização utilizada pelo Instituto de Economia Agrícola.

unidades, e assim, permitiram a inserção de Sorocaba no novo padrão de produção característico dos anos 80. Ainda que numa dinâmica diferente das observadas nos grandes eixos agrícolas.

A estagnação do desenvolvimento industrial da RA de Sorocaba durante os anos 40, 50 e 60 acabou contribuindo para uma menor interação entre a atividade industrial e agrícola e para uma menor complexidade de sua cadeia produtiva se comparadas às dinâmicas das regiões de Campinas e Ribeirão Preto nos anos 80. Enquanto estes já se especializavam na produção para a agroindústria, a RA de Sorocaba acompanhou em partes esse processo de transformação e padronização da estrutura produtiva agrícola, determinada principalmente pela maior integração com o setor industrial nas regiões Centro-Oeste do país e pelas empresas alimentícias localizadas em São Paulo.

Mesmo com vários entraves regionais e a carência de crédito rural, a transformação pela qual a estrutura produtiva agrícola do estado de São Paulo também atingiu a região. Em plena “década perdida” houve um bom desempenho das culturas mais capitalizadas. Porém, o avanço do plantio da cana e da laranja na RA ocorreu em extensões menores da observada nas regiões agrícolas mais dinâmicas do estado.

Assim como ocorreu no estado, tanto a extensão das áreas cultiváveis como os números das unidades agrícolas, seguiram em queda. A área total das suas principais culturas na década de 1.980, contou com perda de 127.583 hectares, ou seja, uma redução de 6% da sua área cultivada. Entre os triênios 1989-1991 e 1999-2001 perdeu menos áreas, apenas -39.584 hectares (-1,95%). Com relação à perda das áreas destinadas à pastagem natural, de 854 e 12.699 hectares, pouco representou no declínio do total da área da pastagem estadual, frente à perda registrada nas demais regiões. Foi uma das regiões a registrar menores quedas.

No entanto, a colocação da RA de Sorocaba na distribuição do valor da produção agrícola das principais culturas do estado se elevou da quarta à segunda entre um curto espaço de tempo (1980 e 1985), permanecendo nessa posição durante a década de 1.990 e nos últimos anos. Crescimento determinado por vários fatores:

- acréscimo da produtividade, devido a maior modernização com a maquinização e a maior utilização da irrigação e quimificação, inclusive nas culturas de menor valor como o feijão;
- crescimento da atividade pecuária bovina para corte e leiteira;

- expansão das áreas cultiváveis voltadas à produção agroindustrial como a laranja e a cana e;
- maior relação da produção com a indústria.

A sua parcela na distribuição do valor da produção agrícola estadual indicou que a sua participação cresceu entre 1.980 e 2.004, de 11% a aproximados 13%, ficou atrás apenas da RA de Campinas e a frente inclusive das importantes agriculturas das RAs de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Tabela 11: Distribuição do Valor da Produção Agrícola das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, 1985 e 1995 (%)

Regiões Administrativas	1985	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Aracatuba	5,62	6,41	7,51	6,87	6,70	7,13	7,24
Baixada Santista	0,1	0,05	0,18	0,19	0,13	0,18	0,19
Barretos	5,91	7,54	4,77	5,71	6,13	5,94	5,53
Bauru	7,1	6,92	6,58	6,51	6,34	6,16	6,23
Campinas	20,51	15,48	17,48	18,90	18,35	17,32	17,34
Central	7,27	8,51	7,69	8,82	8,83	8,23	7,60
Franca	5,52	6,75	6,56	6,23	6,20	5,98	6,56
Marília	9,12	9,17	8,71	8,28	8,59	9,63	9,21
Presidente Prudente	5,81	4,83	5,85	5,49	5,62	6,20	6,58
Registro	1,18	1,43	1,56	1,44	1,07	1,39	1,51
Ribeirão Preto	6,77	6,06	7,02	6,03	5,85	5,34	5,57
São José do Rio Preto	9,55	10,45	10,69	10,64	11,12	10,96	11,04
São José dos Campos	2,1	3,4	1,39	1,25	1,21	1,33	1,17
São Paulo	2,4	1,43	1,35	1,25	1,16	1,13	1,14
Sorocaba	11,04	11,57	12,67	12,38	12,69	13,09	13,08
Estado de São Paulo	100						

Fonte: IBGE, Censo Econômico e Agropecuário de 1985 e 1995-1996 e IEA/CATI - SAAESP

Para uma melhor compreensão desse crescimento o trabalho buscou fazer uma análise do movimento das principais culturas desenvolvidas na região. Tomado para comparação os triênios 1979-1981 e 1989-1991, referente às culturas em expansão, os maiores acréscimos foram das extensões da pastagem cultivada e da lavoura canavieira, seguida pelas áreas do trigo e da laranja. Quanto às culturas que perderam extensões de suas superfícies plantadas, o feijão foi o que mais cedeu área na região, seguido pelas relevantes perdas de áreas das culturas do algodão, café, soja e arroz.

A perda da área cultivável do feijão, principal lavoura concentrada na RG de Itapeva, foi determinada, sobretudo, pela crise de demanda com o achatamento da renda média durante a crise dos anos 1.980 e o aumento sazonal da oferta por outras regiões do país. O arroz também enfrentou uma maior competitividade, principalmente, pela produção gaúcha. O algodão, que havia retornado a apresentar um pequeno crescimento durante as décadas de 1.960 e 1.970, sofreu com a diminuição da demanda de matéria-prima e a cultura em outras regiões, em função do aumento da importação de tecidos e do retorno das RAs de São José do Rio Preto e Araçatuba ao cultivo, após uma forte queda na década de 1.970. A queda do café deu-se em função do aumento progressivo de suas lavouras na faixa leste do estado (limítrofes a Minas Gerais), onde se encontravam zonas propícias à cultura, na maior parte, impróprias ao cultivo da cana pelo seu declive. O decréscimo da soja, contrapondo o crescimento dos anos 70, veio com o início da guerra fiscal dos estados da Região Central do Brasil, os quais atingindo a oferta dos grãos e fibras não só da região de Sorocaba, mas de toda a Região Sul e Sudeste do país.

Com relação às culturas de menor peso na região, também contou com reduções de área o amendoim, a batata, a cebola, a tangerina, a banana e o milho. Ao contrário do aumento ocorrido no total da área estadual, devido ao crescimento das áreas dos bananais em alguns municípios localizados na RMSP e dos milharais nas regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Bauru.

Durante os triênios de 1989-1991 e 1999-2001, as culturas que mais cederam áreas na RA de Sorocaba foram o feijão, o arroz, o café, o trigo e a pastagem natural. As culturas que mais tiveram aumento de sua superfície plantada nos anos 1.990, além da pastagem cultivada, foram, respectivamente, a laranja, a cana, a soja e o milho em função da pressão de demanda da cadeia de produção avícola em expansão.

No caso das cadeias de produção do feijão e do trigo, ambas ficaram à margem da estrutura de financiamento, prejudicando novos investimentos e a sua competitividade. Uma outra implicação à cultura do trigo foi o abandono das políticas de substituição de importações que sustentaram a rentabilidade da produção nacional, o que levou à crise da atividade na década de 1.990. Quanto ao feijão, a oferta do produto em praticamente todos os meses do ano em diversas regiões brasileiras continuou a colocar limites à produção estadual. O ganho via verticalização produtiva e o uso da irrigação em algumas unidades, inclusive nas regiões mais

especializadas do Sudoeste Paulista, a qual se encontra a RA de Sorocaba, levaram os produtores de feijão a enfrentarem uma enorme seletividade entre si, contribuindo para a diminuição da área cultivada do produto.

A produção cafeeira regional continuou a sofrer com a concorrência da produção do cerrado de Minas Gerais e do sul da Bahia. Porém, as perdas de área na região na década de 90 se deram em uma menor intensidade do que a ocorrida na década anterior, devido à implantação de melhorias em seu padrão de qualidade (certificação) e diversificação do produto. Assim como a produção paulista, contou com o adensamento do plantio, elevação da produtividade e a diminuição das perdas de áreas. Segundo os dados do IEA, no início da década de 2.000, o crescimento chegou a reverter a situação de queda das áreas de café e ter inserido novas extensões de cultivo em pelo menos seis das dez regiões agrícolas estaduais, inclusive na RA de Sorocaba.

A redução da área de pastagem natural entre 1.980 e 2.000, refletiu diretamente o objetivo da cadeia de produção da pecuária de corte. A estrutura dos frigoríficos da RA de Sorocaba, após ter passado por um amplo processo de modernização na terminação dos animais destinados ao abate, implantou melhorias e exigiu dos criadores uma menor idade média do animal abatido (precocidade no ganho de peso), o que conduziu a um maior fluxo de animais no rebanho. De tal modo, o crescimento da pecuária deu-se com aumento da qualidade, sobretudo, da criação de gado de corte e de leite, com redução das áreas de pastagem natural e ampliação da pastagem cultivada. Após 2.000, a RA contou com o crescimento da área em função do aumento da pecuária, especialmente na RG de Itapetininga.

Tabela 12: Evolução e variações da área empregada na pastagem natural da RA de Sorocaba, Triênios 1969- 1971 a 2002-2004

Área (ha)					Variações			
1969-1971	1979-1981	1989-1991	1999-2001	2002-2004	69-71/79-81	79-81/89-91	89-91/99-01	99-01/02-04
1.499.039	1.385.983	1.385.129	1.372.430	1.436.814	-113.056	-854	-12.699	64.384

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

Também é importante observar a queda na produção de produtos com menor representatividade no total da RA, como a cebola, limão, banana, tangerina, uva e amendoim. A queda na produção da cebola significou a diversificação da produção do município de Piedade, um dos maiores produtores rurais do estado. E destacar o crescimento das áreas de reflorestamento na RA, configurou-se numa das maiores áreas do estado no cultivo de eucaliptos e se constituiu como a base fundamental para a indústria madeireira local e como matéria-prima para a indústria de papel e celulose, dentre elas, a Ripasa, Suzano e a Votorantim.

Tabela 13: Evolução da Produção Florestal de Eucaliptos da RA de Sorocaba e Estado de São Paulo (1995 - 2002)

Região	Área (ha)								Varição (ha)
	1995	1966	1997	1998	1999	2000	2001	2002	1997/2002
Total do Estado	695.470	723.430	699.577	703.624	720.469	723.612	744.052	768.277	68.700
Total da RA de Sorocaba	232.310	250.410	260.097	257.245	271.290	258.476	257.573	273.937	13.840
Avaré			22.077	28.377	23.038	23.520	29.412	29.797	7.720
Botucatu			63.300	63.808	62.112	64.719	66.549	66.902	3.602
Itapetininga			66.022	66.847	68.441	68.051	68.673	72.511	6.489
Itapeva			64.678	57.336	55.584	54.686	51.939	54.087	-10.591
Sorocaba			44.020	40.877	62.115	47.500	41.000	50.640	6.620

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica

Nota: O Total da Área corresponde ao total das áreas novas e de produção.

Tabela 14: Evolução da área plantada das principais culturas, variações percentuais e participação de cada produto no total da área plantada da RA de Sorocaba, Triênios 1969- 1971 a 2002-2004

Culturas	Área (ha)					Variações				% área plantada				
	1969-1971	1979-1981	1989-1991	1999-2001	2002-2004	69-71/79-81	79-81/89-91	89-91/99-01	99-01/02-04	1969-1971	1979-1981	1989-1991	1999-2001	2002-2004
Algodão	22.152	26.050	3.007	3.138	5.740	3.898	-23.043	131	2.602	1,06	1,21	0,15	0,16	0,27
Amendoim	434	393	36	34	63	-41	-357	-2	29	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
Arroz	51.836	38.133	28.844	8.456	4.847	-13.703	-9.289	-20.388	-3.608	2,47	1,77	1,42	0,42	0,23
Banana	2.489	3.540	1.667	1.584	1.640	1.051	-1.873	-83	57	0,12	0,16	0,08	0,08	0,08
Batata	12.253	12.607	11.241	14.551	15.158	354	-1.366	3.309	607	0,58	0,58	0,55	0,73	0,71
Café	47.396	41.121	22.507	11.812	11.920	-6.275	-18.614	-10.695	108	2,26	1,91	1,11	0,59	0,56
Cana	52.348	76.317	126.603	138.658	160.491	23.969	50.286	12.055	21.833	2,50	3,54	6,23	6,96	7,48
Cebola	6.778	9.292	8.664	4.546	2.044	2.514	-628	-4.118	-2.502	0,32	0,43	0,43	0,23	0,10
Feijão	94.630	285.067	161.263	121.139	109.201	190.437	-123.804	-40.124	-11.937	4,51	13,21	7,94	6,08	5,09
Laranja	5.745	12.350	18.768	38.644	48.279	6.605	6.418	19.876	9.635	0,27	0,57	0,92	1,94	2,25
Limão	1.136	1.265	3.418	1.868	1.906	129	2.153	-1.550	37	0,05	0,06	0,17	0,09	0,09
Mamona	53	0	2.446	2	29	-53	2.446	2	27	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00
Mandioca	7.421	873	2.446	4.277	3.908	-6.548	1.573	1.831	-369	0,35	0,04	0,12	0,21	0,18
Milho	280.123	215.767	210.902	219.595	243.743	-64.356	-4.865	8.693	24.148	13,36	10,00	10,38	11,03	11,36
Pastagem cultivada	1.448.493	1.263.406	1.321.477	1.347.453	1.429.061	-185.087	58.071	25.977	81.607	69,10	58,53	65,07	67,66	66,62
Soja	2.055	27.233	14.748	26.199	65.460	25.178	-12.485	11.451	39.261	0,10	1,26	0,73	1,32	3,05
Tangerina	2.263	5.205	3.830	3.783	3.839	2.942	-1.375	-47	56	0,11	0,24	0,19	0,19	0,18
Tomate	2.409	2.878	3.277	3.958	3.208	469	399	681	-750	0,11	0,13	0,16	0,20	0,15
Trigo	3.003	12.680	21.803	13.411	23.459	9.677	9.123	-8.392	10.048	0,14	0,59	1,07	0,67	1,09
Uva	2.637	1.785	2.803	1.785	3.087	-852	1.018	-852	1.302	0,13	0,08	0,14	0,09	0,14
Outros	50.546	122.577	61.207	26.480	8.120	72.031	-61.370	-37.339	-18.361	2,41	5,68	3,01	1,33	0,38
Total	2.096.200	2.158.539	2.030.957	1.991.373	2.145.203	62.339	-127.582	-39.584	153.830	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Para se ter uma melhor idéia da dimensão espacial agrícola regional, necessário observar as principais características das RGs na composição agrícola total. Tendo como base os dados do Censo Agropecuário e os dados básicos do Instituto de Economia Agrícola do estado de São Paulo, referentes ao valor da produção dos principais produtos e da extensão da área cultivada por município.⁷

Regiões	Valor da Produção	
	1985	1995
RA de Sorocaba	100,00	100,00
Regiões de Governo		
Avaré	21,85	17,55
Botucatu	16,70	16,46
Itapetininga	20,40	23,71
Itapeva	16,25	19,05
Sorocaba	24,79	23,23

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1985 e 1995/1.996

A produção da RG de Sorocaba foi a que mais contribuiu no montante do valor da produção agrícola da RA, devido à produção hortifrutigranjeira e ao reflorestamento. Porém, apresentou queda em sua participação no período estudado, de aproximados 25% registrados em 1985 passou a 23% na metade da década seguinte. Redução dada em função da melhora do desempenho da pecuária e da lavoura nas regiões de Itapetininga e Itapeva e à queda na produção da lavoura em todos os municípios da RG de Sorocaba, inclusive no cinturão-verde como é o caso de Ibiúna e Piedade. Parte das áreas produtivas desses municípios foi transformada em loteamentos e chácaras de veraneios. A queda do número de estabelecimentos agrícolas nessas áreas também sofreu impacto do movimento de imigração nessas áreas com a saída de grande parte dos agricultores de descendência japonesa. Outro fator, seria o crescimento das plantações de eucaliptos nas demais RGs conforme mostra a tabela nº 13, superando a de Sorocaba, exceto a RG de Avaré.

A RG de Avaré foi a que mais perdeu importância relativa no total do valor da produção da RA, de aproximados 22% em 1985 passou a responder por 17% em 1995. As maiores quedas na participação do valor da produção da RG de Avaré deram-se nos municípios de Fartura,

⁷ Dados disponíveis em www.iea.sp.gov.br.

Mandurí, Piraju e Tejupá, principalmente pelas quedas no plantio do arroz, café e feijão. A produção de carne bovina e suína, milho, feijão, batata, cana-de-açúcar, café beneficiado, ovo e leite foram os seus principais produtos. O crescimento da maioria destes itens pode ser explicado pela continuidade da tendência de aumento das produções processáveis industriais como a cana, a laranja, a soja, o tomate, o trigo e o abate de bovinos e suínos. Houve aumento também da produção de eucaliptos e de milho e a redução da produção de café.

A parcela do valor da produção da RG de Botucatu no total da RA continuou praticamente estável durante o período, em torno de 16%. São Manuel, Botucatu, Laranjal Paulista e Bofete foram os municípios de maior representatividade. Embora não tenha acrescido sua parcela de contribuição nas décadas de 1.980 e 1.990, os dados do IEA para o início da década de 2.000 mostraram a especialização e o crescimento no cultivo da cana, da laranja, limão e milho. Destaque também para o crescimento de suas principais atividades, a criação do gado bovino e suíno para o abate e a produção granjeira. Houve a estabilização das áreas de cultivo do café que não mais apresentaram queda substancial de área.

Com relação às regiões de governo de Itapetininga e Itapeva ambas apresentaram aumento de suas parcelas em cerca de 17%, respectivamente de 20% para 24% e de 16 % para 19% do total do valor de produção da RA.

O aumento da contribuição da RG de Itapetininga entre os anos de 1.980 e 2.000 deu-se em função dos acréscimos na produção de carne bovina e de frango, do leite, da cana, laranja, ovos e do milho, os quais, conforme a base de dados do Instituto de Economia Agrícola houve crescimento até 2004. Cabe ressaltar a cultura do feijão que após anos de queda retornou a apresentar crescimento e grande representatividade na região entre 2.000 e 2.004. Mas, devido ao seu baixo valor de mercado, não esteve entre os principais valores de produção.

O crescimento da produção da RG de Itapeva foi marcado pelo bom desempenho da produção de carne bovina e suína, soja, batata, tomate e milho. Destacou-se durante o período como o maior produtor de tomates e feijão e um dos maiores na produção do milho do estado de São Paulo.

Com relação à modernização da agricultura, com base na mecanização, segundo o Censo Agropecuário, A quantidade de tratores continuou apresentando grande crescimento até metade da década de 1.980, passou de cerca de 18.385 a cerca de 21.500 unidades (crescimento de 17%)

em toda a RA. No entanto, houve uma inflexão do crescimento na década de 1.990 ao elevar o número a 22.250 unidades (crescimento de 3,5%). A relação área trabalhada/número de tratores reduziu-se durante o período, de 135 hectares/trator em 1985 para 106 ha/trator em 1995. Enquanto na razão número de tratores pelo total dos estabelecimentos agrícolas houve um pequeno crescimento, passou de 0,3 para 0,7 tratores para cada unidade produtiva.

A RG de Sorocaba continuou concentrando boa parte do número de tratores, mesmo tendo reduzido substancialmente a sua área de lavoura. As RGs de Itapetininga e Avaré foram as que apresentaram maiores quantidades por estabelecimento durante o período.

Quanto à relação indústria-agricultura, o bom desempenho da pecuária de corte, da avicultura e das extensões das culturas industrialmente processáveis apresentados até então já indicavam que a RA de Sorocaba continuou a estreitar seus vínculos com a atividade industrial. Os dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) da Fundação SEADE podem ilustrar um pouco melhor o tipo de inserção da RA nesse contexto.⁸

Relevante considerar os dados da PAEP, a qual mostrou que a RA de Sorocaba em 1.996 concentrou a quarta posição (6%) na receita agroindustrial total do estado, igualmente à RA Central e atrás somente das RMSP e das RAs de Campinas e Ribeirão, obtendo a mesma colocação na participação no valor adicionado estadual (7%). Foi responsável pela quinta colocação no total do pessoal ocupado (6%) nos estabelecimentos agroindustriais do estado considerados pela pesquisa.

No entanto, considerável 9% das unidades agroindustriais produtivas instaladas no estado de São Paulo se encontraram na região, atrás apenas da RMSP (29%) e da RA de Campinas (17%). À frente, inclusive da dinâmica região agrícola de Ribeirão Preto.

A diferença com relação às participações da região nos totais estaduais do pessoal ocupado e no número de unidades agroindustriais, provavelmente aconteça pela escolha metodológica da pesquisa, a qual, para filtrar e selecionar as empresas instaladas no local, cuja principal atividade seja o processamento de produtos agropecuários, primeiramente, considera as

⁸ A agroindústria paulista foi dividida pela PAEP em dez ramos de atividade, considerando as ações ligadas ao primeiro processamento de matérias-primas derivadas da agropecuária: carnes, sucos, óleos vegetais, leite, moagem de cereais, cana-de-açúcar, café, fibras têxteis, madeira e celulose e, finalmente, um ramo com as demais agroindústrias, no qual se destacam conservas, fumo e couros.

empresas com número do pessoal ocupado superior a apenas 30 funcionários, ao invés de se orientar, primeiramente, pelo VAF ou pela receita líquida (RL).

Isso possivelmente colaborou com a alta concentração observada na RMSP, onde se localizam, inclusive, os escritórios de comercialização das empresas do interior e dos outros estados, elevando a sua participação no total da VAF e da RL. Nesse caso, há de se levar em consideração as tendências de maior valorização das funções de logística em relação à produção e a preferência das unidades processadoras por locais próximos às regiões de alta produção da cana-de-açúcar, laranja, carne e leite.

Tabela 16: Atividade econômica agroindustrial no Estado de São Paulo segundo as Regiões Administrativas (1996)

Região Administrativa	UL		PO		RL (R\$ milhões)		VAF (R\$ milhões)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total do Estado	3.579	100	222.749	100	23.340	100	8.754	100
Região Metropolitana de SP	1.034	28,9	51.346	23,1	5.779	24,8	2.800	32,0
RA de Registro	(b) 42	1,2	(b) 1.147	0,5	(b) 39	0,2	(a) 4	0,0
RA de Santos	61	1,7	1.819	0,8	(a) 359	1,5	152	1,7
RA de São J. dos Campos	(a) 165	4,6	(a) 3.273	1,5	319	1,4	75	0,9
RA de Sorocaba	(a) 314	8,8	13.274	6,0	1.456	6,2	608	6,9
RA de Campinas	622	17,4	46.489	20,9	5.729	24,5	1.646	18,8
RA de Ribeirão Preto	(a) 106	3,0	21.211	9,5	2.130	9,1	900	10,3
RA de Bauru	183	5,1	21.571	9,7	1.171	5,0	331	3,8
RA de São J. do Rio Preto	(a) 240	6,7	11.936	5,4	939	4,0	335	3,8
RA de Araçatuba	(b) 147	4,1	6.797	3,1	532	2,3	243	2,8
RA de Presidente Prudente	(a) 208	5,8	7.014	3,1	677	2,9	160	1,8
RA de Marília	(a) 213	6,0	9.784	4,4	925	4,0	216	2,5
RA de Central	124	3,5	12.766	5,7	1.429	6,1	582	6,6
RA de Barretos	46	1,3	8.121	3,6	1.350	5,8	530	6,1
RA de Franca	73	2,0	6.200	2,8	508	2,2	171	2,0

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep.

a. Erro amostral relativo com nível de confiança de 90% (CV x 1,64) entre 30 e 60%.

b. Erro amostral relativo com nível de confiança de 90% (CV x 1,64) superior a 60%.

Nota: 1. Corresponde às atividades desenvolvidas pelas empresas nos limites do Estado de São Paulo, desconsiderando-se aquelas realizadas fora do Estado.

2. Total de unidades locais agroindustriais (UL), pessoal ocupado (PO), receita líquida (RL), valor adicionado (VAF)

Os frigoríficos, a pecuária leiteira e o processamento de alimentos em geral nas regiões de Avaré, Itapetininga e Sorocaba, contribuíram para a significativa receita agroindustrial de 19% no total da receita industrial da RA na década de 1.990.

As atividades e estabelecimentos agroindustriais de maior expressividade na produção da RA de Sorocaba foram: o processamento da soja pela Cargil na RG de Sorocaba; a pecuária através da Usina Beneficiamento Cooperativa de Laticínios de Sorocaba, antiga abastecedora local a qual absorveu grande parte da produção leiteira de Sorocaba e Itapetininga; e os vários frigoríficos espalhados principalmente pelas RGs de Avaré, Itapetininga e Sorocaba. Segundo dados do IEA a região de Sorocaba foi a quarta maior região leiteira ao representar cerca de 12% da produção estadual. A RG de Itapetininga contou com o crescimento da citricultura pela empresa Citrovita Agro Pecuária Ltda do Grupo Votorantim. Mas, a cultura de frutas cítricas não chegou a se beneficiar, a maioria das frutas processadas é proveniente dos municípios de Catanduva na RA de São José do Rio Preto e em Matão na RA Central.

Conforme a PAEP, as indústrias da RA de Sorocaba, assim como a da RMSP, principalmente a da Capital, tiveram queda de sua contribuição no total estadual, devido ao péssimo desempenho em 2001, quando houve queda da renda da população. Mas, segundo os dados da PAEP 2001 a produção agroindustrial pouco deve ter se alterado. Uma vez que, a contribuição da produção alimentícia nos totais do valor adicionado e da receita líquida de toda a indústria regional permaneceu expressiva, respectivamente 12% e 19%.

Contudo, a RA continuou com reduções na extensão da área de lavoura e de pastagens naturais. E em termos de remanejamento, diversificou suas culturas ao substituir expressivas extensões de áreas empregadas aos cultivos tradicionais pelas culturas centradas na dinâmica agroindustrial ou inseridas como commodity relevante da agricultura mundial como a soja. Seguiu a tendência estadual ao ser atingida pela expansão da fronteira agrícola dos produtos mais rentáveis como os cultivos da cana e da laranja. Somado a esses produtos, o crescimento das plantações de eucalipto mesmo após o final dos incentivos ao reflorestamento em 1.985, da produção pecuária de corte bovino, suíno e leiteiro, da avicultura e das hortaliças foram os principais responsáveis pelo desempenho da RA nas últimas duas décadas.

Ainda se caracteriza pela ampla quantidade de pequenas e médias propriedades rurais e pela especialização em culturas de pouco valor comercial, como o milho, a batata e o feijão. Apesar da expressiva participação na produção agrícola paulista as relações entre indústria e agricultura local, deram-se num ambiente de modo média complexidade, comparativamente às regiões agrícolas mais dinâmicas do estado.

Durante todo o período a modernização da sua atividade agrícola e a articulação com a indústria se intensificou, contribuindo para o aumento da produtividade das unidades e o aumento do valor da produção mesmo com redução de sua área total de pastagem e lavoura. Mas, apresentou-se como um “campo de transição”, por um lado alcançou parcialmente a modernização através da aquisição de tratores e defensivos, mas, por outro, a atividade agrícola não desenvolveu uma articulação sólida à jusante e à montante com a indústria, o setor de serviços, muito menos com instituições de pesquisas. Exceto nas culturas e produções tradicionais, como o feijão, as frutas e hortaliças, a pecuária de corte e o leite que já contavam com uma cadeia de empacotamento e distribuição, destinada principalmente ao escoamento à RMSP.

Após apresentar as principais mudanças ocorridas na produtiva regional, o último capítulo apresenta os impactos do crescimento e da diversificação agrícola e industrial sobre a dinâmica urbana regional no período.

CAPÍTULO 3 – Características da rede urbana da Região Administrativa de Sorocaba

A rede urbana do estado de São Paulo é o resultado de um longo processo de ocupação que ganhou ímpeto a partir do maior dinamismo econômico adquirido desde a época do complexo cafeeiro. Estruturada a partir da capital, possui três Regiões Metropolitanas, a de São Paulo (RMSP), da Baixada Santista (RMBS) e de Campinas (RMC), onze aglomerações urbanas de diferentes complexidades espaciais (dentre elas, a cidade de Sorocaba e seu entorno) e nove principais centros urbanos regionais mais isolados, inclusive as cidades de Itapetinga e Botucatu.

As maiores cidades do estado se localizam nas regiões economicamente mais avançadas, indicando uma relação entre o crescimento econômico e a dinâmica populacional, uma vez que a trajetória da migração rumou em direção às cidades de maior dinamismo. Com o crescimento econômico da década de 1.970, o fluxo se intensificou a partir dos incentivos governamentais aplicados especialmente nas sedes regionais. A partir desse período as aglomerações em torno dos municípios-sedes das Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba passaram a ter grande complexidade urbana e um notável fortalecimento dos seus papéis na rede urbana paulista.

Apesar da redução no efeito de atração exercido pela indústria na década de 1.980, a migração continuou no sentido do interior do estado, devido à maior intensidade da crise sobre o emprego na capital, à maturação dos investimentos e à diversificação das atividades orientadas ao consumo urbano. O mesmo ocorreu na década de 1.990, com a continuidade do vetor interno da desconcentração da produção industrial.

A população das cidades médias cresceu. Muitas destas, articuladas às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas. A desconcentração da produção e o crescimento do terciário ampliaram suas atividades urbanas e a atração diferencial de algumas delas reforçou o seu papel de pólos regionais.

Como pôde ser visto no capítulo anterior, a RA de Sorocaba também passou por mudanças. Aumentou suas participações na produção industrial e na agricultura. E como veremos, também contou com expressivo crescimento no setor de comércio e em algumas atividades do setor de serviços. Internamente à RA, ocorreu também certa desconcentração produtiva, que se estendeu favorecendo o espaço compreendido, por exemplo, pela RG de

Itapetininga, ao passo que as regiões mais distantes, como Avaré e Botucatu, pouco se beneficiaram.

Nesse contexto, cabe ao capítulo demonstrar os principais impactos da dinâmica econômica regional sobre a dinâmica urbana e o desenvolvimento sócio-econômico da RA. Para tanto a análise baseia-se na observação das principais mudanças ocorridas na composição, crescimento, mobilidade, emprego, atração locacional e condições de vida. Desta maneira, permitindo uma melhor apreensão da desigualdade social intra-regional.

3.1 Principais aspectos da rede urbana e da infra-estrutura regional

Após um estudo realizado em todo o estado de São Paulo, o qual analisou a complexidade das funções urbanas, o raio de influência e o grau de articulação econômica, a Secretaria de Planejamento do estado de São Paulo delimitou 15 Regiões Administrativas, buscando aprimorar o processo de planejamento estadual.

A RA de Sorocaba, composta por 79 municípios e uma população estimada de 2.727.246 habitantes para 2.005, conta com 5 Regiões de Governo (Avaré, Botucatu, Itapetininga, Itapeva e Sorocaba) e possui ainda uma Aglomeração Urbana (AU) composta pelos municípios de Alumínio, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba e Votorantim. Esta AU em 2.005 abriga uma população de 1.170.870 hab., a quinta maior concentração do estado, atrás apenas das Regiões Metropolitanas e AU de São José dos Campos. Os municípios de Sorocaba e Votorantim, com seus 664.152 habitantes (493.468 mil e 92.925 mil), representam cerca de 24% do total da RA e 57% da AU de Sorocaba. Conta ainda com mais dois centros urbanos isolados, de Itapetininga e Botucatu. Os centros menores, como Itapeva e Avaré, não foram classificados, mas possuem considerável importância micro-regional.

O desenvolvimento da AU de Sorocaba teve sua dinâmica recente influenciada pela montagem e modernização de denso sistema viário regional, principal fator determinante da atratividade regional no processo de interiorização do parque produtivo, além da proximidade que se encontra dos dois principais centros estaduais (RMSP e Campinas). As rodovias que cortam parte do espaço compreendido pela RG de Sorocaba acabaram criando dois eixos preferenciais para a localização das atividades industriais, assim provocando um processo de expansão das

manchas urbanas em alguns municípios. O primeiro eixo é o que liga Sorocaba à RMSP envolvendo os municípios de Alumínio, Araçariguama, Mairinque e São Roque (sub-centro regional) pelas Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares (e pela ferrovia). O segundo eixo é o que liga Sorocaba a Salto e Itu pela Rodovia Santos Dumont.

Dentre suas particularidades, cabe destacar a proximidade e a facilidade com que as pessoas se deslocam até a RMSP. Tais facilidades acabaram inibindo a existência de uma maior complexidade das funções urbanas, principalmente nas prestações de serviços, em função da população de alguns municípios de seu entorno, e inclusive da própria cidade de Sorocaba, recorrer aos serviços encontrados na capital.

Importante ressaltar o efeito de atração que a RMSP exerce sobre os municípios de Araçariguama, São Roque, Mairinque, Alumínio. Itu estabelece forte ligação com o município de Salto e ambos possuem uma tendência a intensificar suas dinâmicas funcionais, ligadas à Indaiatuba, integrando-se à área sob influência da Região Metropolitana de Campinas.

As instituições de ensino e os serviços na área da saúde, instalados no pólo de Sorocaba, foram os ramos que mais atraíram a população de seu entorno e também de Itapeva e Itapetininga, em virtude da falta de universidades públicas, instituições de pesquisas e hospitais regionais. Em que pese Sorocaba ter várias instituições de ensino superior, até 2.005 contava apenas com uma faculdade pública estadual voltada à tecnologia de projetos industriais e na manutenção de aparelhos hospitalares. A partir de 2005 novos cursos foram e estão sendo instalados em Sorocaba, principalmente, na área ambiental pela UNESP e UFSCar; em decorrência dos problemas relacionados aos recursos hídricos, gerado em maior parte pelo crescimento econômico do setor metalúrgico (alumínio) e da expansão da urbanização nos últimos anos. Outras unidades da FATEC e da UNESP estão sendo instaladas em Itapetininga (agrícola e automação) e Iperó (ambiental).

Outra peculiaridade da RA esteve no seu processo de conurbação ente Sorocaba e Votorantim, pelo fato de terem sido desmembradas depois de apresentarem pontos de conurbação e intensa integração de funções. Os dois municípios configuraram uma única área urbana, o que houve foi a divisão do todo em duas administrações municipais distintas. A conurbação se faz por uma avenida expressa que liga o centro comercial de ambas numa distância de aproximadamente cinco quilômetros.

As cidades de Mairinque e São Roque também apresentam ponto de conurbação. Enquanto Itu e Salto possuem uma forte tendência a se expandirem entre seus limites.

No que diz respeito à demografia, a RA de Sorocaba apresenta algumas peculiaridades, o que faz destacar o Município de Sorocaba e seu entorno como aglomerações urbanas. No conjunto, a densidade da RA para o ano 2.000 é de 59,98 hab./km², muito baixa se comparada à densidade da RG de Sorocaba (175,02 hab./km²) e muito alta para a RG de Itapeva (25,33 hab./km²).

A diversificação da RA de Sorocaba também se estende ao porte dos municípios. Abriga 67 municípios com até 50 mil habitantes onde residem cerca de 982 mil pessoas, ou seja, quase dois quintos da sua população total. Dessa forma, cerca de 40% da população total reside em municípios com até 50 mil habitantes e 34% está concentrada em municípios acima de 100 mil habitantes, o que equivale a 862 mil pessoas.

Tabela 17 - População total e participação relativa por tamanho de município RA Sorocaba 1980, 1991, 2000

Classe de tamanho dos municípios	Ano 2000				Ano 1991				Ano 1980				Ano 1970			
	No de municípios		População		No de municípios		População		No de municípios		População		No de municípios		População	
	Total	%	Total	%												
Até 20 mil	50	63,29	440.675	17,85	38	60,32	389.732	19,33	43	68,25	399.571	26,45	46	73,02	405.260	35,52
20 e 50 mil	17	21,52	542.180	21,96	14	22,22	455.262	22,58	13	20,63	443.719	29,38	14	22,22	444.334	38,95
50 e 100 mil	8	10,13	623.004	25,24	8	12,70	580.109	28,77	6	9,52	397.300	26,30	2	3,17	115.560	10,13
100 e 250 mil	3	3,80	369.231	14,96	2	3,17	212.446	10,54	-	-	-	-	1	1,59	175.677	15,40
250 e 500 mil	1	1,3	493.468	20,0	1	1,6	379.006	18,8	1	1,6	269.888	17,9	-	-	-	-
Total do Estado	79	100	2468558	100	63	100	2016555	100	63	100	1510478	100	63	100	1140831	100

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000. Apud CANO et al. (2006)

Quanto ao grau de urbanização da região, em 1.980, chegou mais próximo da média estadual (88,6%), ao passar dos 58,1% em 1.970 para 71,5%. Após 1.980, continuou crescendo a taxas elevadas, passando a 85,0%, porém abaixo da média estadual (93,7%).

Contudo, as maiores expansões urbanas da RA deram-se nos centros regionais, exceto na cidade de Itapeva, e nas cidades mais industrializadas próximas a Sorocaba e que compõem a Aglomeração Urbana de Sorocaba (AUS). Sorocaba, Salto, Votorantim e Itu foram os municípios que apresentaram as maiores taxas de urbanização, respectivamente, 98,6%, 95,7%, 94,9% e 89,2%, bem acima da média da Região de Governo (83,7%). Outros municípios da RG de Sorocaba apresentaram graus de urbanização significativos, Mairinque (77%), Tietê (76%), Salto

(74%) e Porto Feliz (70%). Enquanto as RGs de Itapetininga (69%), Botucatu e Avaré (60%) e Itapeva (49%) ficaram num nível intermediário. Alguns municípios populosos próximos da cidade de Sorocaba ainda se caracterizaram serem essencialmente rurais, como Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul e Tapiraí, que não chegaram a 50%.

Com relação aos dois centros urbanos isolados com população acima de 100 mil habitantes, se favoreceram da vantagem de estarem entre importantes eixos viários. Itapetininga, situada às margens da Rodovia Raposo Tavares, tem se beneficiado de sua localização, um importante entroncamento na derivação da Rodovia SP 127 que faz a ligação com todo o sudoeste do estado de São Paulo e com o norte do Paraná, através das rodovias SP 258 (que liga Capão Bonito à Apiaí e Ribeira) e SP 250 (que liga Capão Bonito a Itapeva e Itararé). Enquanto Botucatu conta com as rodovias Castelo Branco e Marechal Rondon, a ferrovia e o aeroporto regional e está na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná.

3.1.1 A Cidade de Sorocaba no contexto regional

Apesar de Sorocaba ser a principal cidade da região, por concentrar grande parte da estrutura industrial, da população e do emprego regional, pequena é considerada a polarização exercida sobre os demais municípios.

Dentre os principais fatores inibidores estão:

- A proximidade com relação aos outros centros de consumo mais bem estruturados e de maior porte. Como o visto Itu e Salto possuem forte ligação com a RMCampinas, Mairinque e São Roque com a RMS e Tietê e Porto Feliz com Piracicaba;
- A proximidade de alguns sub-centros regionais na RG de Sorocaba, como é o caso de Itu e São Roque;
- Os elevados índices de pobreza da região fizeram com que os resultados econômicos obtidos em função do efeito de polaridade fossem fracos;
- E o fato das sub-regiões de Avaré e Botucatu desenvolverem poucas relações comerciais e nem mesmo utilizarem os serviços da cidade-pólo. A grande distância que ao mesmo tempo favoreceu o comércio local fez com que a população preferisse recorrer à cidade sede da Região Administrativa de Bauru na necessidade de serviços mais complexos.

Assim, pode se dizer que, apesar da cidade de Sorocaba ser a sede da maior região administrativa do estado, possui uma influência bem reduzida, em função de não estar localizada no centro de sua estrutura regional. Assim ao mesmo tempo em que outros centros sub-regionais cresceram também permitiu que outros espaços urbanos se integrassem a outros sistemas. Destarte, em que pese a ligação de alguns municípios com outras aglomerações urbanas, se analisada somente a sub-região, ainda nota-se que a cidade de Sorocaba exerce uma forte atração sobre o seu entorno, não compartilhando a função de cidade-pólo nem mesmo com Votorantim, por concentrar grande parte do setor de serviços e comércio e o seu entorno possuir apenas alguns pontos comerciais de nível local, como é o caso de São Roque e Itu.

3.2 Evolução e dinâmica populacional da região de Sorocaba

A região de Sorocaba sempre foi uma das mais populosas de São Paulo. O seu crescimento deu-se de um modo específico e passou a se intensificar na medida em que a sua economia começou a ter certo dinamismo a partir de meados do séc. XVIII, com a chegada das primeiras boiadas e muares, antes mesmo dos desdobramentos obtidos com o complexo cafeeiro.

A partir de 1.970, tanto o espaço da RA de Sorocaba, como grande parte do interior, passou a contar com o recebimento de um importante fluxo migratório, tanto de outros como do próprio estado. Este movimento foi determinado, sobretudo, pela continuidade do processo de desconcentração produtiva, principalmente, em direção às RAs de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba.

Nesse ano, a RA já era responsável pela terceira maior concentração populacional do estado. Respondia por 6% do total, atrás apenas da RMSP e da RA de Campinas. Embora a taxa anual de crescimento populacional da RA de Sorocaba (2,8%) tenha sido um pouco maior do que a média do interior (2,6%), ficou abaixo das demais regiões beneficiadas pelos investimentos públicos, o que diminuiu a sua participação relativa no total estadual, de 6,4% em 1.970 para 6,0% em 1.980.

A pequena queda na concentração deu-se principalmente ao seu menor efeito de atração sobre o fluxo migratório, em função de ter sido beneficiada apenas basicamente pelos investimentos públicos na infra-estrutura do transporte. Enquanto as RAs de Campinas, Ribeirão

Preto e São José dos Campos contaram com investimentos diretos no implante de estatais, instituições de pesquisa e ensino e no departamento de bens de consumo duráveis e de capitais, setores com grande capacidade de impulsionar efeitos de encadeamento produtivo e atração de novas plantas industriais complementares e, portanto, com maior capacidade de absorção de mão-de-obra.

Na década seguinte, o crescimento populacional da RA continuou menor do que as apresentadas naquelas regiões, com 2,6% entre 1.980 a 1.991. Porém, diferentemente do período anterior, as taxas anuais foram maiores do que as registradas na RMSP e de Santos, em virtude dos efeitos negativos da aglomeração urbana e da estagnação econômica, sobretudo na capital. Isso resultou no aumento de sua participação no total da população estadual de 6,0% em 1.980 para 6,4% em 1.991.

Já nos últimos quinze anos, todas as RAs registraram queda em suas taxas de crescimento populacional, sendo a RMSP e Campinas as regiões que mais contribuíram no total estadual. A RA de Sorocaba permaneceu com a terceira maior concentração, apresentou a maior taxa média anual de crescimento do estado, 2,3% entre 1.991 e 2000 e 2,0% entre 2.000 a 2.005, seguida pelas RAs de Campinas (2,3% e 1,9%) e Santos (2,2% e 2,0%). Cabe aqui ressaltar a relação entre crescimento econômico e a dinâmica populacional, lembrando que essas três regiões apresentaram crescimento de suas contribuições no total da produção industrial no período.

Tabela 18: Participação Relativa das Regiões na População Total do Estado de São Paulo														
Estado de São Paulo e Regiões Administrativas	1970		1980		1991		2000		2005		Tx. geo. cresc. anual			
	Popul.	%	Popul.	%	Popul.	%	Popul.	%	Popul. estimada *	%	1970/1980/980	1980/1991/2000	2000/2005	
RMSP	8.139.730	45,80	12.549.856	50,29	15.369.305	48,89	17.852.637	48,28	19.130.455	47,89	4,46	1,86	1,68	1,39
RMB5	137.893	0,78	957.889	3,84	1.214.980	3,86	1.473.912	3,99	1.625.115	4,07	3,94	2,19	2,17	1,97
RA de Registro	653.441	3,68	184.964	0,74	226.608	0,72	265.348	0,72	286.232	0,72	3,01	1,86	1,77	1,53
RA de São J. Campos	834.659	4,70	1.215.549	4,87	1.642.399	5,22	1.988.498	5,38	2.185.111	5,47	3,88	2,77	2,15	1,90
RA de Sorocaba	1.140.995	6,42	1.503.482	6,03	2.005.788	6,38	2.463.754	6,66	2.727.246	6,83	2,84	2,65	2,31	2,05
RA de Campinas	2.087.006	11,74	3.196.969	12,81	4.382.452	13,94	5.383.260	14,56	5.916.224	14,81	4,41	2,91	2,31	1,91
RA de Ribeirão Preto	475.022	2,67	654.794	2,62	892.884	2,84	1.058.652	2,86	1.147.195	2,87	3,31	2,86	1,91	1,62
RA de Bauru	540.008	3,04	660.026	2,65	821.544	2,61	955.486	2,58	1.028.893	2,58	2,06	2,01	1,69	1,49
RA de São J. Rio Preto	884.975	4,98	947.416	3,80	1.126.330	3,58	1.297.799	3,51	1.393.685	3,49	0,71	1,59	1,59	1,44
RA de Araçatuba	526.344	2,96	523.565	2,10	613.039	1,95	672.572	1,82	704.527	1,76	-0,03	1,44	1,04	0,93
RA de Pres. Prudente	683.720	3,85	661.116	2,65	732.802	2,33	787.561	2,13	820.895	2,05	-0,32	0,94	0,80	0,83
RA de Marília	663.267	3,73	679.342	2,72	786.962	2,50	886.735	2,40	945.872	2,37	0,26	1,35	1,34	1,30
RA de Central	408.948	2,30	540.889	2,17	725.635	2,31	853.866	2,31	923.753	2,31	2,88	2,70	1,82	1,59
RA de Barretos	245.039	1,38	267.626	1,07	356.741	1,13	394.835	1,07	417.747	1,05	0,93	2,64	1,13	1,13
RA de Franca	350.901	1,97	409.755	1,64	538.804	1,71	639.463	1,73	696.537	1,74	1,61	2,52	1,92	1,72
Total do Estado	17.771.948	100,00	24.953.238	100,00	31.436.273	100,00	36.974.378	100,00	39.949.487	100,00	3,49	2,12	1,82	1,56

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 - Dados retirados das tabulação da FSEADE/Informação dos Municípios Paulistas .

*As populações consideradas resultam de um modelo de projeção demográfica baseado nos resultados dos Censo Demográfico (Fundação IBGE) e nos indicadores de crescimento calculados a partir das Estatísticas Vitais processadas na Fundação Seade.

Dentre os principais traços que determinaram a dinâmica e a evolução do crescimento populacional da região entre 1.980 e 2.005 estão:

- o deslocamento da população em busca de emprego nas regiões mais industrializadas e próximas à capital com a continuidade do processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo, rumo a alguns municípios da RG de Sorocaba e a cidade de Itapetininga;
- o deslocamento interno da população, principalmente entre as RGs de Itapeva, Sorocaba e Itapeva e a fixação da população de Avaré e Botucatu;
- a contenção do êxodo rural na região pela permanência das culturas de menor valor comercial na região de Itapeva e das pequenas unidades agrícolas familiares que ainda absorveram a mão-de-obra rural, e pelo desempenho da produção dos municípios agrícolas na RG de Sorocaba, e;
- o ainda alto nível de fecundidade, característico das regiões mais pobres e de menor instrução, como é o caso das regiões das RAs de Registro e Sorocaba. Mesmo apresentando considerável redução, a média da RA de Sorocaba ficou entre 125 e 57 entre 1.980 a 2.004, enquanto a média estadual a cada mil mulheres decresceu de 108 a 55.

A migração em Sorocaba esteve relacionada tanto ao poder de atração de São Paulo com relação aos outros estados, como aos efeitos negativos das deseconomias de aglomeração. Os efeitos de atração gerados pela interiorização, tanto da produção industrial como da modernização agropecuária, a facilidade de acesso à capital e os maiores efeitos da crise sobre o emprego na RMSP, levaram bolsões de mão-de-obra a procurarem trabalho no interior, inclusive em Sorocaba.

Apesar da ausência das políticas regionais e da região não estar entre as regiões agrícolas mais dinâmicas do estado, a continuidade da desconcentração produtiva industrial e o crescimento das atividades de comércio e serviço permitiram o recebimento de parte do fluxo migratório. Sendo a maior parte dos migrantes procedente da RMSP ou da Região Sul do país.

Dos mais de 1,2 milhão de migrantes que entraram em São Paulo entre 1.995 e 2.000, 42% tiveram como destino o interior. Assim como na década de 1.970 e 1.980, os maiores receptores da população de outros estados continuaram sendo a RMSP (57,0%), a RA de

Campinas (14,0%), a RA de São José dos Campos (5,0%), a RMSP (4,7%) e Sorocaba (4,3%). No movimento inverso, num total de 852.108 saídas para outros estados, as emigrações seguiram na mesma ordem, respectivamente, 64%, 10%, 4,0%, 3,9% e 3,6% em Sorocaba.

De acordo com as tabulações especiais realizadas pelo Núcleo de Estudos Populacionais da UNICAMP (NEPO), apenas uma pequena parcela se dirigiu para a RA de Sorocaba (4,3%), ou seja, cerca de 52.218 pessoas. Destas, 20.996 eram da região Sul do país, seguida pelo Nordeste (18.551), Sudeste (7.787), Centro-Oeste (3.857) e Norte (1.027). No movimento inverso, com relação à emigração da população da RA de Sorocaba para outras unidades da federação, de um total de 30.252 pessoas, 14.337 se dirigiram para o sul do país, seguida pela própria região Sudeste (6.009), Nordeste (5.851), Centro-Oeste (3.377) e Norte (678).

No âmbito intra-estadual, a RA de Sorocaba recebeu cerca de 111.300 pessoas vindas de outras RAs, número superior às entradas oriundas de outros estados. O elevado número resultou num saldo migratório positivo de quase 61 mil pessoas. Os maiores contingentes migratórios que se deslocaram para a região vieram da RMSP (66%), seguido pela população da RA de Campinas (11%), Marília (5%), Bauru e Registro (ambos cerca de 4%). Em contrapartida, as principais áreas de destino dos emigrantes sorocabanos foram a RMSP (34%) e as RAs de Campinas (27%), Bauru (8%), Marília (7%), Santos (5%) e São José dos Campos (4%).

**Tabela 19 - Migração Intra-estadual
RA Sorocaba 1995-2000**

RAs	Entradas	Saídas	Saldo
Araçatuba	1.099	685	414
Barretos	440	220	220
Bauru	4.147	4.276	-129
Campinas	12.800	13.751	-951
Central	1.128	1.368	-240
Franca	160	155	5
Marília	5.447	3.699	1.748
Presidente Prudente	2.226	1.363	863
Registro	3.847	1.591	2.256
Ribeirão Preto	1.172	641	531
RMSP	72.918	17.434	55.484
Santos	3.229	2.623	606
São José dos Campos	1.588	2.049	-461
São José do Rio Preto	1.105	648	457
Total	111.306	50.503	60.803

Fonte: IBGE – Tabulações Especiais NEPO

Os dados disponíveis pela Fundação SEADE, referente à migração no ano 2.000, mostram a atração exercida pelas sub-regiões mais beneficiadas pelo processo da desconcentração. No caso da região em estudo, as RGs de Sorocaba e de Itapetininga absorveram respectivamente 76% e 21% do saldo migratório total da RA.

De um modo geral, pode se observar que os migrantes se instalaram preferencialmente nos principais centros urbanos, com destaque para os municípios de Sorocaba e Itapetininga. No entanto, os pequenos municípios de ambas as RGs também atraíram uma considerável parcela, concentraram juntos, cerca de 57% do saldo total da RA.

O município de Avaré mostrou relevância como centro-regional, ao concentrar mais de 90% do saldo migratório da RG. Porém, o seu menor grau de atração e concentração populacional na RA, não o caracterizaram como centro regional isolado, como é o caso de Botucatu e Itapetininga. Em 2.000, a RG de Itapeva e o seu município-sede registraram saldo migratório negativo.

Tabela 20: Saldo migratório anual e taxa líquida de migração por mil habitantes no ano 2.000

Total do Est. SP	147.443	4,31
Total RA de Sorocaba	19.652	8,79
RG de Avaré	1.006	4,25
RG de Botucatu	1.608	7,2
RG de Itapetininga	4.243	12,2
RG de Itapeva	(2.190)	-6,91
RG de Sorocaba	14.985	13,51
Avaré	987	13,66
Botucatu	822	8,29
Itapetininga	960	8,47
Itapeva	(131)	-1,68
Sorocaba	7.058	16,25

Fonte: IBGE, apud. FSEADE

A análise do deslocamento da população na RA de Sorocaba permite notar um pouco mais a atração exercida pelos principais centros econômicos.

Quanto ao deslocamento na RA, importante ressaltar o saldo migratório positivo da RG de Itapeva (7.192) entre 1.995 e 2.000, resultado dos saldos negativos das RGs de Sorocaba (-3.180)

e Itapetininga (-4.300). As RGs de Avaré e Botucatu pouco contribuíram para a dinâmica do deslocamento populacional interno da região.

Internamente, sua dinâmica demográfica foi marcada principalmente pelo deslocamento entre as RGs de Itapeva, Itapetininga e Sorocaba. Num primeiro momento, na década de 1.980, o deslocamento interno da população rural de Itapeva rumo as RGs de Sorocaba e Itapetininga, tanto contribuiu para a contenção do êxodo rural na RA, como evitou que boa parte dos trabalhadores rurais se dirigisse às novas culturas de feijão na região noroeste e a outros estados. Num segundo momento, entre 1.995 e 2.000, recebeu de volta parte do fluxo migratório intra-regional (7.192) das RGs de Sorocaba e Itapetininga.

Quadro 01: Deslocamento Intra-regional da RA de Sorocaba (1.995 a 2000)
Região Administrativa de Sorocaba (1995-2000)

Municípios	emigração	imigração	Municípios	emigração	imigração
RG de Avaré	12.944	13.287	RG de Itapeva	13.896	21.088
Águas de Santa Bárbara	441	360	Apiáí	1.161	2.146
Arandu	341	482	Barra do Chapéu	142	293
Avaré	2.414	2.465	Bom Sucesso de Itararé	472	58
Barão de Antonina	201	202	Buri	1.686	1.063
Cerqueira César	991	923	Capão Bonito	1.454	3.416
Coronel Macedo	573	806	Guapiara	707	1.463
Fartura	655	683	Iporanga	134	261
Iaras	291	295	Itaberá	734	1.691
Itaí	1.372	1.016	Itaóca	106	303
Itaporanga	657	1.348	Itapeva	2.831	4.326
Manduri	404	614	Itapirapuã Paulista	164	247
Paranapanema	1.257	912	Itararé	978	2.107
Piraju	815	929	Nova Campina	642	95
Sarutaiá	246	192	Ribeira	99	399
Taguaí	645	410	Ribeirão Branco	1.274	1.766
Taquarituba	1.277	1.233	Ribeirão Grande	214	146
Tejupá	364	417	Riversul	364	1.196
			Taquarivaí	734	112
RG de Botucatu	8.343	8.288			
Anhembi	263	401	RG de Sorocaba	39.236	36.056
Areiópolis	381	407	Alumínio	688	785
Bofete	482	462	Araçariguama	309	438
Botucatu	2.492	2.300	Araçoiaba da Serra	1.378	1.131
Conchas	767	419	Ibiúna	874	1.013
Itatinga	814	939	Iperó	1.370	847
Laranjal Paulista	669	643	Itu	2.656	4.026
Pardinho	402	336	Jumirim	182	105
Pereiras	435	286	Mairinque	1.728	1.651
Porangaba	552	513	Piedade	1.568	1.751
Pratânia	306	442	Pilar do Sul	1.064	1.067
São Manuel	662	1.075	Porto Feliz	1.651	1.431
Torre de Pedra	118	65	Salto	2.707	1.504
			Salto de Pirapora	2.199	1.049
RG de Itapetininga	18.368	14.068	São Roque	1.367	1.959
Alambari	357	131	Sorocaba	12.408	12.766
Angatuba	1.054	777	Tapiraí	312	372
Boituva	1.698	1.064	Tietê	1.203	861
Campina do Monte Alegre	629	139	Votorantim	5.572	3.300
Capela do Alto	787	522	Total geral	92.787	92.787
Cerquillo	1.665	781			
Cesário Lange	513	701			
Guareí	880	475			
Itapetininga	4.798	4.198			
Quadra	491	112			
São Miguel Arcanjo	1.132	1.630			
Sarapuí	528	573			
Tatuí	3.836	2.965			

Fonte: IBGE, Tabulações especiais NEPO/Unicamp (2005)

Outro importante componente populacional a contribuir para o crescimento populacional da RA foi a alta fecundidade. Enquanto o estado de São Paulo registrou taxas que foram de 108 (1980) a 75 (1991) e de 65 (2000) a 55 (2004), a RA de Sorocaba se deparou com respectivos 125, 88, 71 e 57. Cabe ressaltar o peso da RG de Itapeva (69) que em 2004 esteve bem acima do total da RA, enquanto as RGs de Avaré, Botucatu, Itapetininga e Sorocaba registraram, respectivamente, taxas de 56, 57, 58 e 50.

Em que pese à perda da importância relativa da RG de Itapeva no total da população regional, as altas taxas de fecundidade registradas nas últimas décadas e as entradas migratórias vindas de outras partes do país e da RA durante a década de 1.990, foram componentes importantes do crescimento demográfico, tanto da RG como do total da RA.

3.3 Evolução e principais características dos postos de trabalho na RA de Sorocaba

A compreensão das transformações no mercado de trabalho é considerada uma tarefa complexa diante da multiplicidade e simultaneidade dos fenômenos que afetam o comportamento das empresas e do governo e que conseqüentemente decaem sobre a força de trabalho. Com base nos impactos das determinações macroeconômicas e do processo de desenvolvimento do interior sobre a dinâmica urbana regional paulista, esta seção busca mostrar a importância do emprego na dinâmica migratória expostas anteriormente.

Particularmente, com relação à década de 1.990, é sabido que a mudança na política de comércio exterior, associada à manutenção de uma taxa de câmbio valorizada, provocou efeitos importantes não somente sobre as estruturas produtivas regionais, mas, concomitantemente, também sobre o emprego.

Conforme Camargo e Néri (2000, p. 7), a forte recessão entre 1.990 e 1.992, fez com que o país registrasse redução no nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. Situação que foi revertida por um curto período de tempo. A partir de 1.993, e, mais intensamente, a partir da estabilização em junho de 1.994 até o advento da crise asiática em 1.998, quando houve uma interrupção do crescimento econômico. E por sua vez, como conseqüência, houve a redução do emprego industrial e o aumento do trabalho informal nos setores do comércio e serviços.

Dentre os principais fenômenos acontecidos nas últimas décadas e que vieram a influenciar o comportamento do emprego, Ferreira e Aquilini (1996) destacaram, no âmbito empresarial: a adoção de novos processos de produção; o desempenho de diferentes mercados; as estratégias de concorrência adotadas; a inserção no processo de reestruturação produtiva; a localização industrial; entre outros. No âmbito do governo, além das implicações das políticas macroeconômicas já consideradas anteriormente, apontam: as mudanças na previdência social e das relações de trabalho nos setores público e privado; os constrangimentos fiscais e as alterações na legislação tributária; o direcionamento dos gastos públicos; e, a adoção de mudanças na administração de pessoal e nos processo de produção pelas empresas privatizadas ou concessionárias.

Entre todas as unidades federativas, como o visto, o estado de São Paulo, em especial a RMSP, foi o mais afetado no período 1.980 e 2.005. Não somente no que se refere ao limitado crescimento econômico, mas também aos efeitos negativos que as políticas adotadas exerceram sobre o seu mercado de trabalho.

A partir dos dados da RAIS, é possível observar uma elevação geral no nível de emprego formal do estado de São Paulo estimado em 30% entre os anos de 1.985 a 2.003. No entanto, esta evolução foi insuficiente e não acompanhou a expansão do crescimento da PEA durante o mesmo período. Entre 1.992 e 1.997, segundo os dados da PNAD/IBGE, o nível de ocupação apresentou crescimento de 1,6% a.a., inferior à taxa de variação da PEA urbana estadual no período (2,0% a.a.). Isso ocasionou uma intensa expansão do contingente de desempregados (5,8% a.a.) e da taxa de desemprego aberto durante esses cinco anos, que passou de 8,9% para 10,7%.

Entretanto, a evolução do emprego paulista ao mesmo tempo em que sofreu com os efeitos da crise e da abertura comercial tendeu a acompanhar o movimento de desconcentração produtiva e de interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o nível de ocupação cresceu a taxas menores (1,4%a.a.) e o contingente de desempregados variou a uma taxa média anual de 5,8%, elevando a taxa de desemprego aberto de 10,4%, em 1992, para 12,6%, em 1997. Enquanto no interior a situação foi menos desfavorável, o nível de ocupação cresceu à taxa de 1,9% a.a. (contra 2,2% da PEA urbana), porém, não o suficiente para impedir o aumento expressivo do contingente de desempregados, cuja taxa de variação média anual foi de 5,9% e a taxa de desemprego aberto

passou de 7,2% para 8,6% no período. Desse modo, apesar do crescimento, o desemprego no interior do estado de São Paulo continuou substancialmente menor que a registrada na RMSPP.

O emprego no setor industrial, infelizmente, foi o mais atingido pelas crises. No sentido de que é nesse setor em que estão as melhores condições de trabalho por concentrarem os trabalhadores com maior nível salarial, regulamentação e carteira assinada.

Neste período, houve queda no nível de emprego industrial, compensada em parte, pelo crescimento das ocupações urbanas nos setores de serviço e comércio, consideradas absorvedores de mão-de-obra. Cabe lembrar que ambos os setores também passaram pelo processo de reestruturação, o que implicou na redução de sua capacidade de geração de empregos em alguns segmentos economicamente mais dinâmicos, como por exemplo, nos ramos crédito e financeiro e no comércio de produtos em massa como é o caso das redes de supermercados e as grandes revendedoras de produtos duráveis.

Grande parte dos municípios paulistas também registrou modificações nesse sentido, marcadas basicamente pela elevação da participação do setor de serviços, do comércio e nas culturas mais dinâmicas da agropecuária, em detrimento da redução no setor industrial.

Os números absolutos do emprego formal mostram que esse comportamento também se desdobrou sobre a RA de Sorocaba. O setor de serviços foi o que mais empregou (73.008), seguido pelo comércio (49.212), a agropecuária (35.918), e por último, a indústria (8.784) e a construção civil (3.254). Enquanto a população em idade considerada potencialmente ativa contou com uma variação de 741.107 pessoas.⁹

O maior crescimento registrado ocorreu no setor agropecuário. Embora as unidades produtivas tenham cada vez mais se modernizado através da utilização de máquinas e equipamentos, o processo de substituição e expansão de culturas na região contribuiu para a elevação do número de contratações na ordem de 377% no período.

Mesmo com a dificuldade metodológica e de mensuração dos setores dos serviços e do comércio, devido à grande diversidade das suas atividades e do grande número de ocupações

⁹ Importante ressaltar sobre a ausência de pesquisas do mercado de trabalho na região, no que se refere ao desemprego e ocupações informais, o que impede análise mais detalhada. Na falta dos dados que mensurem a População Economicamente Ativa da RA de Sorocaba, para fins de comparação, se optou simplesmente pela soma da população considerada potencialmente em idade ativa. O IBGE considera como População Potencialmente Ativa a faixa etária compreendida entre 15 a 64 anos e PEA o número de pessoas de 10 a 65 anos de idade classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Enquanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da FSEADE e Dieese considera como População em Idade Ativa (PIA) as pessoas a partir de 10 anos ou mais e como PEA uma parcela da PIA que esteja ocupada ou desempregada.

informais, os dados da tabela nº 21, mostram que ambos os setores registraram um expressivo aumento do emprego formal, respectivamente, de 69% e 141%, bem acima do verificado no total estadual (56% e 86%) e mais próximo do total atingido pelo interior (68% e 109%) entre os anos de 1.985 e 2.003.

Tabela 21: Síntese da evolução do mercado de trabalho da RA de Sorocaba (1985 a 2003)

Indicadores	1985	2003	Var. (%)
População	1.716.288	2.618.120	52,5
População entre 15 a 69 anos	1.071.873	1.812.980	69,1
População acima dos 10 anos	1.311.637	2.158.257	64,5
Total de postos de trabalho formais	286.056	456.232	59,5
Empregos na indústria	129.633	138.417	6,8
Empregos na construção civil	6.268	9.522	51,9
Empregos no comércio	34.858	84.070	141,2
Empregos nos serviços	105.784	178.792	69,0
Empregos na agropecuária	9.513	45.431	377,6

Fonte: IBGE; Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS (do Ministério do Trabalho/Codefat, dados disponibilizados pela Datamec/SP), tabulações especiais CANO (2007).

Dentre os subsetores destacados, somente as instituições financeiras passaram por reduções nos postos de trabalho, em função da informatização do sistema bancário e creditício. No caso do crescimento do emprego no setor de serviços, cabe ressaltar o impacto exercido pelo ramo industrial, haja vista, a expansão do processo de terceirização de algumas das atividades das empresas industriais na década de 1.990, sobretudo nas áreas de manutenção, escritório e de controle de qualidade (testes, ensaios e análises laboratoriais de rotina), a exemplo do ocorrido nos ramos dos transportes, comunicações e mecânica.

O aumento do emprego na construção civil deu-se principalmente pelas obras realizadas na duplicação e obras nas rodovias, na construção de vários novos empreendimentos imobiliários (principalmente dos condomínios horizontais) e em obras de revitalização urbana em algumas cidades da região.

Tabela 22: Evolução e distribuição do emprego formal da RA de Sorocaba por subsetores de serviços - 1985 e 2003 (Em N e %)

Subsetores selecionados	1985		2003	
	N	%	N	%
Total do Setor de Serviços	105.784	100,00	178.792	100,00
Inst. Financeiras	10.186	9,63	6.072	3,40
Adm. Tec. Prof.	22.863	21,61	43.043	24,07
Transp. e Comunic.	8.439	7,98	16.135	9,02
Aloj. Comunic.	33.265	31,45	33.933	18,98
Med., Odon., Veter.	4.966	4,69	12.857	7,19
Ensino	1.611	1,52	9.004	5,04
Adm. Pública	24.454	23,12	57.748	32,30
Total do Setor do Comércio	34.858	100,00	84.070	100,00
Com. Varejista	29.175	83,70	73.317	87,21
Com. Atacadista	5.683	16,30	10.753	12,79

Fonte: Rais/MTE/Codefat/Datamec, Tabulações especiais Cano (2007)

Com relação ao emprego formal no setor industrial de Sorocaba, a região registrou crescimento de 6,8%, um pouco abaixo do obtido pelo interior (9,1%) e pela RA de Campinas (10,0%), mas, oposto à queda registrada no total estadual (-21,5%), sobretudo, dada nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (- 40,0%) e de Santos (- 44,8%).

Cabe ressaltar o crescimento do emprego nos ramos da química, alimentos e bebidas. Particularmente, de acordo com a pesquisa sobre as Estratégias e Implicações da Reestruturação Industrial em Sorocaba da Universidade de Sorocaba, o aumento do número de empregos no setor de alimentos, não se deu apenas através da ampliação da produção. Essas empresas foram as que menos adotaram novos métodos de produção, menos investiram na introdução de novas máquinas e menos tiveram aumento na escala de produção, o que contribuiu para a permanência de muitos postos de trabalho.

Mas, em virtude da possibilidade ou da impossibilidade da adoção de métodos implementados pelas estratégias de reestruturação, como era de se esperar, dos 14 principais subsectores ou ramos apresentados na tabela nº 23, 5 não apresentaram crescimento na geração de novos postos de trabalho, os minerais não metálicos, a mecânica, elétrica e comunicações, têxtil e calçados.

Tabela 23: Distribuição e variação do emprego formal segundo os principais subsetores da indústria instalada na Região Administrativa de Sorocaba - 1985 e 2003 (Em N e %)

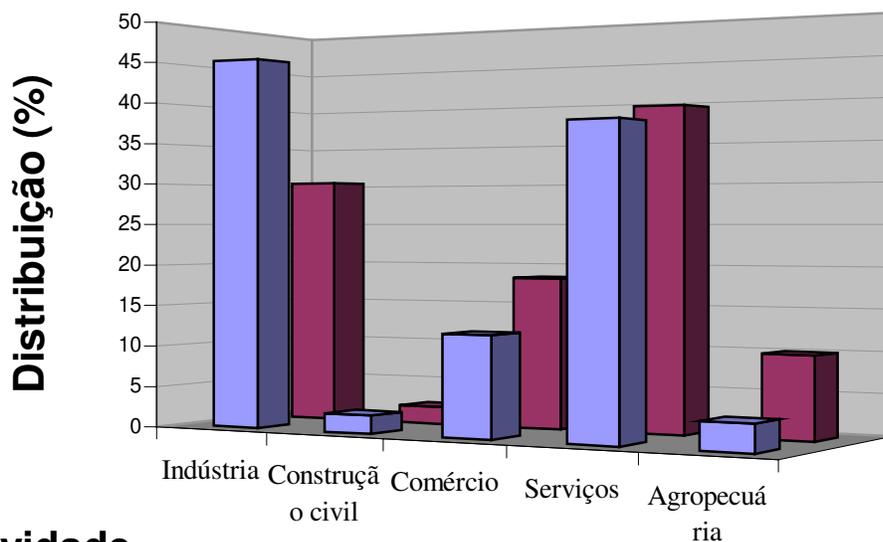
Subsetores ou ramos industriais	Nº de postos de trabalho		Variação (1985-2003)	Distribuição (%)		Crescimento % (1985-2003)
	1985	2003		1985	2003	
Extração Mineral	1.691	2.015	324	1,30	1,46	19,16
Minerais Não Metálicos	11.287	9.935	-1.352	8,71	7,18	-11,98
Ind. Metalúrgica	16.917	17.278	361	13,05	12,48	2,13
Ind. Mecânica	11.257	9.123	-2.134	8,68	6,59	-18,96
Elétr. e Comun.	8.637	7.815	-822	6,66	5,65	-9,52
Mat. Transporte	9.455	12.682	3.227	7,29	9,16	34,13
Madeira e Mobil.	7.509	10.502	2.993	5,79	7,59	39,86
Papel e Gráfica	4.017	6.459	2.442	3,10	4,67	60,79
Borracha, fumo e couro	4.582	6.097	1.515	3,53	4,40	33,06
Ind. Química	5.974	12.963	6.989	4,61	9,37	116,99
Ind. Têxtil	31.166	20.133	-11.033	24,04	14,55	-35,40
Ind. Calçados	2.333	262	-2.071	1,80	0,19	-88,77
Alim e Bebidas	11.829	19.931	8.102	9,12	14,40	68,49
Serv. Util. Púb.	2.979	3.222	243	2,30	2,33	8,16
Total	129.633	138.417	8.784	100,00	100,00	6,78

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS (do Ministério do Trabalho/Codefat, dados disponibilizados pela Datamec/SP).
 Tabulações especiais Cano (2007)

A indústria têxtil diminuiu 35% do seu número de empregados. Uma pequena parcela de suas empresas introduziu novas máquinas como forma de aumentar a escala de produção, além do fechamento de vários estabelecimentos no período. Sua concentração de 24,0% do total do emprego da indústria da RA em 1.985 caiu para 14,4% em 2.003. Todavia, ainda se constituiu ao final do período como o principal empregador industrial.

Algumas estratégias adotadas pelas empresas como a terceirização, introdução de novas máquinas, crescimento da automação industrial e alterações nos processos produtivos, determinaram em grande parte o pequeno crescimento do emprego na metalurgia e a queda nos ramos da eletrônica, comunicações e na mecânica.

Gráfico 3: Distribuição dos postos de trabalho na RA de Sorocaba



Setores de atividade

	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
■ 1985	45,32	2,19	12,19	36,98	3,33
■ 2003	30,34	2,09	18,43	39,19	9,96

Fonte: Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS (do Ministério do Trabalho/Codefat, dados disponibilizados pela Datamec/SP). In: CANO (2007)

Desse modo, o setor industrial deixou de ser o maior concentrador de mão-de-obra da região em decorrência da evolução dos demais setores, dos maiores impactos sofridos com a denominada globalização e das estratégias adotadas pelas empresas. Por outro lado, aumentaram consideravelmente as proporções do emprego no comércio e na agropecuária, enquanto o setor de serviços passou a ser o principal empregador.

A expansão de instituições de ensino nos níveis técnico e superior também muito contribuiu, deram suporte à qualificação e à especialização da mão-de-obra local. Os gráficos a seguir mostram o aumento considerável dos níveis de escolaridade:

Continuação da Tabela 24

RA's / 2003	Indústria	Const. civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Araçatuba	1,97	0,71	1,42	1,05	3,72	1,41
Barretos	0,74	0,65	0,96	0,54	7,60	0,92
Bauru	2,69	1,56	2,44	1,77	6,52	2,27
Campinas	20,38	11,37	15,73	10,80	19,77	14,23
Central	2,72	1,53	2,12	1,48	12,00	2,26
Franca	2,43	0,82	1,45	0,80	4,07	1,41
Marília	1,84	1,60	2,03	1,34	8,15	1,83
Presidente Prudente	1,22	1,37	1,62	1,20	3,65	1,37
Registro	0,14	0,17	0,38	0,29	1,76	0,32
Ribeirão Preto	2,80	3,02	3,44	2,37	4,34	2,75
S J Campos	4,97	3,29	4,64	3,83	2,77	4,18
Santos	1,09	4,54	3,33	3,59	0,52	2,89
São Paulo	47,61	63,97	51,83	64,92	3,19	56,34
São José do Rio Preto	2,53	1,99	3,20	2,12	7,54	2,60
Sorocaba	6,86	3,41	5,40	3,91	14,39	5,22
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS (do Ministério do Trabalho/Codefat, dados disponibilizados pela Datamec/SP), apud. CANO (2007)

No contexto intra-regional, houve uma pequena diminuição da concentração do emprego na RG de Sorocaba entre 1.985 e 2.003. Assim como na distribuição da produção e da população.

No total do emprego nas Regiões de Governo, Avaré foi a que mais registrou crescimento (89%), seguido por Itapetininga (68%), Itapeva (63%), Botucatu (34%) e Sorocaba (19%). No entanto, no número absoluto de empregos formais, a RG de Sorocaba (40.326) ficou muito acima do registrado nas outras regiões. Itapetininga ampliou em 29.768 postos, Avaré 18.568, Itapeva 16.549 e Botucatu 13.085.

No caso do emprego industrial, se pode dizer que a queda da concentração percentual de postos de trabalho na RG de Sorocaba esteve condicionada ao crescimento verificado principalmente na RG de Itapetininga, sobretudo nos ramos de alimentos e da química (ramos em que obteve os principais acréscimos no VAF) e do pequeno crescimento do emprego na indústria de Avaré voltada ao beneficiamento da cana-de-açúcar.

Nos setores do comércio e dos serviços, todas as RGs registraram expressivo crescimento do emprego, mas tanto Sorocaba como Itapetininga continuaram concentrando a maior parte. No comércio, exceto em Avaré, quase que todas duplicaram o número de postos de trabalho. Nos serviços, Itapeva (65%) e Itapetininga (106%) foram as RGs que apresentaram maior crescimento.

Tabela 25: Distribuição dos empregos ocupados nas Regiões de Governo, segundo os setores de atividade econômica com relação ao total dos mesmos setores na RA de Sorocaba (1991-2001)

Setores / Anos	1991	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Região de Governo de Avaré										
Total dos empregos ocupados	6,14	8,52	8,15	8,25	7,86	7,78	7,75	8,21	7,38	8,62
Indústria	3,56	5,37	5,57	5,39	5,11	4,62	5,10	5,84	5,33	5,39
Comércio	9,90	10,06	9,74	9,51	8,86	9,34	8,94	8,95	8,77	9,21
Serviços	7,02	6,91	5,82	6,51	6,32	6,65	6,38	6,77	7,32	8,12
Demais ocupações	8,71	22,76	25,39	23,75	23,12	21,07	21,30	21,25	15,37	17,42
Região de Governo de Botucatu										
Total de empregos ocupados	11,27	11,07	10,57	11,22	10,53	10,75	10,43	11,06	10,69	11,22
Indústria	9,39	8,92	9,30	9,16	8,65	8,27	8,75	9,63	9,69	10,11
Comércio	11,43	9,41	10,33	10,14	9,66	9,72	9,98	9,95	9,27	9,71
Serviços	11,43	10,83	10,10	11,26	11,08	11,60	10,80	11,10	11,43	11,08
Demais ocupações	18,15	21,33	17,65	20,19	16,56	17,62	15,58	17,71	16,43	16,79
Região de Governo de Itapetininga										
Total de empregos ocupados	12,93	14,82	14,02	14,44	14,53	14,89	15,19	15,46	16,32	16,10
Indústria	11,41	13,82	13,62	14,52	14,39	14,50	14,36	14,47	15,67	15,45
Comércio	14,69	16,30	15,07	15,32	15,32	15,42	15,46	16,36	16,37	15,86
Serviços	10,42	12,69	11,74	11,74	11,37	12,28	12,95	13,75	15,47	14,58
Demais ocupações	25,80	23,81	23,80	23,92	27,79	26,58	27,69	24,72	27,32	23,04
Região de Governo de Itapeva										
Total de empregos ocupados	7,77	7,49	7,67	8,03	7,67	7,96	7,90	8,44	7,68	9,38
Indústria	5,32	5,62	5,94	5,99	6,03	6,01	5,42	5,34	5,30	5,27
Comércio	9,50	7,21	8,59	7,42	8,24	7,25	7,72	7,98	8,64	8,80
Serviços	9,62	8,07	7,37	8,80	7,82	8,29	8,11	9,25	9,06	10,83
Demais ocupações	8,93	12,09	13,89	13,12	12,03	14,63	16,19	16,23	7,48	15,90
Região de Governo de Sorocaba										
Total de empregos ocupados	61,89	58,11	59,59	58,06	59,41	58,62	58,73	56,83	57,93	54,68
Indústria	70,32	66,28	65,56	64,94	65,82	66,61	66,37	64,72	64,01	63,77
Comércio	54,48	57,03	56,26	57,61	57,92	58,27	57,90	56,75	56,96	56,43
Serviços	61,51	61,51	64,96	61,68	63,42	61,17	61,76	59,12	56,72	55,38
Demais ocupações	38,42	20,01	19,27	19,01	20,49	20,10	19,24	20,10	33,40	26,85

Fonte: Relação anual de Informações Sociais RAIS/Ministério do Trabalho

Contudo, o balanço positivo entre a queda e a geração dos novos postos de trabalho foi capaz de elevar o número do emprego formal na RA em cerca de 59%. Apesar do crescimento do emprego nas RGs de Avaré e Itapeva. A alta concentração da produção, sobretudo, nas RGs de Sorocaba e Itapetininga, refletiu a maior atração exercida pelas oportunidades de emprego nessas regiões. Mas, foi possível notar que o total de postos de trabalho esteve muito aquém do crescimento da população considerada potencialmente em idade ativa.

3.4 Principais aspectos das condições sociais

O conjunto da RA de Sorocaba apresentou um nível de riqueza intermediário em relação a outras regiões do estado, mas, a maioria dos municípios ainda se encontra numa situação social bastante desfavorável. Com base no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) para o ano 2.000, entre as 15 posições, a RA ocupou a sexta no indicador de riqueza, a décima primeira posição em relação à longevidade e a décima quarta em escolaridade.

Embora o IPRS não expresse as condições de equidade e pobreza de cada uma das localidades, a distribuição dos municípios em categorias, de acordo com as condições sócio-econômicas, contribuiu para expressar a heterogeneidade intermunicipal da RA. Mostrou que apenas sete municípios (entre eles, Sorocaba) se enquadraram na classificação do Grupo 1, o qual reúne as cidades com potente riqueza, onde parcelas significativas de sua população se beneficiaram de seu pujante desempenho econômico, cerca de 35,2% da população regional.

No Grupo 2, caracterizado pelas localidades com bons níveis de riqueza, mas com parcelas significativas de suas populações excluídas dos benefícios na área social, foram incluídos sete municípios, que detinham 14,5% da população. No Grupo 3, das cidades que, mesmo não apresentando níveis elevados de riqueza, conseguiram exibir indicadores sociais satisfatórios, havia cinco municípios, que, todavia, agregaram apenas 2,6%.

Nos Grupos 4 e 5 encontraram-se 26 e 34 municípios, respectivamente, que responderam juntos por 47,7% da população, cerca de 1.171 mil pessoas. Sendo o Grupo 4 (com 20,3% dos habitantes da região) um grupo intermediário de municípios que vêm registrando melhora de seus indicadores sociais, apesar da pouca riqueza. E o Grupo 5, com 27,4% da população, os municípios que se mantêm em situação de pobreza.

Em termos gerais, de acordo com o IPRS, cerca de 52% da população regional reside em municípios providos de um conjunto de serviços sociais que garantem-na um certo nível de bem-estar (Grupos 1 e 3 do IPRS). Por outro lado, um contingente de pessoas (cerca de 673 mil) reside em municípios classificados como os de pior situação quanto à pobreza. Estes municípios possuem baixa capacidade local em lograr avanços expressivos na área social (Grupo 5 do IPRS) e, portanto, merecem maior atenção do poder público.

Através da análise de alguns indicadores sócio-demográficos, percebe-se que a RA em geral apresentou melhoras no sistema de saúde durante o período, principalmente após 1990, o que refletiu nas quedas em suas taxas de mortalidade. De tal modo, o quadro crítico que se manifestava a respeito da mortalidade materna, com registro de altas taxas em todas as suas Regiões de Governo, principalmente na RG e no município de Itapetininga, foi alterado a partir da década de 1990, chegando inclusive a apresentar menor taxa do que a registrada no estado. A mortalidade infantil também foi reduzida e se nivelou à taxa estadual em 2.000, mas ainda está num patamar considerado elevado na RG de Itapeva.

Pode se dizer que as melhorias obtidas na área social ocorreram paralelamente à ampliação das despesas municipais na área da saúde e de saneamento básico, sendo que, os montantes deram-se na mesma ordem das regiões com os piores indicadores e maior pressão da demanda, primeiramente, em Sorocaba, seguido por Itapeva, Itapetininga, Avaré e Botucatu.

Os problemas de atendimento na área da saúde não estiveram circunscritos apenas aos municípios menores, mas, tiveram grande incidência nas cidades-sede. Estas apresentaram taxas de mortalidade acima das registradas pelas suas respectivas regiões de governo. No entanto, o menor índice de mortalidade observado na RG de Botucatu, se comparado ao restante da RA, deu-se à assistência médica e à presença da Faculdade de Medicina da UNESP, instalada no município de Botucatu. Apesar da cidade de Sorocaba concentrar atualmente grande parte das clínicas médicas particulares da região, há anos conta somente com um curso de medicina de universidade particular e dois hospitais de atendimento regional. Tanto que, enquanto a média de médicos registrados no Conselho Regional de Medicina do estado situou-se em torno de 2 por mil habitantes, a da RA de Sorocaba esteve apenas em 1,4. O maior coeficiente foi da RG de Botucatu (3), seguido por Sorocaba (1,5), Itapetininga (0,8), Avaré (0,7) e Itapeva (0,6). Assim como em todas as outras RAs, a de Sorocaba registrou queda no número de leitos pelo SUS a cada mil habitantes (de 4 em 1.995 para 3 em 2.003), mesmo assim apresentou um dos maiores números no estado de São Paulo, devido à quantidade registrada em Sorocaba (4,4) e Botucatu (2,9) nos últimos anos.

As melhorias no sistema de abastecimento de água também refletiram em melhores condições de saúde. Dos 96% dos domicílios urbanos providos de tal serviço em 1.991 passou a interligar 98% em 2.000, com níveis de atendimento um pouco superior à média estadual (96% e 97%), exceto na RG de Itapetininga. O nível de atendimento do serviço de esgoto que já era

superior à média do estado (80% em 1.991 e 86% em 2.000) passou de 85% para 91%. Destaque para a ampliação dos serviços de esgoto das RGs de Itapeva (de 74% para 85%) e de Itapetininga (de 78% para 90%). Investimentos de cerca de 500 milhões de reais também foram anunciados na área de saneamento na cidade de Sorocaba no ano de 2005, através da obtenção de recursos federais por meio de financiamento, com o objetivo de tratar 85% do esgoto e na despoluição do Rio Sorocaba.

Na área da educação, simultaneamente aos maiores gastos das administrações municipais, houve a diminuição das taxas de analfabetismo em todas as sub-regiões. Porém, até o ano 2.000 ainda se encontrava num nível superior a média estadual, devido às altas taxas registradas tanto na cidade-sede como no restante dos municípios, principalmente das RGs de Avaré e de Itapeva.

A maior concorrência e a maior diversificação nos setores industrial e de comércio e serviços exigiam uma maior especialização do trabalhador. Porém, em que pese não se ter a evolução histórica desse indicador, os dados para o ano 2.000 mostraram que a RA de Sorocaba, assim como a RA de Registro, apresentaram os piores níveis de escolaridade, respectivamente, 6,8 e 6,3 anos de estudos. A RG de Itapeva (5,7 anos) obteve o menor a permanência escolar, seguida por Avaré (6,3), Itapetininga (6,7), Botucatu (7,1) e em alguns municípios próximo de Sorocaba (7,2). Enquanto a média estadual foi de 7,6.

Com relação à habitação, não se têm indicadores com abrangência regional. Contudo, a carência de financiamentos à população de baixa renda desencadeou problemas habitacionais de maior dimensão nas cidades médias, inclusive na cidade de Sorocaba. Paralelamente à expansão do mercado imobiliário na cidade de Sorocaba que atraem cada vez mais moradores da RMSP, principalmente para os vários condomínios horizontais próximos aos eixos rodoviários, ampliou-se o número de loteamentos irregulares nos bairros periféricos e em áreas de riscos, além da formação de movimentos populares em defesa da moradia. O denominado “Habiteto” é o principal Programa de Subsídio Habitacional (PSH) em implantação na cidade. Segundo a prefeitura, das 938 moradias a serem construídas foram concluídas apenas 352 em 2.004, em função da inviabilidade do valor da contrapartida pela prefeitura para o término das obras em torno de 5 milhões de reais.¹⁰ Com relação ao déficit habitacional, no final de 2005 foi realizada a “Pesquisa da Demanda Habitacional”, na qual foram cadastradas cerca de 20 mil famílias, com

¹⁰ Dados da Secretaria de Habitação, Arquitetura e Urbanismo. Segundo notas da Secretaria na imprensa local, o valor foi renegociado ao final de 2005 e o programa deverá ser retomado durante 2006.

renda de até dez salários mínimos, levantamento que direcionará os investimentos em habitação na cidade nos próximos anos.¹¹

Outro problema social grave a destacar foi o aumento da criminalidade, com expressivo crescimento do número de mortes, assaltos e roubos. Dentre as causas da violência, justificada um modo geral segundo as autoridades, estão a proximidade e a facilidade de acesso à capital e aos municípios da RMSP com grandes índices de criminalidade. Enquanto as regiões de Itapeva e Avaré registraram taxas de mortalidade por homicídio de 8,4 e 8,1, as RGs de Botucatu, Itapetininga e Sorocaba chegaram respectivamente às taxas de 15,8, 17,1 e 22,5 a cada mil habitantes.

A recessão econômica vivenciada principalmente entre 1.991 e 1.992 piorou a situação financeira dos municípios com queda das receitas e o crescimento da dívida, quadro negativo intensificado com os efeitos do Plano Real em função das altas taxas de juros internas exigidas pela âncora cambial, assim, agravou-se ainda mais o elevado endividamento público municipal.

Tal conjuntura fez com que os municípios passassem a agir de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta, se por um lado freou o endividamento público, por outro lado, deixou os municípios sem alternativas de financiamento. Como saída para a crise restou-lhes o aprofundamento dos ajustes neoliberais em detrimento ao atendimento das demandas sociais.

O mesmo ocorreu com as cidades sedes das Regiões de Governo da RA de Sorocaba, as quais tiveram queda em suas receitas e despesas entre 1.991 e 1.992. Passaram por um período de recuperação dos níveis de receita e despesas entre 1.993 e 1.995, e, por um ajuste proporcionado pelos efeitos da taxa de juros sobre as despesas públicas que refletiram em reduções das despesas municipais.

¹¹ A Caixa Econômica Federal (CEF) e a Prefeitura de Sorocaba anunciaram oficialmente o primeiro empreendimento do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) no início de 2006, tendo como objetivo financiar 192 famílias cadastradas na pesquisa.

Tabela 26:

Indicadores sócio-demográficos (Taxas)**Estado de São Paulo, RA de Sorocaba, Regiões de Governo e Municípios Sedes****Anos selecionados (1980, 1991, 2000, 2005)**

Indicadores	Regiões	1980	1991	2000	2005	Municípios	1980	1991	2000	2005
Mortalidade materna	Estado S.P.	48,9	41,5							
	RA de Sorocaba	59,9	31,3							
	RG de Avaré	87,3	43,9			Avaré	152,8	0,0		
	RG de Botucatu	23,8	23,6			Botucatu	0,0	56,1		
	RG de Itapetininga	117,0	26,5			Itapetininga	213,5	36,3		
	RG de Itapeva	52,2	51,5			Itapeva	0,0	48,2		
	RG de Sorocaba	45,8	25,2			Sorocaba	36,0	22,4		
Mortalidade por homicídio	Estado S.P.	12,8	28,8	42,0	28,4					
	RA de Sorocaba	6,2	12,7	15,8	17,7					
	RG de Avaré	3,7	3,2	7,1	8,2	Avaré	4,3	1,6	6,6	12,0
	RG de Botucatu	6,5	23,5	14,0	15,8	Botucatu	4,7	42,1	18,5	17,3
	RG de Itapetininga	4,4	7,5	16,2	17,1	Itapetininga	3,6	8,6	22,3	16,2
	RG de Itapeva	6,6	14,1	13,3	8,4	Itapeva	4,6	8,6	6,0	5,7
	RG de Sorocaba	7,2	13,7	18,4	22,5	Sorocaba	6,7	17,0	21,1	23,5
Mortalidade infantil	Estado S.P.	50,9	27,1	17,0	14,3					
	RA de Sorocaba	66,7	31,6	19,0	14,7					
	RG de Avaré	42,0	19,8	15,3	13,1	Avaré	77,3	29,0	16,5	16,5
	RG de Botucatu	64,5	26,5	18,0	15,2	Botucatu	34,3	20,7	14,6	15,0
	RG de Itapetininga	64,5	26,5	18,0	15,2	Itapetininga	69,4	29,5	21,0	18,4
	RG de Itapeva	91,4	52,8	28,1	21,6	Itapeva	81,2	55,5	26,5	35,4
	RG de Sorocaba	60,6	27,8	17,0	12,5	Sorocaba	49,5	24,6	16,5	13,5
Esperança de vida ao nascer	Estado S.P.	68,9	71,0							
	RA de Sorocaba	67,9	70,7							
	RG de Avaré	68,8	71,3			Avaré		
	RG de Botucatu	69,8	72,0			Botucatu		
	RG de Itapetininga	68,8	71,0			Itapetininga		
	RG de Itapeva	65,1	69,4			Itapeva		
	RG de Sorocaba	68,2	70,9			Sorocaba	68,5	70,8		
Analfabetismo	Estado S.P.	10,2	6,6							
	RA de Sorocaba	12,8	8,1							
	RG de Avaré	15,9	10,2			Avaré	11,5	7,1		
	RG de Botucatu	12,9	8,2			Botucatu	8,9	5,6		
	RG de Itapetininga	12,0	7,7			Itapetininga	10,5	6,9		
	RG de Itapeva	18,6	12,2			Itapeva	16,2	9,5		
	RG de Sorocaba	10,6	6,8			Sorocaba	7,2	4,7		

Fonte: Fundação SEADE

Nota: () Dado não disponível

Em que pese à região ter apresentado melhora em alguns indicadores, o engessamento das contas públicas prejudicou o avanço no atendimento das demandas sociais, como o visto na análise do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS). De um modo geral, mostram significativas quedas das despesas com capital e investimento e aumento das despesas com pessoal.

Tabela 27: Variação das Receitas e Despesas Municipais (1990 - 2000)

MUNICÍPIOS	Variação do total das receitas municipais (Em R\$ de 2000)										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
RG de Avaré	100,0	-8,8	-10,6	13,8	13,6	32,5	8,8	6,5	23,8	-0,1	-0,2
Avaré	100,0	-1,2	-16,2	19,1	6,7	50,8	20,4	4,8	23,7	0,0	-7,6
RG de Botucatu	100,0	9,6	-16,1	14,3	1,8	27,7	10,8	3,1
Botucatu	100,0	21,1	-18,0	5,0	3,5	25,8	21,0	-1,3	18,3	-16,2	-1,6
RG de Itapetininga	100,0	-6,7	-13,7	85,3	-30,0	25,0
Itapetininga	100,0	-7,4	-7,5	-16,6	41,0	16,1	4,3	3,4	-15,6	4,5	2,5
RG de Itapeva	100,0	-12,8	-15,3	19,8	14,5	35,4	1,6	6,3	...
Itapeva	100,0	-12,1	-7,7	-24,9	37,3	22,8	-7,3	-5,3	36,8	3,3	9,4
RG de Sorocaba	100,0	2,0	-18,6	6,3	2,8	33,7	3,6	-0,1	17,2	3,5	12,4
Sorocaba	100,0	15,5	-19,0	-4,9	2,5	44,1	5,3	-1,4	17,4	5,3	21,6
RA de Sorocaba	100,0	-1,2	-16,6	19,7	-1,8	31,9

MUNICÍPIOS	Variação do total das despesas municipais (Em R\$ de 2000)										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
RG de Avaré	100,0	-7,2	4,5	0,6	13,4	-2,0	19,6	4,8	1,4
Avaré	100,0	-2,8	-5,2	5,4	14,2	62,8	19,2	0,6	19,5	3,7	-2,1
RG de Botucatu	100,0	2,2	-2,0	2,2	11,7	-10,7
Botucatu	100,0	12,0	-9,4	10,3	-0,6	32,0	10,3	13,0	18,2	-8,2	-30,5
RG de Itapetininga	100,0	-4,1	-0,2	51,7
Itapetininga	100,0	-11,1	3,6	-16,3	7,6	17,0	18,3	27,1	-12,8	0,7	6,9
RG de Itapeva	100,0	-5,5	-2,2	5,5	7,7	2,9	...
Itapeva	100,0	2,6	0,4	-29,8	16,0	24,5	5,9	-9,7	42,7	3,6	11,8
RG de Sorocaba	100,0	-5,5	-2,2	5,5	7,7	2,9	...
Sorocaba	100,0	10,0	0,0	11,4	4,3	25,3	6,0	-19,4	21,4	6,1	18,6
RA de Sorocaba	100,0	1,0	0,1	9,4

Fonte: Dados Básicos: Fundação SEADE / Tabulações Especiais CEDE-IE/UNICAMP

Nota: (...) Dado não disponível

No caso específico do município de Sorocaba, os recursos destinados às despesas com transferência de capitais e com os encargos da dívida passaram por expressiva queda, cerca de 50% (de 7% para 2% das despesas totais), enquanto as transferências pessoais aumentaram cerca de 295% (de 4,8% para 10,1% das despesas totais). Sendo que, do total das transferências, cerca de 66% eram destinadas aos inativos e pensionistas. Nota-se que as despesas correntes com

pessoal também subiram expressivamente, fato que pode ser explicado pela municipalização dos serviços da saúde e da educação nos anos 90.

Tabela 28: Despesas municipais de Sorocaba (1.990-2.000)

Despesas	1990		1999		2000		Variação (%)	
	RS	%	RS	%	RS	%	1990/ 1999	1999/ 2000
Total de despesas com custeio	125.785.785	69,8	202.417.419	68,7	246.678.119	72,7	60,9	96,1
Pessoal	64.373.320	35,7	108.762.570	36,9	131.084.954	38,6	69,0	103,6
Material de consumo	17.745.806	9,8	13.191.872	4,5	-25,7	...
Serviços de terceiros e encargos	43.622.898	24,2	80.122.763	27,2	98.106.526	28,9	83,7	124,9
Diversas desp. de custeio	43.763	0,0	340.213	0,1	17.486.639	5,2	677,4	39.857,6
Total de desp. com transferências correntes	14.859.681	8,2	45.999.273	15,6	47.994.489	14,1	209,6	223,0
Pessoas	8.692.653	4,8	15.108.937	5,1	34.343.366	10,1	73,8	295,1
<i>Inativos e pensionistas</i>	8.474.429	4,7	13.940.594	4,7	22.806.884	6,7	64,5	169,1
<i>Demais transferências a pessoas</i>	218.224	0,1	1.168.343	0,4	11.536.482	3,4	435,4	5.186,5
Encargos da dívida (interna e externa)	2.801.816	1,6	5.486.186	1,9	1.940.274	0,6	95,8	-30,7
Demais transferências correntes	3.365.212	1,9	25.404.150	8,6	654,9	...
Total desp. com investimentos	29.695.025	16,5	35.179.955	11,9	39.942.261	11,8	18,5	34,5
Obras e instalações	27.217.491	15,1	27.015.314	9,2	-0,7	...
Equipamentos e material permanente	2.135.541	1,2	3.275.734	1,1	53,4	...
Demais investimentos	341.994	0,2	4.888.906	1,7	1.329,5	...
Total desp. com transferências de capital	9.837.042	5,5	10.849.255	3,7	4.311.516	1,3	10,3	-56,2
Total das despesas municipais	180.177.530	100,0	294.445.902	100,0	339.369.320	100,0	63,4	88,4

Fonte: Dados Básicos: Fundação SEADE/ Tabulações Especiais CEDE-IE/UNICAMP

Com relação às receitas, grande parte do seu montante foi decorrente das transferências correntes intergovernamentais. Embora tenha registrado queda da importância relativa dessas transferências na receita total durante a década de 1990, ainda representou cerca de 58% em 2000. Destaque para o maior crescimento das receitas oriundas da União e o menor crescimento das relacionadas ao governo estadual. Fato importante a destacar foi o crescimento da arrecadação do IPTU com tendência a se igualar ao ISS em virtude dos incentivos fiscais e da expansão dos condomínios residências nos últimos anos.

Tabela 29: Origem das Principais Receitas do Município de Sorocaba (1990-2000)

Receitas	1.990		2.000		2000
	R\$	%	R\$	%	%
Total da arrecadação de impostos municipais	27.274.116	16,4	55.644.817	16,3	104
Arrecadação de IPTU	6.598.537	4,0	23.048.424	6,7	249
Arrecadação de ITBI	1.866.202	1,1	5.001.988	1,5	168
Arrecadação de ISS	16.324.974	9,8	27.594.406	8,1	69
Arrecadação de IVVC	2.484.403	1,5	-
Total de taxas municipais	8.237.049	4,9	14.092.907	4,1	71
Total das transf, correntes intergovernamentais	106.449.450	63,9	198.884.270	58,1	87
Transferências da União	11.482.506	6,9	55.707.542	16,3	385
Transferências do Estado	94.966.944	57,0	119.887.025	35,0	26
Outras receitas correntes	4.874.139	2,9	23.289.703	6,8	378
Total Transferências de capital	-	-	3.702.671	1,1	-
Outras	19.874.561	11,9	50.373.799	30,2	153
Receita da dívida ativa municipal	18.793	0,0	11.918.875	7,1	63322
Total da receita municipal	166.709.315	100,0	342.285.496	100,0	105

Fonte: Dados Básicos: Fundação SEADE Tabulações Especiais CEDE-IE/UNICAMP

Nota: (-) Fenômeno inexistente; (...) Dado não disponível

Contudo, os municípios, em função das restrições ao endividamento e das dificuldades na obtenção de financiamentos no longo prazo para atender as demandas sociais, tendem a lançarem mão das concessões de serviços públicos à iniciativa privada, no caso de Sorocaba, prática comum nos serviços de manutenção de jardins, áreas de lazer e serviços de manutenção. No entanto, o mesmo não ocorreu com os serviços de saneamento, tanto de abastecimento como no tratamento de esgoto que tem recebido atualmente os maiores investimentos. Investimentos na infra-estrutura de transportes e de saneamento foram realizados nas décadas de 1.990 e 2.000 através de recursos federais e estaduais, mas continuaram concentrados no entorno da cidade-sede da RA. Assim, importante o papel do Estado na realização de investimentos nas áreas mais ao Sul e Oeste da região. Mesmo acatando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, as receitas são insuficientes para muitos dos municípios, frente as despesas já existentes, principalmente, aqueles com maiores níveis de pobreza classificados entre o grupo 4 e 5 do referido Índice Paulista de Responsabilidade Social.

Considerações Finais

A dissertação procurou apresentar os traços mais gerais do processo de desenvolvimento econômico da região. Levantou informações que pudessem auxiliar no estudo da evolução econômica e das atividades produtivas, buscando verificar as mudanças em sua estrutura produtiva e indagar até que ponto foram suficientes para alterar o papel e a forma de inserção da RA de Sorocaba na dinâmica econômica paulista nas duas últimas décadas. Coube também a tarefa de analisar os impactos dessas transformações mais recentes sobre a estrutura e a dinâmica urbana, sempre determinada pelo contexto maior da dinâmica econômica paulista.

Entendendo a região como um espaço específico de relações sócio-produtivas determinadas que se insere em uma divisão inter-regional do trabalho, procurou destacar as especificidades do processo de desenvolvimento regional, sendo essa a preocupação que perpassou por todo o trabalho, seja em relação ao conjunto da estrutura e da dinâmica da economia estadual ou em relação às especificidades intra-regionais existentes na própria região em estudo, caracterizada por ser a região mais heterogênea do estado de São Paulo.

Como pode ser visto, o atual estágio do seu desenvolvimento econômico, considerado intermediário se comparado às demais regiões paulistas, encobre profundas diferenças existentes na sua vasta extensão territorial. Sendo a desigualdade entre as suas cinco sub-regiões (RGs) fruto das diferentes formas de inserção e integração econômicas. Desigualdades existentes na distribuição produtiva, na disponibilidade de infra-estrutura básica e produtiva e no desenvolvimento social.

Diferentemente das conformações regionais no estado de São Paulo, impulsionadas pela dinâmica de acumulação do complexo cafeeiro, a conformação da região de Sorocaba ocorreu muito antes desse período e remonta ao período da mineração, ao exercer a importante função de ponto de passagem e entreposto mercantil. Sua frente de expansão, inclusive durante o complexo cafeeiro, esteve diretamente relacionada à história dos transportes do país. Na medida em que novas rotas de passagem das tropas eram trilhadas do sul em direção a Minas Gerais, Rio de Janeiro e mais tarde à capital paulista, uma vasta extensão de terras era ocupada em função de uma atividade nuclear – a comercialização de animais de carga – onde hoje se localiza a cidade de Sorocaba, o que a diferenciou das demais regiões paulistas.

Nem mesmo a incorporação das terras de Botucatu diretamente ao complexo cafeeiro pode destituir a centralidade já exercida pelo pólo-regional sorocabano, uma vez que a sua capacidade de acumulação da primeira esteve bem aquém da apresentada na região, devido ao problema da distância e do escoamento da produção. Nesse período já se processava na região mais próxima da cidade Sorocaba um processo de transição das relações mercantis às atividades essencialmente capitalistas, junto com o advento da ferrovia, reforçando sua capacidade de polarizar importante área. Na medida em que a mercantilização dos animais minguava, tanto o mercado internacional como o complexo cafeeiro demandou novas atividades ao seu suprimento, deste modo, as proximidades da cidade de Sorocaba se inseriram no processo através do cultivo e do processamento do algodão, o que a fez ficar conhecida como o berço da industrialização no estado de São Paulo. Enquanto as demais localidades da região recebiam os migrantes provindos da decadência mineradora e atraídos pela frente de expansão impulsionada extensão da estrada de ferro.

Poderia ter se beneficiado mais da sua precoce inserção no processo de industrialização se não fosse a perda de sua liderança no interior pelas novas instalações fabris têxteis em São Paulo e a queda da demanda do algodão processado em virtude da maior concorrência internacional e pelos efeitos negativos da crise cafeeira. O fato de a região ter se inserido indiretamente no complexo cafeeiro, com uma atividade de abastecimento, fez com que a região não lograsse acumular grande excedente de riqueza que pudesse ser invertido em maior monta após a crise de 1929. A falta de recursos para os investimentos e os vários constrangimentos estruturais apontados causaram o sucateamento da sua estrutura industrial e conseqüentemente o atraso e o empobrecimento do entorno da cidade de Sorocaba.

A partir de meados dos anos 1.950, a economia do país passou por profundas transformações em seu padrão de acumulação, ingressando na industrialização pesada, com sua decorrente nova forma de articulação nacional e integração produtiva, com a maior complementaridade do mercado nacional tendo como centro de comando o estado de São Paulo, principalmente sua capital. Desse modo, as regiões paulistas também intensificaram as suas relações com o centro dinâmico do país (a cidade de São Paulo e seu entorno), sobretudo, como exportadoras de bens primários e abastecedoras de produtos intermediários. A proximidade de Sorocaba em relação à capital e os investimentos na infra-estrutura dos transportes têm

contribuído desde então para uma maior inserção econômica das cidades de seu entorno, tanto na produção industrial como agrícola, na dinâmica da economia paulista.

Com os efeitos negativos decorrentes da concentração econômica e da aglomeração demográfica na RMSP, a partir da década de 1.970, a maioria das regiões paulista se beneficiou com o apoio por parte do governo estadual ao movimento interno da desconcentração produtiva, através de variados incentivos e da implantação de vários investimentos públicos. Porém, os investimentos realizados em Sorocaba ficaram restritos à infra-estrutura de transportes. Assim, ao mesmo tempo em que aumentou a facilidade de acesso à capital e às regiões vizinhas, pouco contribuiu para amenizar as heterogeneidades intra-regionais da região de Sorocaba ou para desencadear um processo de avanço produtivo na mesma, quando comparado ao enorme fomento ao desenvolvimento realizado nas áreas educacional, tecnológica e produtiva, promovido em regiões também bem próximas, como as de Campinas e São José dos Campos.

Sua menor capacidade relativa de acumulação, em função de sua característica de pequeno produtor, os limites à sua maior diversificação agrícola, em função das características geológicas de algumas de suas sub-regiões e à falta de investimentos de maior vulto e de instituições de ciência e tecnologia adequadas etc a incapacitaram de competir, com maior ímpeto, com as mais desenvolvidas regiões do estado. Esse conjunto de fatores pode explicar, pelo menos em parte, a grande extensão de terras empregadas às pastagens e às atividades de menor valor comercial, com em Itapeva, Avaré e Botucatu. Entretanto, em vários momentos, a disponibilidade do crédito rural tenha contribuído para a inserção da região no processo de modernização.

A partir de 1.980, as maiores dificuldades macroeconômicas, a abertura comercial e a diminuição dos investimentos de um modo geral, dificultaram o processo de modernização da indústria nacional, o que impactou diretamente no parque industrial da região de Sorocaba. Esta conjuntura crítica foi em parte atenuada pela continuidade do processo de desconcentração intra-estadual. A região não perdeu tanta participação relativa no estado, em razão da maior intensidade da crise sobre a estrutura industrial da capital. O movimento competitivo interno à região se deu numa lógica mais agressiva entre os municípios, através dos incentivos, que foram desde a concessão de terrenos à guerra fiscal mais aberta.

Desse modo, a importância relativa da sua produção no total estadual durante o período esteve condicionada em grande parte aos movimentos de desconcentração da indústria no sentido do interior do estado e de reconcentração de alguns ramos de maior complexidade mais próximos à capital. Além do amplo processo de reestruturação das empresas também ter se revelado um fator coadjuvante neste processo de transformação econômica, abrangendo desde a revisão de suas estratégias competitivas até a maior capacidade de importação de máquinas e equipamentos das unidades etc. Apesar da diversificação produtiva, o seu crescimento se deu num patamar bem inferior ao das duas regiões industriais mais dinâmicas do interior. Merece destaque o crescimento maior do grupo das indústrias predominantemente produtoras de consumo de capital (Grupo III) em relação aos ramos de consumo duráveis e bens intermediários (Grupo II).

Quanto à sua inserção na economia estadual, a indústria tem administrado o seu papel na produção dos bens de consumo não-duráveis, principalmente, como fornecedor dos produtos têxteis, alimentícios e bebidas. A produção de materiais elétricos e de comunicação, da mecânica e de produtos relacionados aos equipamentos médicos, óticos, de automação e precisão, foram os que mais contribuíram para o crescimento do Grupo III. Enquanto o conjunto do Grupo II, após anos de crescimento, tem sentido pequenas quedas em sua participação após o ano 2000. Cabe ressaltar, ainda, a importância dos ramos da metalurgia e do cimento, além da grande concentração da indústria de artigos de madeira na região.

Com relação à estrutura produtiva da agricultura, a grande diferenciação com relação ao período anterior foi a maior articulação com o setor industrial e a expansão das culturas de maior valor comercial, como a cana e a laranja, assim exigindo maiores níveis de padronização e organização mais moderna das unidades produtivas. Contudo, a região esteve longe de ser incluída entre os grandes eixos agrícolas de São Paulo. A produção agroindustrial contribuiu com menores parcelas no valor da produção agroindustrial do estado, por processar ou empacotar bens com menor valor agregado. Enquanto as culturas de maior valor comercial, apenas escoam a sua produção em direção às unidades processadoras extra-regionais, ou como no caso da laranja.

O crescimento desses setores, aliado à característica de pequena propriedade e a permanência de atividades rurais absorvedoras de mão-de-obra, ainda tem contribuído para relativa contenção da população regional, com alguns deslocamentos inicialmente em direção ao

entorno da cidade-sede e alguns retornos posteriores à sua sub-região de origem, como foi o caso verificado do fluxo migratório intra-regional entre Itapeva e Sorocaba. Entretanto, as profundas desigualdades internas e a distância entre os seus diversos centros sub-regionais em sua grande dimensão territorial têm causado uma série de implicações demográficas e econômicas.

No âmbito intra-estadual os municípios da RG de Sorocaba exerceram atratividade sobre parte do fluxo migratório vindo da aglomeração da RMSP, enquanto a população a oeste e norte têm demandado os serviços mais complexos nas cidades pólos mais próximas das Regiões de Bauru e Marília. No âmbito inter-regional, ao mesmo tempo em que a RG de Sorocaba tem recebido significativo fluxo do sul do país, em razão da força de atração do estado de São Paulo, também tem registrado saídas, principalmente da RG de Itapeva em direção ao estado do Paraná.

Contudo, a localização privilegiada, que anteriormente tanto contribuiu para a expansão de seu principal núcleo urbano e a centralidade do município-sede, não se revelou suficiente para engendrar potente articulação econômica, muito menos, atender adequadamente as necessidades existentes no conjunto de seus municípios nas últimas décadas. A integração ainda é débil entre diversos municípios e suas respectivas sedes de RG. Muitas vezes, a população dos municípios mais distantes prefere recorrer às funções urbanas de maior complexidade em pólos regionais localizados em outras RAs. Por exemplo, as áreas mais pobres de Itapeva reivindicam nova regionalização administrativa com o intuito de direcionar recursos mais apropriados às suas demandas sociais que atingem os piores indicadores do estado.

A região apresenta inúmeras especificidades e resulta sua dinâmica de paradoxal balanço entre as forças de inibição e de complementaridade exercidas pela RMSP: tem, muitas vezes, a expansão de suas atividades de serviços e do comércio limitada pela facilidade de acesso; ao mesmo tempo em que recebe impulsos, com alguns ramos agrícolas e industriais da região sendo beneficiados.

De forma geral, o trabalho contribuiu apresentando as principais características sócio-econômicas da região. Mas, muito esforço de pesquisa ainda deve ser realizado para que se entenda mais profundamente e se possam propor políticas públicas capazes de reduzir suas enormes carências econômicas e sociais.

Anexos

Quadro 02: Regiões de Governo e Municípios da Região Administrativa de Sorocaba (Sede: Sorocaba)

Região de Governo de Avaré	Região de Governo de Botucatu	Região de Governo de Itapetininga	Região de Governo de Itapeva	Região de Governo de Sorocaba
1. Águas de Santa Bárbara	1. Anhembi	1. Alambari	1. Apiaí	1. Alumínio
2. Arandu	2. Areiópolis	2. Angatuba	2. Barra do Chapéu	2. Araçariguama
3. Avaré	3. Bofete	3. Boituva	3. Bom Sucesso de Itararé	3. Araçoiaba da Serra
4. Barão de Antonina	4. Botucatu	4. Campina do Monte Alegre	4. Buri	4. Ibiúna
5. Cerqueira César	5. Conchas	5. Capela do Alto	5. Capão Bonito	5. Iperó
6. Coronel Macedo	6. Itatinga	6. Cerquilha	6. Guapiara	6. Itu
7. Fartura	7. Laranjal Paulista	7. Cesário Lange	7. Iporanga	7. Jumirim
8. Iaras	8. Pardinho	8. Guareí	8. Itaberá	8. Mairinque
9. Itaí	9. Pereiras	9. Itapetininga	9. Itaóca	9. Piedade
10. Itaporanga	10. Porangaba	10. Quadra	10. Itapeva	10. Pilar do Sul
11. Manduri	11. Pratânia	11. São Miguel Arcanjo	11. Itapirapuã Paulista	11. Porto Feliz
12. Paranapanema	12. São Manuel	12. Sarapuí	12. Itararé	12. Salto
13. Piraju	13. Torre de Pedra	13. Tatuí	13. Nova Campina	13. Salto de Pirapora
14. Sarutaiá			14. Ribeira	14. São Roque
15. Taguaí			15. Ribeirão Branco	15. Sorocaba
16. Taquarituba			16. Ribeirão Grande	16. Tapiraí
17. Tejupá			17. Riversul	17. Tietê
			18. Taquarivaí	18. Votorantim

**Tabela 30: Participação das Regiões Administrativas na Distribuição Regional da População por Setor de Atividade
Estado de São Paulo e Regiões
1920**

Regiões	Nº de Municípios	População Total		Participação do Setor da Região na PEA Estadual (%)				Participação do Setor na PEA Regional (%)			Distribuição Setorial (Números Absolutos)			
		Nº Absoluto	%	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Total
Estado de São Paulo	215	4.592.188	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	64,36	16,75	18,89	880.664	229.220	258.482	1.368.366
RMSP	13	721.145	15,70	4,82	46,53	36,80	17,85	17,39	43,66	38,95	42.476	106.654	95.126	244.256
Litoral	10	202.535	4,41	3,24	3,88	7,43	4,14	50,37	15,71	33,92	28.509	8.895	19.199	56.603
Vale do Paraíba	28	398.625	8,68	9,63	5,95	7,98	8,70	71,22	11,45	17,33	84.788	13.628	20.628	119.044
Sorocaba	40	555.650	12,10	14,03	7,52	7,92	11,79	76,62	10,68	12,70	123.555	17.230	20.481	161.266
Campinas	39	1.034.385	22,52	25,78	16,22	17,67	22,65	73,26	12,00	14,74	227.033	37.189	45.672	309.894
Ribeirão Preto	44	1.054.302	22,96	26,13	13,77	14,74	21,91	76,76	10,53	12,71	230.144	31.570	38.110	299.824
Bauru	23	343.541	7,48	8,96	3,64	4,74	7,27	79,30	8,39	12,31	78.888	8.345	12.249	99.482
Oeste Pioneiro	8	282.005	6,14	7,41	2,49	2,71	5,70	83,68	7,32	9,00	65.271	5.709	7.017	77.997

Fonte: NEGRI, B., Gonçalves, M. F., CANO, W. (1988:19)
Base de Dados: FIBGE, Censo Demográfico de São Paulo 1920.

Tabela 31: Participação da PEA Regional na PEA do Interior por Setor de Atividade (1940 a 1980)

Interior do Estado de São Paulo	Setor Primário					Setor Secundário					Setor Terciário					Total da PEA Regional				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
Interior	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Litoral	2,65	2,94	2,67	3,21	2,84	7,63	6,84	8,48	9,12	8,72	14,75	14,37	13,23	13,25	12,95	5,25	6,31	7,05	8,58	9,28
Vale do Paraíba	5,02	5,05	4,47	4,25	3,61	10,72	9,85	9,57	10,09	10,75	7,48	8,02	8,24	8,15	8,79	5,93	6,42	6,48	7,10	8,22
Sorocaba	11,35	10,13	10,66	12,71	13,81	17,72	15,07	13,52	11,26	11,33	11,04	10,54	9,36	9,59	9,78	11,83	10,87	10,64	11,12	11,20
Campinas	17,68	15,61	15,62	17,02	17,97	29,95	31,52	33,40	34,71	35,78	20,86	20,82	21,28	22,93	25,79	19,27	18,97	20,12	23,24	27,18
Ribeirão Preto	18,04	15,37	14,89	15,93	17,13	14,78	15,24	14,08	13,78	14,32	17,49	14,98	15,36	15,13	14,91	17,67	15,25	14,93	15,14	15,23
Bauru	10,85	8,59	7,58	6,02	6,98	5,64	5,42	5,16	4,68	4,49	8,57	7,64	6,90	6,03	5,52	10,00	7,94	7,00	5,74	5,53
Oeste Pioneiro	34,41	42,32	44,10	40,86	37,65	13,56	16,06	15,79	16,37	14,60	19,81	23,63	25,63	24,92	22,27	30,05	34,24	33,78	29,09	23,36

Fonte : FIBGE, Censo Demográfico de São Paulo 1940,1950,1960,1970 e 1980; apud: CANO, W. (coord.), 1988, v. 1, n. 1, p. 103.

Tabela 32: Participação das Sub-Regiões da RA de Sorocaba na Distribuição da PEA Regional (1920)**Estado de São Paulo, RA de Sorocaba e Sub-Regiões**

Região e Sub-Regiões	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Estado de São Paulo	880.664	100,00	229.220	100,00	258.482	100,00
RA de Sorocaba	123.555	100,00	17.230	100,00	20.481	100,00
Sorocaba	32.513	26,31	9.531	55,32	7.414	36,20
Tatuí	16.398	13,27	1.620	9,40	2.510	12,26
Itapetininga	11.516	9,32	1.222	7,09	2.211	10,80
Capão bonito	11.035	8,93	295	1,71	593	2,90
Itapeva	16.587	13,42	896	5,20	2.127	10,39
Avaré	12.700	10,28	1.123	6,52	1.587	7,75
Botucatu	22.806	18,46	2.543	14,76	4.039	19,72

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de São Paulo 1920, apud: NEGRI, B., Gonçalves, M. F., CANO, W. (1988:23)

Tabela 33: Distribuição Espacial do Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação**Estado de São Paulo e Regiões****1928-1980****Em porcentagem**

Estado de São Paulo e Regiões	1928	1937	1940	1950	1953	1956	1960	1970	1975	1980
Estado de SP	100	96,99	100,00							
RMSP	70,87	66,4	61,13	65,33	69,56	67,72	70,73	70,14	68,09	64,16
Capital	66,37	58,43	52,94	54,77	58,3	54,37	55,93	49,9	46,06	40,38
Outros Municípios	4,5	7,97	8,19	10,56	11,26	13,35	14,8	20,24	22,03	23,78
Interior	29,13	30,59	38,87	34,67	30,44	32,28	29,27	29,86	31,91	35,84
Litoral	1,37	0,96	3,15	1,91	1,31	1,57	1,5	1,78	1,63	1,7
Vale do Paraíba	2,81	3,63	3,85	3,77	2,79	3,03	2,9	3,63	3,85	4,23
Sorocaba	12,64	8,57	7,73	6,37	5,41	5,19	4,85	3,6	3,65	4,65
Campinas	8,53	10,45	12,4	12,48	12,06	12,54	11,34	12,2	13,46	14,92
Ribeirão Preto	2,72	3,75	6,16	4,49	4,37	4,46	3,85	3,91	4,33	5,03
Bauru	0,55	1,67	1,97	1,66	1,74	2,08	1,44	1,34	1,38	1,5
São José do Rio Preto	0,22	0,39	1,14	1,03	0,56	0,96	0,88	0,89	1,14	1,29
Araçatuba	0,13	0,36	0,77	0,77	0,42	0,58	0,72	0,62	0,65	0,78
Presidente Prudente		0,35	0,5	0,83	0,71	0,76	0,79	0,73	0,76	0,73
Marília	0,16	0,46	1,2	1,36	1,07	1,11	1	1,16	1,06	1,01

Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1940,1950,1960,1970,1975 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo de 1953 e 1956.

**Tabela 34: Distribuição Espacial da Indústria de Transformação
Estado de São Paulo e Regiões
1928-1937**

Estado de São Paulo e Regiões	Em porcentagem											
	1928						1937					
	Estabelec.		Operários		Valor do Capital		Estabelec.		Operários		Valor do Capital	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Estado de SP	2908	100,00	138.366	100,00	1.101.525,4	100,00	8924	100,00	236.709	100,00	2.751.132,7	100,00
RMSP	1870	64,31	98.065	70,87	798.450,1	72,49	3774	42,29	157.174	66,40	1.777.777,4	64,62
Capital	1806	62,10	91.830	66,37	718.175,2	65,20	3600	40,34	138.310	58,43	1.529.455,2	55,59
Outros Municípios	64	2,20	6.235	4,51	80.274,9	7,29	174	1,95	18.864	7,97	248.322,2	9,03
Interior	1038	35,69	40.301	29,13	303.075,3	27,51	5150	57,71	79.535	33,60	973.355,3	35,38
Litoral	65	2,24	1.896	1,37	20.488,8	1,86	131	1,47	2.265	0,96	309.229,0	11,24
Vale do Paraíba	59	2,03	3.892	2,81	23.019,9	2,09	132	1,48	8.591	3,63	68.972,0	2,51
Sorocaba	164	5,64	17.494	12,64	114.430,7	10,39	331	3,71	20.297	8,57	239.657,5	8,71
Campinas	325	11,18	11.805	8,53	100.976,4	9,17	717	8,03	24.731	10,45	214.942,1	7,81
Ribeirão Preto	213	7,32	3.745	2,71	34.547,4	3,14	549	6,15	8.869	3,75	74.536,6	2,71
Bauru	108	3,71	756	0,55	5.349,9	0,49	274	3,07	3.958	1,67	31.054,7	1,13
São José do Rio Preto	54	1,86	311	0,22	2.281,5	0,21	160	1,79	913	0,39	5.515,5	0,20
Araçatuba	17	0,58	181	0,13	728,0	0,07	85	0,95	844	0,36	6.014,1	0,22
Presidente Prudente				0,00		0,00	80	0,90	818	0,35	5.435,8	0,20
Marília	33	1,13	221	0,16	1.252,7	0,11	165	1,85	1.099	0,46	7.846,6	0,29
Não regionalizadas							2526	28,31	7.150	3,02	10.151,4	0,37

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Estatística Industrial de São Paulo 1928 e 1937; apud: Tartaglia, J.C. e Oliveira, O.L. (1988:118)

Tabela 35: Total do número de tratores por DIRA (1970-1980)

Estado de São Paulo

DIRAs	Número de Tratores	
	1970	1980
São Paulo	7.643	8.774
Vale do Paraíba	1.907	2.836
Sorocaba	7.627	18.348
Campinas	10.481	21.447
Ribeirão Preto	14.938	31.224
Bauru	3.632	8.740
São José do Rio Preto	7.701	16.684
Araçatuba	4.053	9.008
Presidente Prudente	3.936	9.240
Marília	5.296	12.438
Total	67.214	138.739

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 e 1980; apud: IGREJA, CAMARGO (1992: 206)

**Tabela 36: Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo
Regiões Administrativas e de Governo
1996-2003**

Regiões Administrativas e de Governo	1996-2003		2002		2003	
	Valor (US\$milhões)	%	Valor (US\$milhões)	%	Valor (US\$milhões)	%
Total	163.219,23	100,00	14.398,28	100,00	12.969,87	100,00
RMSP	52.942,15	32,44	4.704,93	32,68	4.226,88	32,59
RA de Araçatuba	1.142,29	0,70	479,57	3,33	281,03	2,17
RA de Barretos	288,22	0,18	25,76	0,18	89,29	0,69
RA de Bauru	1.878,90	1,15	165,13	1,15	109,52	0,84
RA de Campinas	26.833,15	16,44	2.814,04	19,54	2.015,95	15,54
RA de Central	2.524,31	1,55	91,37	0,63	389,00	3,00
RA de Franca	182,24	0,11	37,40	0,26	15,82	0,12
RA de Marília	417,79	0,26	56,18	0,39	123,05	0,95
RA de Presidente Prudente	265,99	0,16	8,86	0,06	31,78	0,25
RA de Registro	8,50	0,01	0,00	0,00	0,10	0,00
RA de Ribeirão Preto	2.109,15	1,29	108,67	0,75	44,29	0,34
RA de Santos	7.455,62	4,57	748,52	5,20	982,11	7,57
RA de São José do Rio Preto	537,70	0,33	61,42	0,43	159,59	1,23
RA de São José dos Campos	19.876,12	12,18	2.637,13	18,32	1.575,47	12,15
RA de Sorocaba	5.532,48	3,39	560,15	3,89	128,38	0,99
RG de Avaré	182,73	0,11	3,14	0,02	7,28	0,06
RG de Botucatu	224,63	0,14	22,68	0,16	6,17	0,05
RG de Itapetininga	648,17	0,40	53,68	0,37	24,96	0,19
RG de Itapeva	398,59	0,24	2,03	0,01	3,02	0,02
RG de Sorocaba	4.078,36	2,50	478,62	3,32	86,95	0,67
Diversos Municípios	41.224,62	25,26	1.899,15	13,19	2.797,61	21,57

Fonte: Pesquisa de investimentos anunciados no Estado de São Paulo da Fundação SEADE

**Tabela 37: Investimentos Anunciados, segundo setores e subsetores de atividade
Região Administrativa de Sorocaba
1996-2003**

Setores e Subsetores de Atividade	1996-2003		2002		2003	
	Valor (U\$milhões)	%	Valor (U\$milhões)	%	Valor (U\$milhões)	%
Total	5.532,48	100,00	560,15	100,00	128,38	100,00
Indústria	4.838,91	87,46	526,60	94,01	90,36	70,38
Aeronáutica	29,39	0,53	0,77	0,14	-	0,00
Alimentos e Bebidas	216,69	3,92	21,05	3,76	30,05	23,41
Automotiva	554,18	10,02	16,92	3,02	12,26	9,55
Borracha e Plástico	121,22	2,19	4,58	0,82	0,81	0,63
Captação, Trat. e Distrib. de Água	13,43	0,24	-	0,00	8,43	6,57
Construção	158,22	2,86	-	0,00	-	0,00
Couro e Calçados	0,17	0,00	-	0,00	0,07	0,05
Edição, Impressão e Gravações	70,07	1,27	0,07	0,01	-	0,00
Eletricidade, Gás e Água Quente	534,31	9,66	394,43	70,42	13,87	10,80
Equip. Médicos, Ópticos, de Automação e Precisão	11,26	0,20	-	0,00	3,26	2,54
Extração de Minerais Metálicos	450,00	8,13	-	0,00	-	0,00
Extração de Minerais Não- Metálicos	5,00	0,09	-	0,00	-	0,00
Madeira	544,55	9,84	24,79	4,43	1,15	0,90
Máq. Escrit. e Equip. Informática	0,11	0,00	-	0,00	-	0,00
Máq., Aparelhos e Materiais Elétricos	103,61	1,87	-	0,00	-	0,00
Máquinas e Equipamentos	268,57	4,85	10,32	1,84	2,20	1,71
Material Eletrônico e Equip. Comunicação	158,51	2,87	0,68	0,12	-	0,00
Metalurgia Básica	553,65	10,01	0,13	0,02	0,23	0,18
Minerais Não-Metálicos	399,53	7,22	-	0,00	0,15	0,12
Móveis e Indústrias Diversas	67,37	1,22	0,86	0,15	0,16	0,12
Outros Equip. de Transporte	1,81	0,03	-	0,00	-	0,00
Papel e Celulose	77,57	1,40	5,16	0,92	4,99	3,89
Produtos de Metal (exclusive máq. e equip.)	83,47	1,51	15,63	2,79	0,81	0,63
Produtos Farmacêuticos	8,91	0,16	6,25	1,12	-	0,00
Produtos Químicos	144,57	2,61	23,34	4,17	11,16	8,69
Reciclagem	31,08	0,56	0,50	0,09	0,08	0,06
Refino de Petróleo e Álcool	82,00	1,48	-	0,00	-	0,00
Têxtil	98,64	1,78	1,01	0,18	0,68	0,53
Vestuário e Acessórios	51,02	0,92	0,11	0,02	-	0,00

Continuação

Continuação da tabela 37

Comércio	128,93	2,33	8,53	1,52	11,48	8,94
Atacado	12,31	0,22	-	0,00	1,56	1,22
Com. e Rep. Automotores e Varejo de Combust.	45,79	0,83	1,48	0,26	5,17	4,03
Varejo e Reparação de Objetos	70,83	1,28	7,05	1,26	4,75	3,70
Serviços	467,56	8,45	23,98	4,28	26,46	20,61
Alojamento e Alimentação	48,27	0,87	9,75	1,74	1,86	1,45
Aluguel Veíc., Máq. e Equip. e Obj. Pessoais	0,39	0,01	0,32	0,06	0,07	0,05
Ativ. Aux. Transportes e Ag. Viagens	11,40	0,21	-	0,00	0,16	0,12
Ativ. Juríd., Cont. e de Asses. Empresarial	1,49	0,03	0,21	0,04	-	0,00
Atividades Associativas	0,39	0,01	0,01	0,00	0,38	0,30
Atividades de Informática	0,50	0,01	-	0,00	-	0,00
Atividades Imobiliárias	151,59	2,74	-	0,00	6,76	5,27
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	76,14	1,38	0,21	0,04	0,63	0,49
Educação	11,14	0,20	2,45	0,44	1,27	0,99
Intermed. Financ. (excl. seguros e prev. priv.)	5,09	0,09	0,13	0,02	4,21	3,28
Saúde e Serviços Sociais	9,82	0,18	0,64	0,11	7,47	5,82
Serviços Pessoais	3,60	0,07	0,21	0,04	0,12	0,09
Telecomunicações	120,78	2,18	7,60	1,36	1,45	1,13
Transporte Aéreo	21,94	0,40	1,94	0,35	-	0,00
Transporte Terrestre	5,02	0,09	0,51	0,09	2,08	1,62
Outros	97,08	1,75	1,04	0,19	0,08	0,06
Agropecuária e Pesca	1,23	0,02	1,04	0,19	0,08	0,06
Outras Atividades	95,85	1,73	-	0,00	-	0,00

Fonte: Pesquisa de investimentos anunciados no Estado de São Paulo da Fundação SEADE

Tabela 38: Variação da evolução do emprego formal no estado de São Paulo, segundo as Regiões Administrativas entre 1985 e 2003 (em %)

Regiões Administrativas	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Araçatuba	56,86	-11,40	92,41	75,88	156,49	74,20
Barretos	-6,30	108,48	97,22	-7,57	558,91	46,53
Bauru	25,69	159,36	90,74	42,12	8,02	40,76
Campinas	9,96	58,81	143,45	89,74	197,89	60,36
Central	-1,58	82,85	113,14	33,98	208,01	44,90
Franca	13,29	173,33	125,91	69,47	428,04	57,83
Marília	32,69	207,13	78,71	64,96	122,22	67,15
Presidente Prudente	51,74	-36,77	51,09	58,74	354,48	57,79
Registro	-41,28	13,04	127,69	141,16	811,80	99,99
Ribeirão Preto	20,13	112,67	95,45	76,10	-46,28	45,42
S J Campos	-11,51	90,84	129,72	94,10	225,97	50,77
Santos	-44,78	35,49	45,64	31,01	-43,99	18,40
São Paulo	-40,02	5,39	69,07	50,21	68,63	16,41
São José do Rio Preto	59,39	31,79	92,07	91,70	433,41	93,79
Sorocaba	6,78	51,91	141,18	69,02	377,57	59,49
Total	-21,49	19,33	86,53	56,06	145,17	30,52

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS (do Ministério do Trabalho/Codefat, dados disponibilizados pela Datamec/SP). In: CANO (2007)

Referências

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, FUNDAÇÃO SEADE. **O estado dos municípios 2000-2002: índice paulista de responsabilidade social.** São Paulo: S.E.Planejamento/SEADE, 2003.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séc. XVIII e XIX).** Tese de Doutorado. FFLCH, USP, São Paulo, 1994.
- BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no império: comércio de animais e desenvolvimento urbano.** Dissertação de Mestrado. FFLCH, USP, São Paulo, 2000.
- BRANDÃO, C. A. **Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria.** Dissertação de mestrado. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1989.
- _____. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos.** Tese de livre docência. IE/UNICAMP, Campinas, 2003.
- CAIADO, A. S. C. Reestruturação produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. In: XXXII Encontro Nacional de Economia, 2004, João Pessoa. ANPEC. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A114.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2005.
- CANABRAVA, A. P. **Algodão em São Paulo: 1865-1875.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.
- _____, A. S. C. “Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 54 – 59, abr.-jun. 1996.
- _____, A. S. C., PUPPO, F.V. A aglomeração urbana de Sorocaba. In: **Urbanização e metropolização no estado de São Paulo: desafios da política urbana.** Mimeo. Campinas, 1992.
- CANO, W. (Coord.) **Economia Paulista: Dinâmica sócio-econômica entre 1.980 e 2.005.** Campinas: Alínea, 2.007.

- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** Campinas. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo.** (1920-1980). 3 v. São Paulo: FSEADE, 1998.
- _____. (Coord.) **São Paulo no limiar do século XXI. Cenários e Diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo.** , 8 v. São Paulo: FSEADE, 1992.
- _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970).** Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Ed. UNESP/IE-UNICAMP, 2002.
- COSTA, L. B. A força de trabalho paulista: análise crítica das fontes. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 7, n. 2 p. 125 – 161, jul.-dez., 1990.
- DINIZ, R. E. S. **A evolução territorial do município de Sorocaba.** Sorocaba: Link, 2002.
- FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos estudos CEBRAP.** São Paulo, CEBRAP, n. 29, mar., 1991.
- FERREIRA, S. P., AQUILINI, G. H. Mercado de trabalho: mudanças estruturais e comportamento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 1-2, jan./jun., 1999. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php> >. Acesso em: 20 dez. 2005.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Pesquisa da atividade econômica paulista. 1996/2001. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/paep/index.php> >. Acesso em: 20 dez. 2005.
- FUNDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL - FUA. **Uma história ilustrada.** Sorocaba: Gráfica e Jornal Cruzeiro do Sul. 2004.
- GASQUES, J. G., VERDE, C. M. V. Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 183 -204. 1990.

- GIL, L. A. B. **A exclusão do mercado de trabalho e a busca de alternativa: um estudo na cidade de Sorocaba.** 1997. 167f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GOMES, Cilene. **A (des)localização do meio técnico-científico e a região de Sorocaba (SP).** 1994, 253 f. Dissertação (Mestrado) – USP/FFLCH, São Paulo, 1994.
- GONÇALVES, J. S., SOUZA, S. A. M. Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do sudoeste do estado de São Paulo, 1960-85. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 45 -63. 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Demográficos.** Rio de Janeiro: IBGE (vários anos). Censos Demográfico. Rio de Janeiro, vários anos.
- _____. **Censos Agropecuário.** Rio de Janeiro, vários anos.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – ICG. Mapas do estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.igc.sp.gov.br/copimapas.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2005.
- LEIS, N. **A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba.** 1995. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- MATTEO, Miguel, TAPIA, J. R. B. Características da indústria paulista nos anos 90: em direção a uma City Region? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 73 – 93, jun. 2002.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- NEGRI, B., e ou. “O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920-1980)”. In CANO, W. (Coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980).** Campinas: SEP/SEADE/FECAMP/UNICAMP, vol.1, n.1, 1988.

- _____. “A interiorização da indústria paulista (1920-1980)”, in: CANO, W. (Org.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)**. SEP/SEADE/FECAMP/UNICAMP, vol.1, n.2, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste. Planejamento e conflitos de classe**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- PAYÉS, M. A. M. (coord.) **Estratégias e implicações da reestruturação industrial em Sorocaba**. Sorocaba: UNISO/FAPESP, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA. **Perfil do Município de Sorocaba**. Sorocaba: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1996.
- PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. (Org.). **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- PRESTES; L. F. **Sorocaba, o tempo e o espaço séculos XVIII-XX**. 2001. 294 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – USP /FAU, São Paulo, 2001.
- SANTOS, E. O. **A industrialização de Sorocaba: bases geográficas**. 1999. 183 f. Tese (Doutorado) – USP/FFLCH, São Paulo, 1999.
- SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. **Estudos de Regionalização do estado de São Paulo para fins de planejamento: Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões..** São Paulo: EMPLASA, 1992. Relatório Técnico.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: Ed. TCM, 2001.
- SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R.; SAMPAIO, S. Aglomerações industriais no estado de São Paulo. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 4, p. 695-717, out.-dez. 2001.
- TARTAGLIA, J. C., OLIVEIRA, O. L. “Agricultura paulista e sua dinâmica regional”, In: CANO, W. (Coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)**. Campinas: SEP/SEADE/FECAMP/UNICAMP, vol.1, n.2, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ZIMMERMANN, Gustavo. “A Região Administrativa de Sorocaba”, In: **Coleção São Paulo no limiar do século XXI, Cenários da Urbanização Paulista: Regiões Administrativas, Governo do estado de SP**. São Paulo: SPG/FSEADE, vol.8, 1992.